

NOILI ELISABETE CAMPOS LANTMANN MORAIS

**ESTUDO SOBRE OS FATORES PSICOSSOCIAIS QUE
INTERFEREM NA FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE
DOS ADOLESCENTES**

**Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Educação
Área de Concentração: Pedagogia Universitária.**

Curitiba 1996

NOILI ELISABETE CAMPOS LANTMANN MORAIS

**ESTUDO SOBRE OS FATORES PSICOSSOCIAIS QUE
INTERFEREM NA FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE DOS
ADOLESCENTES**

*Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Educação
Área de concentração: Pedagogia Universitária
Pontifícia Universidade Católica do Paraná.*

CURITIBA

1996

NOILI ELISABETE CAMPOS LANTMANN MORAIS

ESTUDO SOBRE OS FATORES PSICOSSOCIAIS QUE INTERFEREM
NA FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE DOS ADOLESCENTES

*Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do
grau de Mestre
Mestrado em Pedagogia Universitária
Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Zélia Milleo Pavão.*

CURITIBA

· 1996

AGRADECIMENTOS

- Agradeço a Deus e aos meus pais por terem me concedido a vida.

- À minha família maravilhosa, principalmente meu esposo Marlus pela lealdade, paciência e os esforços desmedidos para que este trabalho chegasse a termo; aos meus filhos, Leandro, Caroline e Carina, que sempre foram fonte de inspiração e meus verdadeiros amigos.

- Aos moradores da Vila Pinto que sempre bem me receberam e que nunca deixaram de me oferecer um cafezinho em seus humildes lares, especialmente à Rose, à Dona Maria, à “vovó poetisa”.

- Aos funcionários e secretárias do Curso de Mestrado, em especial à Regina e ao Roberto.

- Aos colegas e amigos do Curso de Mestrado, especialmente à Ana Maria Magalhães, pela amizade e pelo apoio em todas as horas.

- Aos professores do Curso de Mestrado.

- Ao Prof. Evaldo M. da Silva da UNIOESTE.

- Ao Prof. Carlos Garcias Mello do ISAM, pela presteza.

- Em especial à minha orientadora e amiga, Prof^a.Dr^a. Zélia Milleo Pavão.

SUMÁRIO

RESUMO	iv	
RESUMEN	v	
1ª. PARTE		
INTRODUÇÃO	04	
2ª. PARTE: ADOLESCÊNCIA, FAMÍLIA, EDUCAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO		
CAPÍTULO I - A ADOLESCÊNCIA		10
1. A ADOLESCÊNCIA NORMAL PARA ABERASTURY	11	
2. AS TRANSFORMAÇÕES NA ADOLESCÊNCIA	17	
3. AS RELAÇÕES DO ADOLESCENTE COM A SOCIEDADE ...	22	
4. O ADOLESCENTE E A FAMÍLIA	25	
CAPÍTULO II - A FAMÍLIA		29
1. A FAMÍLIA NAS IDADES MÉDIA E MODERNA	30	
2. A FAMÍLIA ATUAL	34	
3. MULHER E FAMÍLIA NO BRASIL	39	
4. A CRISE FAMILIAR E O ADOLESCENTE	46	
CAPÍTULO III - EDUCAÇÃO, ESCOLA E ADOLESCENTE		49
1. EDUCAÇÃO E ENSINO	49	
2. DO PRIMEIRO GRAU AO ENSINO SUPERIOR	51	
3. O ADOLESCENTE NO ENSINO	62	
3.1. As características básicas do adolescente em relação à escola	62	
3.2. O adolescente, a reprovação e o afastamento da escola ..	65	

4. O PROFESSOR	67
5. APRENDIZAGEM	72
CAPÍTULO IV - MARGINALIZAÇÃO	76
1. ORIGEM DA MARGINALIZAÇÃO	76
2. MORADIA, MARGINALIZADO E CULTURA DA POBREZA..	79
3ª. PARTE: A PESQUISA	
CAPÍTULO V - PESQUISA	91
1. MÉTODO, INSTRUMENTO E PROCEDIMENTO DA PESQUISA	91
2. SUJEITOS E LOCAL DA PESQUISA	93
3. UM BREVE HISTÓRICO DA VILA PINTO	95
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	97
5. OS ASPECTOS SOCIAIS E FAMILIARES	100
6. ESCOLARIZAÇÃO	116
4ª. PARTE - CONSIDERAÇÕES FINAIS	
CAPITULO VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
ANEXOS	126
GLOSSÁRIO	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137

RESUMO

O trabalho apresentado é um estudo sobre os fatores psicossociais que interferem na formação da personalidade dos adolescentes. Tendo como centro da atenção os adolescentes, foram levantados dados, através de revisão da literatura, sobre família, educação e marginalização social, entendida como um distanciamento a que a família e o adolescente são submetidos pelo desenvolvimento urbano e social. Esta revisão bibliográfica foi comparada a pesquisa feita pela autora na Vila Pinto, a maior favela da cidade de Curitiba (Paraná, Brasil); os resultados da pesquisa mostraram que a família do adolescente e a escola local não estão preparadas para atender os anseios juvenis, tornando-se com isso fatores que aumentam a marginalização destes jovens, podendo, mais tarde, abrir caminho para a sua delinqüência. Finalizando, sugere-se uma revisão do sistema de ensino e do funcionamento da escola com um novo tratamento psicopedagógico, que integre família e educadores, discutindo a adolescência sob uma visão científica. Tal escola deverá ser um espaço para o ócio útil, no qual, com ocupações agradáveis, se possibilite aos envolvidos pensar, debater, conhecer, entender e agir para que se tenha uma compreensão objetiva e subjetiva do mundo. Propõe-se com isso que, possam, família e escola, escolher o perfil de cidadão que querem formar.

RESUMEN

El trabajo presentado es un estudio sobre los factores sicosociales que interfieren en la formación de la personalidad de los adolescentes. Teniendo como centro de la atención los adolescentes, fueron levantados datos, a través de la revisión de la literatura, sobre la familia, educación y marginalización social, entendida como un distanciamiento al cual la familia y los adolescentes son sometidos por el desarrollo urbano y social. Esta revisión bibliográfica fue comparada a la pesquisa por la autora en la Vila Pinto, la maior chabola de la ciudad de Curitiba (Paraná - Brasil); los resultados de la pesquisa demuestran que la familia del adolescente y la escuela local no están preparados para atender los ansejos juvenis, se tornan con eso factores que añaden a la marginalización de estos jovenes, podendo, más tarde abrir camino para su delincuencia. Al final, se sugere una revisión del sistema de ensino y del funcionamiento de la escuela con un nuevo tratamiento sicopedagógico, que integre la familia y los educadores, discutiendo la adolescencia bajo una visión científica. Esa escuela deberá ser un espacio para el ocio útil, en el cual, con ocupaciones agradables se posibilite a los involucrados pensar, debatir, conocer, comprender y hacer para que se pueda tener una comprensión objetiva y subjetiva del mundo. Se propone con eso, que puedan, familia y escuela, escoger el perfil del ciudadano que quieren formar.

ESTUDO SOBRE OS FATORES PSICOSSOCIAIS QUE INTERFEREM NA FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE DOS ADOLESCENTES

NOTRE HISTOIRE

(Texto redigido pelos alunos da Casa dos Pequeninos - GENEVRA)

Nós somos forjadores...

Forjar quer dizer formar.

O forjador põe o ferro no fogo; ele se torna vermelho e maleável; depois o forjador amassa-o com golpes fortes, na bigorna.

Quando somos pequenos, nós somos como o ferro que ainda não está formado, e, quando somos grandes, nós somos como o ferro forjado.

A vida é nosso fogo.

As lições são uns bons golpes de martelo, para nos formar.

As punições, também, são golpes de martelo, para nos corrigir, mas é triste.

Também as tristezas são golpes de martelo.

Nosso papai e nossa mamãe são os forjadores de casa.

Nossas mestras são os forjadores da escola.

Os grandes homens no mundo são nossos forjadores.

Nós forjamos nosso corpo, nossa alma e nosso cérebro.

Queremos ser bons forjadores.

(Transcrito de CLAPAREDE, 1973)

1ª. PARTE

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Pessoas psicologicamente bem formadas são aquelas cujas atitudes e cujos sistemas de valores se exteriorizam em ações construtivas e sobretudo, sem danos a outros. A convivência em sociedade se traduz por uma liberdade limitada pelo bem-estar do próximo. Frequentemente, é nos adolescentes que observamos atitudes que ultrapassam esses limites, tornando-os indivíduos inconvenientes e por vezes marginalizados na sociedade e por vezes na própria família.

Interessa-nos particularmente a marginalização que tem sua origem centrada na família e na escola. O objetivo geral deste trabalho é estudar os fatores psicossociais que interferem na formação da personalidade desses adolescentes. Pretende-se investigar de que maneira a família e a escola preparam o adolescente cidadão. Investigamos as condições do relacionamento familiar e os fatores que nele interferem, verificando qual a possível influência que a família tem na marginalização do adolescente. Também a influência da escola como fator importante na formação pessoal e intelectual do aluno foi analisada.

O adolescente marginalizado a que nos referiremos aqui não é o infrator, mas aquele que, mal compreendido ou mal orientado, é afastado ou isolado das instituições sociais, especialmente da família e da escola.

A adolescência, período da vida que preenche praticamente toda a segunda década, tanto de meninos como de meninas, é, por si só, um período de intensas modificações biológicas, psicológicas e sociais, que exigem adaptações contínuas e revisão constante dos valores individuais. Marcada pelo luto da perda do corpo infantil e da relação de dependência que mantinha com os pais e demais adultos, é nesta fase da vida que o indivíduo conquista o *passaporte* para a vida adulta e onde se revelam os componentes básicos da estrutura da personalidade construídos na infância e nos

períodos iniciais da adolescência. O contato com o mundo *extra-eu* se dá principalmente através dos grupos sociais, primariamente representados pela família, primeiro núcleo social, depois pela escola e por outros segmentos sociais, como amigos e clubes, entre outros.

Não se trata de uma mera ponte entre duas fases da vida, mas do desenvolvimento de um projeto de vida, por vezes inconsciente, em que as experiências introjetadas serão usadas para chegar a vida adulta.

Durante a formação profissional como psicóloga, a autora pode observar, por inúmeras vezes, adolescentes pedindo, de formas diversas, auxílio e orientação para assumir determinadas atitudes, mas nem sempre tendo seus pedidos compreendidos pelos adultos que os atendiam; procuramos aqui colocar este adolescente no centro de um enfoque no qual a família e a escola, reconhecendo as alterações biopsicossociais pelas quais o adolescente passa, tem condições de auxiliá-lo a desenvolver valores que sedimentem uma boa estrutura da sua personalidade.

É função da psicologia “mexer” nas “caixas-pretas”, ou seja, nos sentimentos ou nos conceitos profundamente escondidos em algum canto da nossa psique, que afloram, muitas vezes inconscientemente, em atitudes e condutas inconvenientes; não é raro ouvirmos educadores e pais referindo-se a este período da vida como “aborrescência”; esta colocação, por si só preconceituosa, denota falta de conhecimento ou má vontade com o adolescente (que o adulto já foi) como também uma certa inquietude com a possibilidade de que o jovem exija modificações na estabilidade psicossocial do adulto. Acreditamos que trazer repetidamente este assunto à luz da discussão teórico-prática é uma maneira de, cada vez mais, desmitificá-lo, possibilitando discussões que produzam bons resultados práticos ao trabalhar com adolescentes.

Não pretendemos esgotar tão amplo assunto, mas temos a certeza de que para o leitor atento, as informações aqui escritas, mais cedo ou mais tarde, serão de auxílio no trato com os jovens. Não só a família precisa ser constantemente lembrada dos fenômenos que fazem o adolescente modificar rapidamente suas atitudes, seu humor e suas ambições, como os próprios adolescentes carecem de

informações e tempo para essa nova experiência; os professores, encarregados da divulgação e da aplicação do conhecimento científico, terão que se manter alertas para poder administrar os conflitos naturais deste período da vida.

Observamos que para a maioria dos autores pesquisados a adolescência se reflete de formas diferentes para cada raça, cultura ou local. Further (1968), por exemplo, considera que hajam diferenças significativas entre os valores morais que se agregam a personalidade de um adolescente urbano, operário ou não, e entre um adolescente camponês. Já Aberastury (1986) e Erikson (1975), consideram a adolescência um período de transformações de ordem psicológica mais importante. Entendem estes autores que haja uma modificação psicodinâmica da personalidade que adquire uma velocidade de transformação mais acentuada nesta fase da vida e que, se por um lado permite ao adolescente experimentar situações novas nas quais estabelecerá a base da sua personalidade, por outro lado, tais variações podem se traduzir em conflitos com os familiares e a escola.

Como pilares da estrutura social da nossa civilização ocidental, estas duas entidades, família e escola, podem e devem interferir nas transformações pelas quais passa o adolescente procurando orientá-lo no sentido de encontrar para seus problemas internos as soluções mais adequadas que o conduzam dentro dos limites sociais corretos, sem no entanto, impedir que o adolescente conquiste um espaço onde possa experimentar livremente a vivência do cotidiano.

Por outro lado, a contestação que o adolescente faz, especialmente das possíveis falhas nas estruturas da família e da escola, precisam ser analisadas e não podem ser relegadas; é preciso que a família e a escola aproveitem o psicodinamismo do adolescente, para através dele rever alguns conceitos e ter a coragem de mudá-los quando necessário.

Esta revisão de conceitos e a facilidade de mudanças, característica da adolescência, é motivo de atenção, pois como afirma Rousseau (in Further, 1968), neste período ocorre um “segundo nascimento”. Este enfoque mostra que este é um período fértil para que boas e novas modificações possam ser introduzidas, corrigindo-se eventuais falhas na educação pregressa do jovem.

Propusemo-nos a realizar um trabalho extenso, abordando temas árdios, mas importantíssimos para todos nós educadores, pais, filhos e sociedade. A extensa bibliografia sobre cada assunto aqui comentado mostra o quanto se tem pensado e escrito sobre a adolescência. Temos a certeza de que não abordamos ou discutimos grande parte desse universo que é fase juvenil da vida e dos fatores que nela interferem. Entretanto, se, pelo menos a um educador ou a um pai, esse nosso trabalho instigar um minuto de reflexão sobre o adolescente que tem em suas mãos, nos sentiremos recompensados, pois não entendemos a ciência restrita à teoria, mas sim utilizada na busca do bem-estar humano. Conforme afirma Marcuse (in Eibesfeldt, 1970, p.268): *“Uma sociedade está doente quando as suas instituições e relações fundamentais (ou seja, a sua estrutura) estão de tal modo enrijecidas que não permitem o aproveitamento dos meios materiais e intelectuais existentes para o desenvolvimento óptimo da existência humana (humanidade)”*.

Para atingirmos o objetivo deste trabalho, realizamos revisão bibliográfica sobre o assunto, que está exposta nos capítulos I, II, III e IV; buscamos, através dos resultados de uma pesquisa de campo correlacionar os dados bibliográficos com a realidade das populações pesquisadas; a pesquisa executada através de entrevistas baseadas em questionário especialmente construído para tal fim, foi aplicada em população socialmente marginalizada, por constatarmos que a maior parte da bibliografia se refere a adolescentes da classe média e que há pouca literatura sobre adolescentes da classe operária.

Questionamos se a marginalização da família a qual o adolescente pertence, do ponto de vista econômico e social, influi no comportamento do adolescente, altera seus valores, marginalizando-o duplamente, não só como adolescente mas também socialmente, e se isto pode induzi-lo a tornar-se um delinqüente Para respondermos esta questão, realizamos pesquisa de campo na Vila Pinto, maior favela da cidade de Curitiba, Paraná.

Quanto a metodologia para coleta de dados foi usada uma amostragem probabilística acidental, com entrevistas baseadas em roteiro estruturado, sendo que no decorrer das entrevistas

surgiram questões, tanto por parte do entrevistador como por parte do entrevistado, que serviram de complemento ao roteiro básico; foram entrevistados os próprios adolescentes e seus pais. A tabulação dos dados foi feita por computador, utilizando-se o programa Quatro Pró for Windows da Borland Int., sendo que a maioria das questões possibilitou também uma análise qualitativa. O universo da pesquisa foi composto por 40 (quarenta) adolescentes, sendo 21 (vinte e um) do sexo masculino e 19 (dezenove) do sexo feminino, tendo a amostra uma média etária de 13,73 (treze vírgula setenta e tres) anos e idade limite entre 11 (onze) a 15 (quinze) anos.

As respostas a estas perguntas, bem como o processo de realização da pesquisa e seus resultados com as respectivas considerações, estão nos capítulos V e VI do trabalho.

2ª. PARTE

ADOLESCÊNCIA, FAMÍLIA, EDUCAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO

CAPITULO I

A ADOLESCÊNCIA

A adolescência é um fenômeno psicossocial, que ocorre concomitantemente ao fenômeno biológico da puberdade, período da vida, variável entre os 10 e 21 anos de idade, que depende da cultura, da raça e da complexidade da sociedade na qual ocorre; nesse período, os limites, individuais e sociais, são invariavelmente mais largos que os padrões daquela sociedade e por isso, freqüentemente, os comportamentos dos adolescentes provocam atritos com o meio familiar e social, e são confundidos com *crises*, como denomina Erikson (1975) ou *conflitos* como a eles se refere Piaget (1975).

Tais comportamentos se assemelham a estados patológicos ou são vistos como marginais, mas como nos lembra Anna Freud “*é muito difícil encontrar o limite entre o normal e o patológico na adolescência. Em sua opinião, toda a comoção deste período deve ser considerada como normal, afirmando mesmo que seria anormal a presença de um equilíbrio estável durante o processo adolescente.*” (in Campos, p.115)

A adolescência foi definida como um período da vida humana após a Revolução Industrial (Becker, 1985). Até o século XVIII não havia distinção entre a infância e a adolescência, sendo esta última considerada parte da primeira. Havia apenas distinção entre período pré-púbere e púbere, critério baseado unicamente no desenvolvimento biológico; com o advento da Revolução Industrial e mais recentemente da Segunda Grande Guerra o valor que passou a se atribuir aos jovens foi aumentando progressivamente e a avaliação individualizada do período da vida que preenche a

segunda década, passou a ser analisado mais profundamente e considerado como um fenômeno não só biológico de crescimento, mas também psicológico e social.

Não se pode afirmar que este fenômeno seja universal, mas quando está presente, ele se apresenta para cada indivíduo de forma diferente, provocando reações diversas. As análises e descrições deste período variam conforme o entendimento de cada estudioso. Aberastury (1986) enfoca o aspecto psicodinâmico, por vezes psicopatológico, da adolescência.

Further (1968) analisa o período da adolescência, utilizando os valores morais para proceder a uma análise voltada para a escola; segundo ele, neste período da vida há uma valorização ética associada ao desenvolvimento biológico; no aspecto biológico, ocorre a valorização do aspecto corporal relacionado mais intimamente com a sexualidade, atribuindo ao corpo um “valor instrumental” (p.10). Further apresenta uma visão mais filosófica que científica sobre a adolescência.

Ao nosso ver, uma forma abrangente de definir e entender a adolescência nos é dada por Arminda Aberastury, e sobre este trabalho nos deteremos mais demoradamente.

1. A ADOLESCÊNCIA NORMAL PARA ABERASTURY:

Esta autora, juntamente com Maurício Knobel, ambos psicanalistas, procedeu um estudo, especialmente do ponto de vista psicanalítico, sobre as características biológicas, psicológicas e sociais da adolescência.

Após esse estudo, foi apresentado um conjunto de comportamentos, designado como uma síndrome^① cujas características principais serão comentadas a seguir.

① A Medicina considera síndrome um “estado mórbido caracterizado por um conjunto de sinais e sintomas, e que pode ser produzido por mais de uma causa.” No sentido figurado, síndrome é um “conjunto de características ou de sinais associados a uma condição crítica, suscetíveis de despertar reações de temor e insegurança.” (Ferreira, A.)

Ao nosso ver, o conhecimento e o entendimento destas características contribui com os educadores que atendem esta faixa etária específica, como também com todos aqueles que estejam interessados nela.

SÍNDROME DA ADOLESCÊNCIA NORMAL (Aberastury, 1986)

I. Busca de si mesmo e da identidade;

II. Tendência grupal;

III. Necessidade de fantasiar e intelectualizar;

IV. Crises religiosas, que podem ir desde o ateísmo mais intransigente até o misticismo mais fervoroso;

V. Deslocalização temporal, onde o pensamento adquire as características de pensamento primário;

VI. Evolução sexual manifesta, que vai do auto-erotismo até a heterossexualidade genital adulta;

VII. Atitude social reivindicatória com tendências anti ou associas de diversa intensidade;

VIII. Contradições sucessivas em todas as manifestações da conduta [...].

IX. Uma separação progressiva dos pais;

X. Constantes flutuações do humor e do estado de ânimo.

Detalhando melhor cada um dos itens acima, apresentamos, resumidamente, os principais argumentos apresentados por Aberastury:

I. Busca de si mesmo e da identidade:

A revolução física que agita o novo corpo do adolescente faz parte do processo biológico do amadurecimento em direção à vida adulta; pouco a pouco o papel procriador que começa a aflorar neste período, com o progressivo desenvolvimento dos órgãos genitais, associado ao simultâneo luto

pela perda do corpo infantil, exigem que o psiquismo do adolescente também acompanhe tais mudanças. Pode conseguir obter satisfação genital e pode assumir também um papel procriador.

É imperioso buscar entender seu novo papel, não só do ponto de vista individual como também social; na obrigatória revisão dos valores infantis em mudança, nas quais já enriqueceu seu ego², ele busca cada vez mais a independência psicológica, mas ainda trazendo, introjetados, os pais da infância que está ficando para trás. Nesta busca construída no dia-a-dia, agregará ao seu psiquismo em transformação, parte de novas identidades diferentes das parentais, que se assentarão sobre a base psicológica já existente.

Destas incorporações e das novas experiências surgirá a nova identidade.

II. Tendência grupal:

A busca do grupo é também um mecanismo de busca da sua identidade própria, pois no grupo haverá uma *“superidentificação em massa, onde todos se identificam com cada um.”* (ibid, p.36) O grupo personifica o jovem, fortalecendo-o quando dos fracassos e reforçando-o nos seus sucessos. No grupo há novas pessoas, com características diferentes daquelas observadas nos pais, nas quais o adolescente seleciona componentes que farão parte da sua nova identidade, especialmente daqueles que demonstrem alguma liderança; por vezes, ele próprio se torna o líder, para exercer o poder que os pais, agora mais distantes, possuem.

O grupo se torna útil também para que ele possa lançar sobre seus componentes os sentimentos que experimenta; além disso, no grupo, ele consegue separar a realidade da fantasia ou tornar a fantasia em realidade, se permite ousar e não obedecer as regras convencionais, passa a criar novas regras assim como aceita regras criadas pelo grupo, mesmo que estas possam parecer absurdas, pois sente menos compromisso e menos cobrança que nas relações com os pais.

²Ego é uma instância psíquica que faz a intermediação entre o que é instintivo (impulsos) e o que é do meio. (N.A.)

Depois de passar pela experiência grupal, o indivíduo começará a separar-se da turma e a assumir sua identidade adulta. (ibid, p.37)

III. Necessidade de fantasiar e intelectualizar:

Esses dois mecanismos de defesa, o fantasiar e o intelectualizar, são utilizados pelo adolescente ao se defrontar com uma realidade que não consegue reprimir, e por isso busca abrigo no nível do pensamento.

A necessidade que a realidade impõe de renunciar ao corpo, ao papel e aos pais da infância, assim como a bissexualidade que acompanha a identidade infantil, enfrenta o adolescente com uma vivência de fracasso ou de impotência frente à realidade externa. Isto obriga também o adolescente a recorrer ao pensamento para compensar as perdas que ocorrem dentro de si mesmo e que não pode evitar. As lucubrações das fantasias conscientes - refiro-me ao fantasiar - e o intelectualizar servem como mecanismos defensivos frente a estas situações de perdas tão dolorosas. (ibid, p.39)

IV. Crises religiosas:

Uma figura de divindade, de algo etéreo, ao mesmo tempo puro e elevado, pode representar para o jovem um modelo a ser seguido, e ele vai alternar, mediante a avaliação que progressivamente fará do modelo apresentado, períodos de intenso misticismo com períodos de grande ateísmo.

V. Deslocalização temporal:

O adolescente vive com uma certa deslocalização temporal; converte o tempo em presente ativo, numa tentativa de manejá-lo. (ibid, p.43)

As urgências são enormes e, as vezes, as postergações são aparentemente irracionais. Exemplo: o pai que recrimina o seu filho para que estude porque tem um exame imediato fica desconcertado frente à resposta do adolescente: “Eu tenho tempo! O exame é somente amanhã!”.

Quando o jovem pode reconhecer um passado e formular projetos de futuro, com capacidade de espera e elaboração no presente, supera grande parte da problemática da adolescência. (ibid, p.44)

VI. Do auto-erotismo a heterossexualidade:

O adolescente evolui de uma característica bissexual própria da infância para a definição de um papel sexual que assumirá para o resto de sua vida. Do auto-erotismo que desenvolveu na infância, mais como atividade exploratória, e que ainda se repetirá na idade jovem, vai progressivamente, através do relacionamento edipiano, se identificando com o pai ou a mãe, conforme o caso, e passa a buscar no sexo oposto a complementação da bissexualidade da infância.

Nesta relação mantém-se a característica de penetrador para o menino e de penetrada para a menina. Entretanto, esta característica nem sempre está bem definida e é freqüente observar-se jovens em relações homossexuais, que se eventuais, não significam necessariamente comportamento desviado. Geralmente nestas relações predominam ainda as atividades masturbatórias.

A grande massa dos adolescentes evolui neste período para uma heterossexualidade definida, observando-se um percentual elevado de aproximadamente 90% dos jovens que já tiveram, até os 20 anos, algum tipo de contato afetivo ou mais íntimo com outro do sexo oposto, marcando com isso sua heterossexualidade (Reevy in Aberastury, p.45).

VII. Atitude social reivindicatória:

Considerada imprescindível, porque o jovem necessita ocupar seu espaço social, a atitude social do adolescente é resultado da forte pressão que o mundo adulto lhe deposita e contra a qual deve lutar, utilizando a energia das próprias transformações que vem sofrendo.

A tecnicidade da sociedade, o domínio de um mundo adulto incompreensível e exigente, a burocratização das possibilidades de emprego, as exigências de uma industrialização mal canalizada e uma economia mal dirigida, cria uma divisão de classes absurda e ilógica que o indivíduo tenta superar, mediante crises violentas, que podem se comparar a verdadeiras atitudes psicopáticas da adolescência. [...]

As atitudes sociais reivindicatórias e de reforma social do adolescente podem ser a cristalização na ação do que já ocorreu no seu pensamento. As intelectualizações, fantasias conscientes, necessidades do ego flutuante que se reforça no ego grupal, fazem com que se transformem em pensamento ativo, em verdadeira ação social, política, cultural, esta elaboração do processo da adolescência que considero fundamental em todo o desenvolvimento do indivíduo.
(ibid, p.54)

VIII. Contradições sucessivas em todas as manifestações da conduta (...)

A labilidade, especialmente nas condutas, é uma característica do adolescente, visto que ele busca se expressar pela ação. Para um mesmo estímulo, as respostas em momentos diferentes serão igualmente distintas. Ele consegue absorver mais facilmente as projeções do seu meio social, bem como tem no seu íntimo modificações que lhe determinam diferentes atitudes, muitas vezes opostas a anterior, em condições semelhantes.

IX. Separação progressiva dos pais:

O desenvolvimento genital, que há pouco comentamos, lhe suscita a independência física para buscar suas próprias relações; a possibilidade de procriar que vai progressivamente adquirindo lhe confere uma individualidade até então não experimentada; inconscientemente, revê a cena primária que marcou o início do seu desenvolvimento psicosssexual e a fase fálica dos primeiros anos, e vai aos poucos substituindo-as pela possibilidade de construir seu próprio relacionamento físico com outra pessoa; nesta fase de independência, se os papéis dos pais não for bem definido, o adolescente busca um modelo que lhe dê firmeza e consistência, podendo tal identificação recair sobre outras pessoas *“pelo menos num sentido compensatório ou idealizado”*. (Aberastury, 1986, p.57)

X. Constantes flutuações do humor e do estado de ânimo:

A depressão e o luto pela perda de objetos, produzidos pela confronto com a vida real, obrigam-no a refugiar-se em si próprio, gerando um sentimento de solidão e egocentrismo. Dependendo da intensidade com que os impactos provenientes do meio atingem o adolescente este pode apresentar respostas rápidas, modificando constantemente seu estado de humor.

2. AS TRANSFORMAÇÕES NA ADOLESCÊNCIA:

Como se vê pela análise do item anterior, embora não sejam exclusivas do adolescente, com grande freqüência, este conjunto de emoções e atitudes é observado, em maior ou menor grau, em todos que atravessam este período da vida.

Na esfera biológica, o desenvolvimento orgânico, próprio da condição de animal, começa a produzir transformações físicas progressivas que não se limitam exclusivamente ao aumento de tamanho, mas também e principalmente, ao amadurecimento sexual com a consequente aquisição da capacidade reprodutora.

O desenvolvimento dos caracteres sexuais primários representados pelos testículos nos rapazes e pelos ovários nas meninas, inicia a produção de hormônios, que, entre outras alterações físicas (somáticas), promoverão o surgimento das características sexuais secundárias.

Assim, a menina-moça perceberá o surgimento de alguns pelos na região pubiana, em forma de triângulo com o vértice voltado para a região inferior da vulva que também está se tornando mais trófica. A esta fase, denominada pubarca, seguir-se-á a telarca, identificada pelo desenvolvimento dos botões mamários que precedem o primeiro dos fluxos menstruais, a menarca, que a partir de então, serão aproximadamente mensais. Durante o transcorrer destas transformações há modificação na distribuição da gordura e da musculatura corporal, com o aumento de volume no quadril e paralelamente com diminuição do tamanho dos ombros.

Para os rapazes, as modificações corporais começam a se tornar visíveis através do surgimento de pelos na região pubiana, porém em forma losângica, alcançando a cicatriz umbilical, bem como surgem pelos na face e nos demais segmentos corporais em quantidades e espessuras maiores do que no sexo oposto. A estrutura muscular, estimulada pela testosterona, torna-se mais marcada, tornando os ombros mais largos e o quadril mais estreito; a conformação da laringe é alterada com proeminência da cartilagem cricóide na face anterior do pescoço (*gogó*) o que também lhes assegura uma voz mais grave que a feminina.

Todas essas transformações implicam em um novo conhecimento de si mesmo; o jovem tem a sensação de estar sendo invadido e tem a certeza de que não conseguirá impedir tal acontecimento. Precisa urgentemente adaptar-se, por exemplo, ao novo tamanho das mãos e dos pés, que a cada dia continuam a crescer, precisa modificar os hábitos higiênicos pois o seu metabolismo produz intensamente substâncias a serem expelidas e terá de entender alguns impulsos de natureza animal que o impelem a adotar atitudes até então inconscientemente sentidas.

Com isso, ocorrem também a transformação cognitiva e psicológica. Haverá, em breve, necessidade de modificar seus sentimentos, suas emoções e seu entendimento.

As pessoas que o entendiam como uma criança, passam a vê-lo como um adulto em formação e cobram dele, com base nas regras do mundo externo, novas posturas. Está então premido pelas modificações internas e pelas exigências externas.

Segundo a teoria evolutiva de Piaget (in Hall, 1984), quando o indivíduo chega a adolescência, alcança o “*estágio das operações formais*”, que se inicia por volta dos 11 anos de idade e se caracteriza por um aumento na capacidade de elaboração das hipóteses e no entendimento dos fenômenos que ocorrem a sua volta; o jovem se torna capaz de classificar, seriar e enumerar os objetos do mundo que o cercam e com isso construir teorias sobre eles; até então, só havia uma visão estreita e limitada da realidade imediata. O adolescente desenvolve pensamento lógico sobre conceitos, juízos e raciocínios, que lhe permitirá compreender, entre outras coisas, os conteúdos das ciências que regulam as relações do mundo, e, com base neste pensamento fazer projeções para o futuro. Constrói imagens ideais das instituições em que vive, as quais podem parecer, aos olhos de um adulto, impossíveis; compara-as com a realidade circunstante, e mesmo que esta não seja compatível com o idealizado, pode persistir e combater tais instituições de acordo com o plano mentalmente elaborado. Os *punks*, por exemplo, acreditam que estão mudando a sociedade de hoje e assim persistem. (Rosa, p.72)

Para a teoria psicanalítica, o principal estímulo para o desenvolvimento destas operações formais, está justamente nos impulsos sexuais provenientes das modificações corporais pelas quais o adolescente passa. Segundo Freud (in Hall, 1984), estes impulsos, para os quais invocou o conceito de libido, foram, são e serão os responsáveis pelas modificações da personalidade individual. Para Freud, a libido é uma forma de energia que movimenta o indivíduo na busca de sua formação e aperfeiçoamento pessoal. Por este motivo, é que as modificações sexuais da puberdade tem grande influência psicológica e trazem à tona uma série de emoções e sentimentos, alguns reprimidos, provenientes de fases do desenvolvimento anteriores à adolescência. É essa energia que fornece ao jovem a capacidade de continuar lutando por seus objetivos, mesmo que pareçam irrealis ou inatingíveis para outros.

Erikson considera que os fatores referidos por Piaget e Freud são importantes, mas agrega aos conceitos da psicosexualidade também o valor que o meio social tem na determinação e no desenvolvimento da personalidade do indivíduo. Para Erikson (in Hall, p.65) *“há uma adaptação mútua entre o indivíduo e o ambiente ou seja, entre a capacidade de um indivíduo para se relacionar com um espaço vital formado por pessoas e instituições e em contínua expansão, de um lado, e a disposição manifestada por essas pessoas e instituições no sentido de tornar o indivíduo parte da cultura em construção, de outro lado”*.

Particularmente nas sociedades capitalistas, quando o adolescente atinge idade em torno de 15 anos, as instituições sociais começam a exigir-lhe uma definição de um caminho para o futuro, uma profissão e o estabelecimento de uma relação que possa garantir a sobrevivência da própria sociedade. A pressão social é, de um modo geral, voltada para um padrão de sociedade já estabelecido e para o qual o adolescente deve convergir. O moço se sente enjaulado.

O adolescente percebe, as vezes inconscientemente, que todo esse turbilhão de modificações o tornará diferente do que era e o assemelhará aos adultos que observava de *baixo para cima*; o crescimento e as mudanças nas características básicas o tornam mais parecido, física e

psicologicamente, com os adultos com os quais convive diariamente. Torna-se imperioso, mais do que antes, identificar-se para relacionar-se com estes adultos, isto é, para aceitar este novo corpo, e conseqüentemente uma nova identidade, o adolescente procura um novo modelo ou um novo ídolo, que até então, era um de seus pais. Para Freud, a identificação é um processo de incorporação de valores e comportamentos, no qual a pessoa internaliza características de outras pessoas, que satisfaçam seus desejos e abrandem suas angústias; com isso, o adolescente pretende firmar a nova identidade, não só perante si mesmo, mas perante a sociedade.

É obrigado a modificar seu autoconceito³, a violar sua autenticidade e por vezes sua integridade.

Busca grupos de parceria com jovens de mesma idade, onde possa falar sobre seus sentimentos, sobre seu corpo e as modificações íntimas que está sofrendo. A mudança constante nas vestimentas, nos gestos, a alternância da escolha entre este ou aquele ícone, uma opção musical, enfim, todos os seus comportamentos exteriorizam o conflito interno que ele próprio necessita entender e compartilhar com aqueles com os quais convive.

Tais conflitos o induzem ao desequilíbrio, à instabilidade emocional e à vulnerabilidade aos impactos projetivos provenientes dos pais, irmãos, amigos e da sociedade. O adolescente, na relação com os sistemas familiar e social onde está interagindo, acaba por absorver os conflitos, problemas e anseios, tanto seus como de outros, incorporando, por conseqüência, as relações patológicas desses sistemas.

³ Opinião ou idéia que o indivíduo faz de si mesmo, baseado nas experiências que teve com os outros. É um conceito de grande importância com relação à escolarização da criança e do adolescente. (N.A.)

Para Further (1968)

o grupo teria como primeira função criar uma sociedade nas dimensões da adolescência. É falso crer que o grupo juvenil é anti-social e em conseqüência perigoso. Ela é a forma social normal de uma tomada de consciência do adolescente com o seu próprio status.

Os adultos, que não se conscientizaram plenamente das transformações deste período, não são capazes de compreender tais modificações e a necessidade que o adolescente tem da busca do grupo ou de um novo ídolo para firmar a nova identidade. Para esses adultos, estas buscas determinam comportamentos vistos como anômalos em relação ao comportamento global da sociedade, marginalizando o adolescente dentro do grupo social.

3. AS RELAÇÕES DO ADOLESCENTE COM A SOCIEDADE

O adolescente pode tornar-se um agente importante das mudanças sociais, por estar em busca do novo e de uma adaptação à convivência social.

E. Morin (1991), em *O Paradigma perdido* (p.43), narra, com precisão, a observação de um grupo de macacos da ilha de Kyushu, que exemplifica essa assertiva:

Um grupo de macacos que vivia na orla da floresta tinha o costume de se alimentar de tubérculos que limpavam com a mão, depois de os terem desenterrado; houve um jovem que se aproximou incidentalmente da costa e deixou cair um tubérculo ao mar, donde o retirou, descobrindo assim que a água do mar não só economizava a limpeza manual, como trazia ainda a vantagem de temperar o fruto. Adquiriu o hábito de mergulhar no mar os seus tubérculos, foi imitado por outros jovens, mas não pelos velhos ... no entanto, o hábito espalhou-se no decurso da geração seguinte. A partir dessa altura, os macacos alargaram o seu espaço social, nele incluindo a beira-mar, de que resultou a integração de pequenos crustáceos e mariscos na alimentação do grupo.

Duas observações são importantes para o atual trabalho na descrição do fenómeno acima.

A primeira é a de que o jovem tem tendência grupal e busca seu fortalecimento dentro do grupo de parceria, pois encontra semelhanças para identificação das transformações. O grupo fortalece suas idéias, lhe dá apoio e o acompanha nas novas tentativas e novas experiências.

A segunda é a de que, em contraposição, o velho tende a se manter estagnado dentro dos padrões já estabelecidos, evitando experiências com final ainda não conhecido. A sua tendência grupal é menor e a aceitação de qualquer fato novo é criteriosamente avaliada, com base nos valores e nas experiências já conhecidas.

Na experiência citada, “o embrião de ‘cultura’ desta sociedade ... encontrou-se enriquecido... Com a ascensão dos jovens à classe dos adultos, a inovação integrada passou a ser costume, acarretando em seguida uma cascata de pequenas inovações que também se tornaram costumes”. (ibid, p.44)

Não há dúvida que qualquer grupo social necessita ter uma relativa estabilidade que sirva de base à manutenção do grupo. Se a estrutura básica do grupo foi bem montada, isto é, se a sua formação foi criteriosamente feita, as possíveis modificações que surgirem se traduzirão em avanços.

Por outro lado, quando a base social é instável, as modificações, por pequenas que sejam, podem significar desagregação do grupo.

Na sociedade humana não é diferente. Os jovens são, invariavelmente, os primeiros a estabelecer mudanças nos hábitos, nas atitudes e nos comportamentos sociais, visando harmonizar as *tempestades* íntimas que estão se processando nele e que se contrapõe ao quadro de violência e destruição que a sociedade apresenta freqüentemente, e que dificultam a transição da infância para a vida adulta.

Para o adulto, a estrutura social deve se manter estável, para garantir a permanência de suas instituições, e o adolescente, que tem melhor capacidade de adaptação, é quem deverá sujeitar-se à mudanças para poder nela viver.

Ao mesmo tempo, a sociedade projeta nos desvios da juventude as conseqüências dos seus desajustes, e, ao reagir e denunciar os desajustes, o adolescente é marginalizado; gera-se um círculo vicioso que pode levar o adolescente a uma marginalização irreversível, com tendências à delinqüência e aos crimes.

Esse déficit nos mecanismos sociais, sejam educacionais ou familiares, podem perturbar a transição integrada criança-jovem-adulto, levando o adolescente a um desequilíbrio que poderá tornar-se definitivo; com isso, o futuro adulto poderá não permitir que outro jovem cresça amadurecendo; isto é, forma-se um encadeamento de projeções negativas, sob o ponto de vista social, que acarretará deformações à sociedade.

Não se pode esquecer que, para o adolescente, é preferível ser alguém perverso e indesejável a não ser nada. Se esta identificação for feita com padrões nocivos à sociedade, estará criado um mecanismo negativo, contrário ao interesse do grupo; tal ciclo só será rompido quando o entendimento destes fatores for amplamente conhecido e aplicado e quando cada elemento social tiver a consciência de que deve agir, individual e coletivamente, aplicando o conhecimento científico

ao cotidiano, ou seja, utilizando e divulgando o que é cientificamente aprovado como solução para os problemas sociais reais.

É precisamente sob este enfoque, e neste momento do desenvolvimento do adolescente, que Erikson (1986) propôs que a sociedade em geral, ofereça ao moço, o que denominou de moratória social (Aberastury, p.19), ou seja, a sociedade e seus componentes devem dar ao adolescente, o tempo suficiente e as condições necessárias para um melhor entendimento de si próprio e da sociedade da qual é parte, evitando com isso marginalizá-lo. Para Further (1968) quem deve proporcionar esta moratória é o próprio adolescente.

É, pois, neste momento que a geração que já experimentou e que já sabe como obter as melhores soluções para os problemas que se repetem ciclicamente no meio social, entenda e permita que a nova geração, que ousa, que tem vontade e otimismo, busque novas soluções ou aprimore as já existentes, mesmo que os resultados sejam parcos.

4. O ADOLESCENTE E A FAMÍLIA

Se é verdade, também, que a família é um sistema entre sistemas (social, político, econômico, religioso, etc.) a exploração das relações interpessoais e das normas que regulam a vida dos grupos, em que o indivíduo está mais radicado, será um elemento indispensável para a compreensão dos comportamentos dos seus membros e para levar a cabo uma intervenção significativa em situações de necessidade. (Andolfi, p. 26)

A família se constitui no elo de ligação entre o que é próprio do indivíduo e o seu relacionamento com a sociedade. É a família que inculca na criança e no adolescente os valores

individuais, morais, éticos, religiosos e sociais que formam a personalidade do indivíduo. O indivíduo assim formado é o resultado, o *produto* que a família apresenta à sociedade. A convivência das relações familiares determina várias características na sua personalidade, pois à família cabe a interpretação da realidade mostrada pela sociedade.

Como afirma Further (1968, p.87):

“A família não é somente uma casa destinada a ser desgarrada. Ela permanece como refúgio, onde o adolescente se repõe de suas experiências sociais. Designa o lugar no qual reencontra a intimidade que nem sempre respeita a intensidade da vida comum na escola.” [...] “A família é mais a possibilidade de preparar-se em duas tarefas importantes para sua sociabilidade: o ajuda antes de tudo a definir seu status pessoal (procura afirmar-se através do seu nome de família que lhe devolve a tradição e uma história comum familiar) logo lhe permite ensaiar funções sociais no quadro da irmandade e do conjunto da comunidade familiar”.

Ela desempenha um papel central na socialização dos filhos, mas enquanto estes crescem, outras influências socializantes se tornam cada vez mais importantes, por exemplo, a escola, os companheiros, os meios de comunicação, entre outros. As influências internas do meio familiar e as externas suscitam interesses, ampliam conhecimentos e acabam por provocar modificações na personalidade do adolescente, fazendo-o questionar os valores políticos, sociais e religiosos dos pais, com base na sua nova identidade.

O adolescente assim estimulado, desenvolve juízo de valores próprios e busca tomar decisões independentes. Se nestas decisões for incompreendido pela família e pela sociedade, ou mesmo se for constrangido, sem a possibilidade do diálogo e do debate, ou pelo menos de ser ouvido, sentir-se-á inseguro, podendo assumir atitudes ambíguas, tomar decisões intempestivas, aparentemente inexplicáveis, mas que nada mais são do que o reflexo das contradições entre seus conflitos internos e as pressões familiares e sociais.

Ao mesmo tempo em que o adolescente vive estes conflitos, seus pais relutam em aceitar que a criança de ontem está, física e psicologicamente, se tornando adulta e que terão que aceitá-la com uma nova identidade, com novas questões a respeito de valores e condutas, que os obrigará a fazer um *balanço* - em que "*o filho é a testemunha mais implacável do realizado e do frustrado.*" (Aberastury, p. 16) - Os pais precisam, então, rever os seus conceitos e comportamentos que já estavam estáveis e sedimentados.

A família passa a ser exposta a novos paradigmas^①, que abalam a estabilidade dos já existentes. Se antes os pais eram os provedores e os filhos dependentes, agora os filhos buscam sua independência; se antes os pais eram capazes de procriar e os filhos não, com o amadurecimento biológico destes, passa a haver possibilidade de exercer sua sexualidade.

Neste conflito entre paradigmas, travar-se-á um confronto constante no dia-a-dia do relacionamento familiar que, para os pais ou substitutos que estão abertos à renovação, poderá significar uma mudança radical, um avanço qualitativo no relacionamento com os filhos dentro de uma *nova* família que agora se apresenta. Por vezes, um novo paradigma pode impedir e paralisar os paradigmas já existentes. O que é hoje impossível, poderá ser feito futuramente e mudar radicalmente não só a vida familiar como a própria sociedade. (Seminário sobre Corporeidade, apresentado por Wagner Wey Moreira, 1993, PUC-PR.)

Por outro lado, aqueles pais ou substitutos que cristalizaram os seus paradigmas e não pretendem alterá-los, acabarão convivendo em constante atrito com o jovem, num relacionamento tenso, que os manterá em permanente estado de alerta e vigília, temendo sempre atitudes *erradas* dos filhos, e, mais ainda, temendo que estas possam determinar repressões e até exclusões pela sociedade.

① entendidos como sistema de valores no contexto familiar

É fundamental que, conhecido o fenômeno da adolescência e entendido esse comportamento dos filhos, possam os pais - e também os educadores - compreender as várias formas de linguagem que passam a fazer parte do novo repertório do adolescente; com signos característicos e expressões próprias, o adolescente é muitas vezes incompreendido ou *mal lido*, diferentemente do que gostaria que fosse.

Para ele, por exemplo, é doloroso separar-se do seio familiar e, para evitar tal sofrimento, freqüentemente, refugia-se na fantasia, fugindo da necessidade e da responsabilidade de enfrentar o mundo adulto sozinho.

Se, por exemplo, houver falta de diálogo aberto e franco entre pais e filhos, e isto produzir um afastamento entre o adolescente e a sua família, poderá se romper o vínculo familiar e com isso determinar, para o adolescente, a perda do *norte* em direção à sua vida adulta.

Como elo e como instituição principal da sociedade, as *leis* que regem a família devem estar, portanto, bem estabelecidas e claras para o adolescente. A falta de princípios e valores morais, éticos, culturais, aliados a presença constante da dura realidade, além da falta de participação da sociedade no processo de educação, contribuem para a deformação da personalidade do jovem.

Porém, por mais que as leis que regem a família e a sociedade não sejam claras, ou que a família sofra cisões estruturais, é preferível para a formação do jovem que ele viva com uma família, a viver isolado dela.

CAPITULO II

A FAMÍLIA

A família é um testemunho da cultura, da sociedade, das relações parentais, das relações afetivas e nela se vê a integração do trabalho, do eu e das potencialidades do ser humano. (Noili Morais)

As condições de cada local e os componentes hereditários e culturais de cada povo obrigam-no a buscar uma forma ideal para que cada sociedade se estabeleça e perdure. Da mesma forma, a família, integrada a esta sociedade, se diversifica e adquire graus de complexidade diferentes de um local para outro. Este fator, por si só, torna o estudo da família extenso e intrincado.

Neste trabalho faremos uma análise histórica geral da família, abordaremos alguns tipos familiares cujos padrões diferem daqueles que caracterizam a nossa civilização ocidental, buscando sobretudo traçar um paralelo com o modelo familiar brasileiro com especial ênfase ao papel da mulher, por ser ela a que tem a primeira e a maior relação com a criança.

1. A FAMÍLIA NAS IDADES MÉDIA E MODERNA:

No período medieval alguns valores pessoais e familiares sofreram modificações que acabaram por alterar especialmente a visão que se tinha do desenvolvimento da criança. (Ariès, p.10)

O conhecimento que se tem das condições das famílias no período medieval, foi por esse autor pesquisado com base principalmente em obras de arte, pinturas, esculturas e lápides que registravam momentos da vida das pessoas, os quais refletem as imagens das famílias e das pessoas, permitindo, ao mesmo tempo, deduzir os valores e as tendências de então.

Há, com base nesta análise, uma acentuada diferença entre a composição familiar nos séculos X, XI, XII e XIII, e o que se observa na composição familiar dos séculos seguintes.

Nos primeiros, há uma ausência marcante da mulher e principalmente das crianças na composição das cenas familiares. Há, segundo Ariès, pinturas que mostram adultos em tamanho menor, envolvendo um adulto ao centro, como se não houvessem crianças na época da confecção da obra. Sabe-se que a mulher mantinha as características do trabalho doméstico, da atenção aos afazeres do lar, do cuidado à prole.

Com relação à criança, que neste período atingia a maturidade praticamente aos 8 anos de idade, observa-se pouca valorização, pois não se entendiam as crianças como pessoas constituídas, ou seja, não se considerava a criança como sendo um ser pronto, completo. A morte de uma criança era considerada normal.

Até certo ponto a criança, especialmente a de mais tenra idade, era vista como um brinquedo, “[...] *um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois uma outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato.*” (ibid, p.11)

Ariès nos relata casos de crianças que se afogavam em grandes pias batismais, durante a cerimônia, e que, sem esforços de salvamento, eram posteriormente recolhidas e enterradas, sem que isso representasse uma perda significativa tanto do ponto de vista familiar, como sentimental.

[...] fenômeno muito importante: a persistência, até o fim do século XVII do infanticídio tolerado. [...] O infanticídio era um crime severamente punido. No entanto, era praticado em segredo, correntemente talvez, camuflado, sob a forma de um acidente: as crianças morriam asfixiadas naturalmente na cama dos pais, onde dormiam. Não se fazia nada para conservá-las ou salvá-las. (ibid, p.17)

Como não havia escolas, o destino dado às crianças que superavam os primeiros anos de vida, era de, aos 7 ou 8 anos ser encaminhada a casa de outra família, para lá trabalhar como serviçal e com isso educar-se; alegavam os pais que o filho quando permanecia na própria casa, não recebia educação adequada, porque os laços de sangue eram fatores limitantes para uma educação mais refinada. As mesmas famílias que enviavam seus filhos para esta educação longe do lar, também recebiam filhos de outras famílias que ali vinham para ser educados.

Neste período, as famílias nucleares eram constituídas essencialmente pelo pai e pela mãe, e se tornavam alargadas pela convivência com filhos de outros que passavam a viver com a nova família educadora. Após o período de educação, o filho voltava, já aos 14 anos, como adulto a casa de seus pais.

O afeto pelas crianças começa a crescer por volta do século XIV, quando o espiritualismo também progride. Começa-se a procurar mais o sentido da alma humana, que passa a ser representada pictoricamente por crianças envoltas em cueiros.

A criança começa a ser representada junto a seus pais, já fazendo parte do núcleo familiar, na maioria das vezes como um serviçal. A relação de afeto entre os membros da família era rara, as

casas eram abertas aos vizinhos, parentes e amigos e se cultuava a sociabilidade como uma forma de relacionamento familiar e social.

Essa família antiga tinha por missão - sentida por todos - a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua quotidiana num mundo em que o homem, e mais ainda uma mulher isolados não podiam sobreviver, e ainda, nos casos de crise, a proteção da honra e das vidas. (ibid)

A quebra desta visão materialista do ser humano e da família começou a sofrer modificações a partir da sistematização do Cristianismo, por Tomas de Aquino, no século XIII; ele revisita Aristóteles, afirmando que o homem é composto de matéria e espírito, que ambos formam uma unidade substancial, mas que, apesar da alma ser substancial ao corpo é espiritual e, portanto, imortal, afirmando que as operações de um sujeito manifestam sua natureza.

Além disto define a pessoa como sendo toda substância individual de natureza racional, situando como característica fundamental da pessoa a racionalidade, a intelectualidade. Tal racionalidade torna a pessoa o objetivo final dos procedimentos humanos, e nunca instrumento dos mesmos.

No século XV aflora o Renascimento que centra o seu objetivo no Homem, retratando com grande frequência a figura humana como se tentasse realizar concretamente as qualidades propostas pelos antigos gregos e romanos, de forma otimista, primando pela exortação das qualidades humanas, em contraposição a catequese popular onde as características de indignidade, culpabilidade e miséria do homem eram mais enfatizadas.

Começam a surgir as idéias de que o homem não é apenas um mero espectador do universo, mas que a sua criatividade e a sua inteligência permitem modificar o curso dos acontecimentos. A natureza deixa de ser apenas espelho da criação divina e passa a ser vista como um campo de experimentação e de atividade do homem. Surge, portanto, o início da ciência moderna.

Passa a haver a valorização de um sentimento mais íntimo e de uma troca de afeto entre os membros da família, bem como o entendimento da criança como um verdadeiro ser; sob uma visão mais intimista, o Renascimento fez com que se revisassem os papéis atribuídos a pai e mãe e se pudesse valorar mais a criança; as famílias passam a constituir núcleos mais isolados do meio social; vemos nas representações da Florença do século XVII a família representada dentro de uma casa, na qual já há independência dos quartos do casal e dos filhos, com especialização funcional das peças residenciais.

É normal que num espaço tão privatizado tenha surgido um sentimento novo entre os membros da família, e mais particularmente entre a mãe e a criança: o sentimento de família, 'essa cultura', diz R.Goldthwaite, 'centralizava-se nas mulheres e nas crianças, com um interesse renovado pela educação das crianças e uma notável elevação do estatuto da mulher... (ibid, p.25)

Surgem as escolas de educação formal, a partir do século XVII, e a criança passa a receber educação por professores, podendo manter o convívio dos seus pais. A partir daí o valor que se atribui a vida humana, e conseqüentemente à criança, passa a ser cada vez maior, ocorrendo uma preocupação em se obter uma escola melhor ou uma formação profissional específica, para a qual os pais contribuíam significativamente.

[...] a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela. Portanto, não surpreende que essa revolução escolar e sentimental tenha sido seguida, com o passar do tempo, de um malthusianismo demográfico, de uma redução voluntária da natalidade, observável no século XVIII. [...] A conseqüência disso tudo foi a polarização da vida social no século XIX em torno da família e da profissão, e o desaparecimento [...] da antiga sociabilidade. (ibid)

O contínuo crescimento populacional e especialmente, a Revolução Industrial, ocorridas no século XIX, promoveram novamente grandes modificações na constituição e nos relacionamentos familiares. A profissão passou a ter importância crescente no meio social e o deslocamento dos meios de produção do campo agrícola para as cidades, tornou o espaço de convivência familiar ainda mais privatizado. A necessidade da manutenção do emprego, a competição por um espaço profissional exigiram cada vez maior especialização e posteriormente maior escolarização. A ascensão das indústrias e o surgimento de novas formas de trabalho, de novas relações trabalhistas, afetaram o modo de vida das pessoas e os produtos desta industrialização começaram a modificar seu comportamento, não só no nível pessoal como também no nível social. Os reflexos destas modificações estabeleceram novos padrões culturais e familiares que culminaram nos novos paradigmas da família moderna, descritos abaixo.

2. A FAMÍLIA ATUAL

Segundo Lévi-Strauss (1973), a família característica da civilização moderna (séculos XIX e XX), apresenta como características mais comuns o **matrimônio monogâmico**, no qual predominam as relações pares, tendo suas bases lançadas através de uma aliança formalmente constituída e consentida pela sociedade.

Também identifica a família moderna o freqüente **estabelecimento independente do casal recém-casado**, no qual persistem as características de isolamento habitacional entre o novo casal e as famílias que geraram cada elemento do par; faz parte também da caracterização da família moderna as **relações afetivas entre pais e filhos**, nas quais há dependência afetiva entre o pai e a mãe e o cuidado à prole é uma relação inculcada no afeto e na atenção ao recém-nato e à criança.

Eibl-Eibesfeldt (1970, p.184) enfatiza a relação de afetividade entre os cônjuges, atribuindo grande importância a relação sexual, o que para ele "*possui um significado tão profundo para a*

vinculação dos esposos que pode realizar-se também perfeitamente sem que esteja relacionado com a procriação”.

Para Lévi-Strauss, o que se constitui como família pode ser designado, então, como

um grupo social que possui, pelo menos, as três características seguintes:

1) Tem a sua origem no casamento.

2) É formado pelo marido, pela esposa e pelos filhos (as), nascidos do casamento ...

3) Os membros da família estão unidos por:

a) laços legais,

b) direitos e obrigações econômicas, religiosas e de outro tipo,

c) uma rede precisa de direitos e proibições sexuais, além de uma quantidade variável e diversificada de sentimentos psicológicos, tais como amor, afeto, respeito, temor, etc. (Ibid, p.14)

A pouca importância que a família possui nos nossos dias, é conseqüência de uma diminuição da importância do ‘familismo’ em relação a outras instituições; esse declinar começou com o desenvolvimento do capitalismo e da mecanização. Na maioria das sociedades socialistas modernas a família é ainda menos significativa como princípio organizador. É razoável supor que, no futuro, o papel da família se tornará insignificante ou chegará mesmo a desaparecer. (Lévi-Strauss, p.68)

Segundo discurso proferido pelo Papa João Paulo II em 06/10/95, os Estados Unidos, vivem, hoje, uma crise institucional nas famílias.

Mas não é somente naquele país que a crise da família está presente. Segundo Eibesfeldt “ *a percentagem dos divórcios na nossa cultura ocidental é relativamente alta ...*” (Eibesfeldt, p.185).

Tal fenômeno é o resultado das transformações sociais contemporâneas . . .

Para Canevacci (1987, p.50)

O verdadeiro problema não é abolir o casamento, mas a instituição do casamento; [...] Criar uma pluralidade de instituições na qual a família seja uma das formas possíveis (casais que vivem juntos ou não, relações de longa duração com filhos, pessoas que se ocupam com crianças, crianças socializadas por pais convencionais e não biológicos, comunidades familiares extensas, etc.: tudo isso pode ser compreendido numa série de instituições harmonizadas com a livre invenção e a variedade dos homens e das mulheres.

Para citar um exemplo da sociedade sem famílias nucleares poderíamos adotar a interpretação de Murdock (in Lévi-Strauss, p.85-101) sobre a proposta de um kibbutz, com a qual o autor questiona se a família é de fato universal ou não.

“Kibbutz é uma coletividade agrícola de Israel, cujas características principais incluem vida em comunidade, propriedade coletiva de todos os bens (e portanto ausência da ‘iniciativa privada’ e do ‘incentivo do lucro’) e o cuidado e educação comunitária das crianças”. Adultos e crianças convivem como uma grande família alargada, como ‘camaradas’ sem isolamento dos pais com seus filhos, sendo todas as crianças consideradas filhas de todos e todos os adultos, pais de todos. Há divisão do trabalho segundo as aptidões individuais mas não há ganhos econômicos individuais. Todos produzem para todos e os bens são comuns. Vivem sob o princípio do *“de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades”*. Frequentemente os homens adultos são os responsáveis pela produção e obtenção dos alimentos e as mulheres pela maioria dos serviços comunitários. Todas as atividades são primariamente dirigidas às crianças.

[...] o kibbutz tem uma razão mais forte para estimar as suas crianças. O kibbutz vê-se a si mesmo como uma tentativa de revolucionar a estrutura da sociedade humana e suas relações básicas. [...] A criança é rei. [...] as condições das habitações dos adultos são por vezes deficientes, mas as crianças vivem em boas casas; a comida dos adultos é talvez escassa e monótona, em troca as crianças desfrutam de variedade e excelente qualidade na sua alimentação, se a roupa para os adultos escasseia, o vestuário das crianças pelo contrário, é de boa qualidade e abundante.

Os adolescentes ao amadurecerem, passam a ser introduzidos na vida econômica do kibbutz e conquistam a liberdade sexual; com o aumento do envolvimento podem constituir um *par* e serem autorizados pelos adultos a viver juntos em quartos individuais. A formação do par oferece não só uma intimidade física mas *“também uma intimidade psicológica, que por vezes se expressa pelas noções de ‘camaradagem’, ‘segurança’, ‘dependência’, ‘ajuda’, etc. E é esta intimidade psicológica, sobretudo, o que distingue os pares dos amantes.”* Em muitos casos, porém, ocorre ‘exogamia’, ou seja um indivíduo de um grupo procura outro de grupo diferente para constituir o par, o que sugere uma *“tendência inconsciente para evitar o incesto”* (ibid, p.100) e que é tolerada pelo grupo, embora não seja estimulada.

Entretanto, *“uma pessoa solteira ou um ‘par’ com filhos(as) contribui tanto para o cuidado físico das crianças como um par com filhos(as) próprios. A educação e a socialização das crianças do kibbutz fica a cargo das amas-secas e professores, e não dos seus pais.”* Embora os pais não tenham um papel fundamental na socialização das crianças, eles continuam sendo ‘objetos de identificação’ e lhes proporcionam ‘segurança e carinho’ que não obteriam de outra forma. (ibid, p.95)

Further (1968, p.114-5) comentando a respeito do kibbutz, observou que os jovens formam uma sociedade no seio da comunidade dos adultos e que, embora apresentem uma transição positiva da juventude para a idade adulta e uma facilidade para se adaptar a vida comunitária e conjugal,

muitos deles desenvolvem hostilidade e agressividade para com os estranhos ao kibbutz; inspirado pela sociedade agrícola do kibbutz, Makarenko fundou, na Rússia, uma pedagogia da coletividade para uma comunidade industrial; também aí o interesse estava em se proporcionar aos jovens a possibilidade passar sem maiores tropeços para a vida adulta; tanto no kibbutz como nas comunidades de Makarenko havia um enfoque voltado mais para o papel social que o adolescente assumiria do que a sua real maturidade.

Para Murdock *a ausência das funções econômicas e educativas típicas da família, como a sua característica de residência em comum, a família não existe no Kibbutz.*

Esta afirmação baseia-se nas postulações do mesmo Murdock que considera essenciais, quatro funções da família, a saber: a sexual, a econômica, a reprodutiva e a educativa. A ausência de uma ou outra função descaracteriza o modelo de família assim definido.

Na verdade, as funções da família como conhecemos e entendemos são realizadas pela sociedade inteira do kibbutz, o que o torna uma sociedade *familiar*.

Mas há um ponto de vista oposto, entendido por Lévi-Strauss (ibid, p.102-103) que permite entender os pares e as relações do kibbutz como sendo de verdadeiras famílias no sentido em que comumente as consideramos, senão vejamos:

os adultos se relacionam numa união bissexual mais ou menos constante[...] e [...] sancionada socialmente ao ser concedida ao par uma habitação em comum, na qual, a interação é maior, [...] a intimidade emocional é maior que em qualquer outra relação, [...] há uma relação sexual exclusiva que conduz à decisão deliberada de ter filhos(as).

Tais características permitem correlacionar esta relação ao casamento da maioria das sociedades. Os filhos(as) pretendidos e obtidos pelo pai e pela mãe constituem com eles *“um grupo social tanto no sentido de interação, como no emocional, ainda que não no sentido espacial”*. A esta unidade o kibbutz denomina *mispacha* (literalmente, “família”) e assim podemos entendê-la. Os

pais embora não tenham contato físico permanente com seus filhos, não diminuem com isso a responsabilidade, o cuidado e o afeto que lhes dedicam, assumindo o último degrau de sua socialização. (ibid, p.105)

Concordando com este ponto de vista, pode-se entender o kibbutz como uma família e assim vê-la como universal.

Apesar de existirem outros tipos de família, o que predomina na nossa civilização e que tem caráter praticamente universal é a família conjugal, em que se mantém o vínculo matrimonial e a coabitação entre marido, esposa e filhos(as), existindo entre eles dependência fisiológica e psicológica, em maior ou menor grau de acordo com a idade e as condições de envolvimento dos familiares.

3. MULHER E FAMÍLIA NO BRASIL

No Brasil, o pensamento católico sobre o papel da mulher, embora tenha sofrido modificações, passou por períodos no final do século passado e início deste, nos quais se propunham postulados, como o que consta na carta pastoral de D.Macedo Costa, em 1875, “*que anexou um ‘resumo’ do que há de fazer um cristão para se santificar e salvar*”: (in Ribeiro[org.], p. 88 - 89)

• *Obrigações de uma jovem*

- 1) *Ser muito modesta em todas as suas ações.*
- 2) *Andar acautelada a cada passo.*
- 3) *Ser grave e sempre decente nas falas e maneiras.*
- 4) *Gostar de estar em casa e ajudar a sua mãe.*
- 5) *Aplicar-se de contínuo ao trabalho.*
- 6) *Raras vezes sair, e só por necessidade.*

- 7º *Aborrecer as vaidades nos vestidos e enfeites.*
- 8º *Evitar conversações indiscretas com pessoas de sexo diferente.*
- 9º *Detestar dissipações e profanos divertimentos.*
- 10º *Amar os exercícios de piedade.*
- 11º *Ser muito franca, leal e amorosa para com sua mãe e não ter segredos para ela.*
- 12º *Edificar com bom exemplo e doutrina seus irmãozinhos menores.*

• *Obrigações da mulher casada*

- 1º *Amar o marido.*
- 2º *Respeitá-lo como seu chefe.*
- 3º *Obedecer-lhe com afetuosa prontidão.*
- 4º *Adverti-lo com discrição e prudência.*
- 5º *Responder-lhe com toda a mansidão.*
- 6º *Servi-lo com desvelo.*
- 7º *Calar, quando o vir irritado.*
- 8º *Tolerar com paciência os seus defeitos.*
- 9º *Não ter olhos nem coração para outro.*
- 10º *Educar catolicamente os filhos.*
- 11º *Ser muito atenciosa e obediente para com o sogro e sogra.*
- 12º *Benévola para com os cunhados.*
- 13º *Prudente e mansa, paciente e carinhosa com toda a família.*

• *Obrigações da viúva*

- 1º *Viver pura com as virgens.*
- 2º *Vigilante como as casadas.*
- 3º *Dar exemplo de virtudes a umas e outras.*
- 4º *Ser amiga do retiro.*
- 5º *Inimiga dos divertimentos mundanos.*

6º) Aplicada à oração.

7º) Cuidadosa pelo seu bom nome.

8º) Amante da mortificação.

9º) Zelante pela glória de Deus.

Vê-se por estes postulados a proposição de um claustro feminino, submetida a hegemonia masculina e a concessão do papel de mantenedora dos valores familiares e religiosos. A mulher, ao aceitar tal posição, era co-responsável pela manutenção deste modelo social.

Estabelecia-se, naquele tempo, que *“a hierarquia familiar está, pois, bem definida: acima de todos, o marido, que decide e governa o lar; abaixo dele, a esposa, fiel e respeitosa; no último patamar, os filhos, submissos e obedientes às decisões paternas.”* Acentuou-se também neste período *“a divisão entre o trabalho externo e a vida no lar”*. (ibid, p.90)

Tais postulados sugerem domesticação da mulher e dos filhos que seriam adestrados dentro da reprodução de um modelo baseado na escravocracia e no capitalismo.

Como se vê, tal modelo conservava a divisão sexual do trabalho. No Brasil, a família, fruto da própria colonização territorial, estabeleceu-se dentro deste regime escravocrata, exercido por latifundiários cuja origem - pelo menos da elite dominante - advinha principalmente da Europa; tal elite criou a ideologia da família patriarcal extensa como protótipo da vida familiar tradicional; isto é, à família nuclear, composta por membros da elite e dirigida pelo pai / marido / patrão, agregavam-se outros indivíduos, em geral, oriundos de outros continentes; com isso transferiram para o ambiente da família, as características do jugo e da cega obediência; a família brasileira tornou-se então patriarcal, nuclear e extensa, agregando-se ao convívio diário os empregados e seus dependentes. (ibid, p.123)

Por volta de 1770 *“é a própria sociedade patriarcal, latifundiária e escravocrata que entra em fase de progressiva desagregação”* (ibid, p.86), mas, persiste, durante pelo menos um século o

padrão antes instituído. Especialmente em relação à mulher, a característica de dominação se manteve, a despeito dos movimentos feministas, ainda que desarticulados, iniciados já no século XVIII.

A partir das modificações sociais ocorridas no país com a abolição da escravatura, a independência e a proclamação da República, associados a um desenvolvimento urbano crescente, a família brasileira passa a adquirir uma nova configuração que vai se instalando gradualmente, influenciada pela imigração de europeus e asiáticos (Carvalho, M., p.71). Os jovens passam a decidir sobre seus casamentos e escolher pessoalmente seus parceiros, a moça passa a casar-se mais tarde, por volta dos 18 anos, tendo com isso, mais tempo para preparar-se culturalmente. A nova família passa a ter laços de sangue mais presentes que na família extensa.

“Naturalmente, para a população pobre, neste período, em grande parte de cor, o efeito desagregador de seu passado escravo, dificultou a organização de famílias estáveis.[...] A população pobre caracterizou-se, no Brasil, pela formação de arranjos domésticos precários ... “
(Carvalho, 1992, p.73)

Paralelamente a estas transformações no Brasil do início do século XX, irrompe na Europa, a primeira guerra mundial que obriga as mulheres dos soldados dos países em guerra, a ocupar os lugares de seus maridos nos escritórios, nas fábricas e no campo; com isso, houve intensificação do trabalho feminino em atividades antes exclusivamente masculinas. Esta nova postura da mulher no exterior é conhecida no Brasil e os movimentos culturais, que buscam a internacionalização da cultura, como por exemplo a Semana de Arte Moderna de 1922, mostram à sociedade brasileira, as transformações sociais que estão ocorrendo no exterior.

Entretanto, no código civil brasileiro de 1916 é possível, no seu artigo 233, inciso IV, ler-se ainda: *“Ao marido, segundo a lei, cabe especificamente ‘prover’ a manutenção da família”,* enquanto *“à mulher cabe ‘velar’ pela direção moral desta”* (artigo 240). O chefe da família continua sendo o pai e é dele o poder para decidir a fixação do domicílio. (Ribeiro[org.], p.171)

Embora legalmente respaldado, a mulher brasileira passa a ter mais liberdade, participando mais ativamente de reuniões sociais e assume, entre outras profissões, a do magistério, auxiliando a suplementar o orçamento familiar. Tal liberdade não se aplicou ao campo sexual. Até por previsão na lei, a mulher tinha que obrigatoriamente ser casta até o casamento, o que não se exigia do homem. Entretanto, havia um melhor planejamento da quantidade de filhos e para a mulher isto representava mais tempo livre para a educação e o trabalho. O advento dos métodos anticoncepcionais foi um grande facilitador desta situação. A mulher conseguia se preparar melhor para um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e, novamente, por ocorrência da segunda guerra mundial, as idéias liberais promoveram avanços sociais e científicos, que ofereceram a mulher alternativas mais amplas, especialmente com referência a liberdade sexual.

“A partir de então, a família burguesa de padrões marcadamente conservadores [...] começa a entrar pouco a pouco em crise.” (ibid, p.119)

Hoje, mais do que em outras épocas, a instituição familiar está em crise. *“[...] é possível perceber que, na dinâmica das relações da vida cotidiana familiar fluem os mais diversos interesses, conflitos e emoções (Poster, 1979 in Bruschini, 1990, p.14), que se transformam em função de mudanças nas condições de existência e no ciclo de vida familiar”.* (Bruschini, p.14)

O acúmulo de funções dos pais, a necessidade de especializar-se cada vez mais que obriga a uma dedicação mais intensa aos estudos; as distâncias cada vez maiores que eles tem que percorrer para ir e voltar do trabalho, especialmente nas grandes cidades, diminuem o tempo disponível para os filhos. Também a influência dos meios de comunicação, seja pela televisão, rádio ou computadores, cada vez mais presentes no dia-a-dia de todas as pessoas diminuem o tempo de diálogo entre os membros da família; há situações em que cada indivíduo tem um ambiente totalmente isolado dos demais, para seus momentos dentro de casa; com frequência o único momento em que os componentes da família se encontram e dialogam corresponde ao horário das refeições, quando a agitação da vida moderna o permite.

Tais condições se constituem em excelente meio de cultura para o surgimento de atritos e mazelas no relacionamento entre o casal e destes para com os filhos. Passa a ter importância fundamental a estrutura pessoal de cada elemento do par. Em alguns casos, os atuais casamentos são precoces, não planejados e motivados por uma gravidez inesperada; em tal situação os recém-casados podem ainda não ter maturidade ou estrutura psicológica compatível com o compromisso que é a constituição de uma nova família. Imaginam saber o que querem, mas ainda não o sabem; passados, em média, os dois primeiros anos do casamento, iniciam-se crises normais relacionadas à adaptação da vida a dois e o despreparo os tem levado a decidir pela separação. Mesmo que a separação não ocorra neste período, o casal prorroga a solução das crises, sem, na maioria das vezes, procurar o entendimento e o amadurecimento que lhes permita superar esta crise e ao mesmo tempo prepará-los para as novas crises que o transcorrer da vida normalmente impõe.

Em outras situações, especialmente nas classes baixas, ocorre a união consensual, na qual o casal vive sob o mesmo teto há algum tempo, sem compromisso formal, estabelecendo uma união, que, sob o ponto de vista psicossocial é menos estável que a união formal, e que pode por motivos débeis produzir o afastamento de ambos. Para os filhos destas uniões consensuais fica a idéia de que este é o modelo a ser seguido. Tal modelo de união, reprovado em outras épocas, hoje é aceito e até sugerido por segmentos da sociedade.

Se, em outras épocas, a separação dos casais era vista com repúdio e isolamento pela sociedade antiga, hoje, quando se torna mais freqüente, é melhor aceita pela sociedade.

Se, por um lado, os desgastes provocados pela instabilidade econômica, afetam o provedor da família, que em geral é o pai, por outro lado, a necessidade da participação da mãe na composição da renda familiar ou ainda, a ausência do provedor, a tem mantido fora do lar e conseqüentemente do contato com os filhos em crescimento, por um período de tempo maior do que em outras épocas. A alimentação pré-preparada, a possibilidade de planejamento familiar e as opções para encaminhamento dos filhos para creches e outras instituições semelhantes, nas quais, é

bom que se entenda, ocorre uma “terceirização” da educação dos filhos, são fatores que contribuem para este distanciamento entre mãe e filhos.

Esta nova atitude feminina, que, em não sendo entendida pelo pai, leva o casal a discórdia, pode decretar verdadeira *falência* da família, ou pelo menos do modelo de família atual.

A este respeito as conclusões de Oliveira e Berquó (1990, p.48-53) sobre os dados da pesquisa realizada pelo IBGE em 1980, comentam que além do “*excedente de mulheres em relação aos homens*”, constatou-se também que “*mulheres das camadas subalternas mantêm-se solteiras ou separam-se dos seus companheiros em razão da incapacidade masculina de satisfazer as expectativas da divisão sexual do trabalho*”. Segundo estas autoras, as mulheres jovens, principalmente as mães solteiras, assumem a condição de chefes de família mais precocemente, quando comparadas a homens de mesma idade. Com o aumento progressivo do número de separações e com a tendência da guarda dos filhos recair sobre a mãe, tem aumentado significativamente o número de famílias incompletas chefiadas por mulheres. (Oliveira e Berquó, 1980 e Carvalho, 1992).

Analisando o progressivo aumento do número de separações, podemos inferir que as pessoas não estão se preparando para o casamento e nem para a separação.

Entre os fatores que mais produzem separações está, por exemplo, como constatou Carvalho, M.(p.253) com base nas respostas dos seus entrevistados, o comportamento infiel do cônjuge (em geral do marido) que é, em última análise um ato de deslealdade e de falta de respeito mútuo, de um para outro parceiro.

O comportamento adúltero não é privilégio de uma ou outra classe socioeconômica. Observa-se tanto em classes cultural ou economicamente desprovidas, quanto naquelas onde se poderia pressupor atitude diversa. Observamos, na nossa experiência pessoal em consultório clínico, que a falta de diálogo e a falta de respeito, recíproco ou unilateral, agregada a fatores como incompatibilidade no relacionamento entre famílias, são as causas mais frequentes que promovem

esta situação; se o casal que se separa já tem filhos, a complexidade da situação aumenta. Tal constatação coincide com o trabalho apresentado por Carvalho (1992, p.137-9).

4. A CRISE FAMILIAR E O ADOLESCENTE:

Como no nosso trabalho a preocupação central é o adolescente e a influência que as condutas sociais e familiares possam produzir no seu desenvolvimento psicossocial, questionamos: que reflexo as atitudes dos pais, anteriormente referidas, podem produzir nos filhos?

A ausência ou a pouca presença de um dos pais ou do casal no lar, produz reações diversas nos adolescentes das diferentes classes socioeconômicas. Para os adolescentes de classe média há uma contestação maior, mas as alternativas fora do lar apresentam um leque de opções maior com a possibilidade de vincular-se a grupos de amigos, envolvimento maior em esportes ou outras atividades socialmente mais aceitas; entretanto, conforme constatou Further (1968) os adolescentes da classe média se rebelam mais violentamente que os das classes operárias. Para este autor, os adolescentes da classe operária, nas quais o jovem inicia no trabalho mais precocemente, não tem tempo para a adolescência.

De fato, observa-se que aqueles que não trabalham em empregos regulares fora de casa trabalham em casa, cuidando da mesma e dos irmãos menores, quando estes não vão para as creches. Porém, se não há autoridade dos pais ou equivalente, ficam a mercê das mazelas e das gangues nas ruas, uma vez que a rua é o ambiente mais atraente e mais livre.

Com a relação ao casamento ou as uniões consensuais, acreditamos que a óptica sob a qual os adolescentes verão esta instituição e da própria família será a de que poderão unir-se e desunir-se com a mesma facilidade com que se desvencilham de qualquer outra situação desfavorável.

A mídia em geral apresenta hoje um modelo de comportamento que leva o adolescente a valorizar excessivamente o consumo de bens materiais além de *bombardeá-lo* com cenas de sexo; o jovem aceita o *ficar* como forma de relacionamento íntimo, relação temporária na sua vida social, que, por ser efêmera, gera descompromisso e até receio com a possibilidade de um relacionamento mais intenso no futuro. Convém lembrar, como afirma Gomide (1995) que especialmente “*na classe pobre o adolescente é hedonista e imediatista, pois não tem perspectiva de futuro.*”

Há que se considerar que ao nos referirmos ao tema da sexualidade, o adolescente, tanto o de classe média como o de classe operária, conforme já observamos no capítulo I deste trabalho, não tem a visão clara dos problemas morais que envolvem seu comportamento sexual, mormente se constata que os adultos tratam o assunto como *tabu* ou se esses adultos não conseguem admitir ou entender que ainda não atingiram a maturidade sexual. Isso é particularmente notório com relação ao problema da masturbação, dúvida comum dos adolescentes, e motivo de constrangimento frequente de adultos teoricamente maduros do ponto de vista psicosssexual.

Como relata Further (1968, p.23) “*muitos adolescentes delinquentes sofrem de uma carência afetiva, porque seus pais lhes ocultaram sua própria falta de maturidade sexual*”. Com isto, pode-se ver que atitudes ambíguas e controvertidas podem causar problemas de ordem emocional quando o jovem tenta se relacionar com o sexo oposto, pois além desses exemplos como afirma Spranger (in Further, 1968, p.23) há três níveis de comportamento sexual:

... a **sexualidade**, forma puramente corporal do comportamento sexual com função de satisfazer a libido, que se esgota no gozo imediato; o **erótico**, que é o amor sem responsabilidade e seria a forma mais corrente observada durante a adolescência e o **amor**, que seria a apoteose desta evolução e que permitiria, enfim, o encontro real com o outro.

Estas considerações nos obrigam a uma reflexão sobre o futuro dos jovens, da família e da sociedade. Se o jovem for afastado dos relacionamentos afetivos, se a mãe, trabalhando fora, obriga também o homem a participar mais intensivamente deste cuidado, mas ambos tem dificuldade em

fazê-lo e acabam permitindo que as instituições o façam, o filho tanto poderá ser educado em escolas especializadas como também poderá sê-lo nas ruas. Que projetos a família tem preparado para o futuro? Caminhamos para o encerramento da existência da família nuclear?

Cabe a comunidade científica intensificar “o estudo da vida familiar cotidiana, considerada também como um espaço possível onde são gerados elementos capazes de propiciar sua própria transformação” (Heller, 1982 in Bruschini, 1990, p.14), entendendo “as famílias como um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas, e não apenas como uma soma de indivíduos” (Rodrigues, 1981 in Bruschini, 1990, p.14-15).

CAPITULO III

EDUCAÇÃO, ESCOLA E ADOLESCENTE.

1. EDUCAÇÃO E ENSINO

Como já nos referimos no estudo sobre a origem da família, a linguagem foi, sem dúvida, fundamental para o desenvolvimento do ser humano como o conhecemos hoje e para a montagem das estruturas que o mantém como um ser social.

Ela possibilitou a codificação de todas as descobertas e dos processos de raciocínio que culminaram com as invenções humanas, fator este relevante para transformar o animal arborícola em um ser racional, dono da capacidade de optar sobre si próprio, sobre seus pares e sobre o seu meio ambiente, que conseguia adaptar-se a outros *habitat* diferentes do original.

A linguagem permitiu ao Homem a capacidade de comunicar aos seus semelhantes, com maior exatidão, toda e qualquer experiência adquirida, como também possibilitou expor os passos dos processos mentais íntimos que se produziam secretamente no seu cérebro.

O aspecto finito da natureza humana, pôde através da linguagem e das outras formas de comunicação, transcender o próprio indivíduo, tornando-o, pelo menos por sua produção racional, um indivíduo presente, mesmo após sua morte.

Esta transmissão de conhecimentos e raciocínios era e é também a garantia da perpetuação da espécie, pois as técnicas de caça e de defesa pessoal, os aprendizados assimilados podem ser ensinados à prole, diminuindo seus riscos de exposição à morte. Tal ensino se desenvolveu, portanto, de forma a acrescentar às experiências do filho, toda sabedoria acumulada pelos pais. O volume de

idéias, de experiências e relatos, a necessidade de se estabelecer um canal de comunicação inteligível, tornou necessária a sua sistematização dos conteúdos e do método de transmissão. Era preciso informar à prole quais procedimentos lograram êxito e que métodos foram infrutíferos ou danosos.

Desde então, o processo do ensino, que nasceu talvez até antes da linguagem, foi incorporado à existência humana como condição de sobrevivência do grupo e tornou-se uma instituição tão propriamente humana como sua vinculação ao grupo.

Não conseguiremos, na atualidade, compreender um ser humano, sem que ele tenha sido ensinado de alguma forma. Esta transmissão de instruções e métodos se tornou um *“processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social”* possibilitando a transferência entre humanos do *“cabedal científico e os métodos empregados na obtenção de tais resultados”* (Holanda, 1993), a que hoje chamamos de *educação*.

Florestan Fernandes (1966, p.40), diz que *“a educação é um meio para atingir a socialização dos indivíduos, a formação dos horizontes culturais dos seres humanos e o aperfeiçoamento da inteligência”*. Para ele *“não há dúvida de que a educação modela o Homem. Mas é este que determina, socialmente, a extensão das funções sociais construtivas da educação em sua vida”*. (ibid, p.71)

Na sua afirmação, continua, dizendo que há uma interdependência estrutural e dinâmica entre a educação e a sociedade, em consequência da qual *“a educação forma o Homem”* mas *“o Homem define o valor social da educação”*. (ibid, p.71)

Há aí um fantástico alerta que nos dá a exata dimensão do quanto é importante educar bem. A preocupação excessiva em se transmitir ciência ao aluno deve traduzir uma criteriosa avaliação da qualidade dos conteúdos ensinados e das possíveis consequências disto. Isto é, não podemos apenas formar um profissional, mas sim formar um profissional que consiga obter um desempenho que

acrescente ao seu grupo social condições para um viver melhor, que saiba portanto utilizar a ciência para melhorar a condição humana.

Toda doutrina pedagógica, implícita ou explicitamente, sempre estará baseada numa filosofia de vida, numa concepção de Homem e numa concepção de sociedade. (FREITAG, p.121)

Portanto, analisando as afirmações de tais educadores, vemos que a qualidade da educação ofertada aos alunos é consequência direta dos projetos sociais que a comunidade escolheu e sustém como transmissão de conhecimentos. São evidentes as análises e conclusões que se podem estabelecer a partir desta constatação. A educação de um determinado grupo é exatamente o reflexo daquilo que o grupo deseja e para a qual contribui com os meios de que dispõe, ou seja, o processo educativo não está senão, vinculado a disposição de todos os métodos, forças e sistemas que a comunidade lance mão para obtê-lo e qualificá-lo.

2. DO PRIMEIRO GRAU AO ENSINO SUPERIOR

A educação formal se concretiza, amiúde, através da escola como veículo do ensino; a escola pode ser entendida como *“um espaço específico para a apropriação, desapropriação e reapropriação do saber” (SILVA, p. 119).*

Na escola, além do ensino das ciências, são ensinadas à criança, em alguns casos, pela primeira vez em suas vidas, as regras da socialização (éticas, convenções sociais, relações com os outros, por exemplo); também é nela que o adolescente pode receber os conhecimentos para direcionar suas potencialidades e sua vida adulta. Para o jovem ela se assemelha a um grupo de parceria, uma comunidade real, com a diferença que ali se estudam e se trabalham os conteúdos científicos.

A escola, como elemento integrante da sociedade, deve estabelecer com esta uma reciprocidade de influências, que permita a ambas estabelecer um projeto comum para atingir determinados objetivos; cada uma, por seu turno, deverá ter a incumbência de cumprir papéis e realizar as ações que sejam previstas neste projeto.

Como bem constata Fernández Enguita (1989, p.157):

[...] a sociedade atribui-lhe [à escola] uma importância que chega à identificação entre a condição de criança ou jovem e a de escolar. (não se pode ver uma criança sem ver a escola, ele representa a escola) [...] A escola apresenta-se perante eles ou assim o proclama a sociedade, como a única coisa séria que existe no período de sua vida: o resto é brinquedo [...] Como escreveu uma vez Fabrício Caivano, 'a infância foi substituída pela alunância'

Para Fernández Enguita *"a escola é uma espécie de instituição total de tempo parcial, cujos internos contam com tardes livres, fins de semana e férias anuais. Nenhuma outra instituição social, exceto os exércitos de serviço obrigatório [...] apresenta esta característica de enquadramento obrigatório de toda a população."* (ibid, p.157)

Quando consideramos o cotidiano do aluno, considerando seus compromissos, especialmente, no período da vida entre a infância e adolescência, vemos que a nossa cultura mantém a educação como o mais sério compromisso social a cumprir, sem o qual seu futuro estará comprometido. A escola torna-se, primariamente, um sítio para o encontro dos alunos, para o processo de socialização de cada um individualmente. Ela é a promotora do encontro entre o indivíduo e um novo grupo social diferente do familiar.

Para o aluno, a escola torna-se a extensão do lar e da família, ou como classicamente chamamos de a segunda família. Na sua forma de ver, se a experiência da socialização no lar, serviu para adquirir conhecimentos que garantem a sua individualidade e adaptações ao meio ambiente, certamente sua segunda família também assim o fará. Esse acréscimo de conhecimentos,

representados pela educação científica, transmitida formalmente, é que dá ao aluno a dimensão da importância que a escola tem, como sede do saber científico, além de agente socializador.

Não podemos esquecer que além da escola e da família, também as ruas e outros meios de comunicação promovem a socialização e a informação da criança sobre o mundo que a cerca. Na rua, o grupo social, variável porque é um espaço público, oferece-lhe conteúdos diversos, não programáticos, mas traduz a imagem da vida como ela é e das pessoas, sem maquiagem. Por sua vez, a comunicação de massa instituída especialmente pela televisão e pelo rádio, bens que se popularizaram e se multiplicaram atingindo quase todas as camadas da população, tornou-se um encantador instrumento de educação, cujo teor, por vezes discutível, atrai pela facilidade e pela relativa falta de compromisso em assimilar os conteúdos ali apresentados.

A esse respeito, muito se tem dito, inclusive sobre a temerária dominação que os meios de comunicação possam estabelecer sobre as crianças e os jovens - e porque não também os adultos - transmitindo-lhes apenas conhecimentos dirigidos a esta ou aquela finalidade. Não é intenção deste trabalho discutir a validade ou não destas afirmações ou o mérito desta questão, mas achamos oportuna a citação, a este respeito, de Fernández Enguita:

Se a escola consegue este objetivo [o de educar] ou se aproxima dele não é através da comunicação, mas por meio da organização sistemática da experiência, da vida prática, da infância e da juventude. Se o objetivo da educação fosse somente comunicativo - extrair, transmitir ou inculcar informações, conhecimentos, idéias, etc. - a escola estaria na iminência de ser varrida da face da Terra, ou já o teria sido, pelos meios de comunicação de massas, que são incomparavelmente mais eficazes no que respeita a esse fim, mais atrativos e baratos. Mas a desvantagem insuperável nesse terreno, no meio de comunicação é que, exceto na fábula de Orwell, sempre pode ser desconectado. (ibid. p.158)

A escola, juntamente com a família, deve ser, pois, a sistematizadora dos conhecimentos, de forma a permitir ao aluno uma apurada análise sobre o teor das informações, à luz da ciência já estabelecida.

Florestan Fernandes, em 1966 (p. 81) já alertava para os problemas decorrentes de uma dissociação escola / sociedade, quando afirmava:

a escola divorciada do ambiente, neutra diante dos problemas sociais e dos dilemas morais dos Homens, incapaz de integrar-se no ritmo de vida de uma 'civilização em mudança' só pode atuar como um foco de conservantismo sociocultural. O processo educativo está lentamente se tornando um instrumento consciente de reconstrução social. Esta transição histórica, é óbvio, requer alterações profundas na mentalidade média dos Homens e uma revolução completa no que tange ao modo de conceber, de mobilizar e de aplicar os recursos educacionais da sociedade.

Este nos parece um ponto nevrálgico do entendimento da escola como um meio no qual haja discussão, avaliação e planejamento integrado dos conteúdos e métodos pelos quais toda a produção científica possa ser distribuída aos que nela buscam aprender. Embora os conteúdos possam ser setorizados e segmentados, os métodos que orientam a função escolar devem seguir uma diretriz pedagógica holística, voltada essencialmente a uma preocupação com a pessoa, com o ser Homem para formar homens verdadeiramente humanizados.

Não só é preciso rever os conteúdos dos currículos escolares como é preciso rever o elitismo da Sociedade que se reproduz nas escolas, para que possa o aluno, por si só, identificar e analisar a composição social, suas discrepâncias e distorções, propiciando o seu envolvimento no processo de transformação dessa mesma Sociedade.

A esse respeito nos lembra Florestan Fernandes (ibid, p.71)

No Brasil, no passado, somente entre as elites das camadas dominantes a Escola possuía alguma importância como veículo de adestramento em técnicas letradas, de transmissão de hábitos intelectuais. Contudo, nem neste círculo ela era tida como peça essencial na preparação do Homem para a vida. Esta preparação se obtinha primariamente em casa ou na vida prática e secundariamente na Escola. [...] A plebe não carecia de nenhuma educação especializada, aprendendo somente pela rotina da vida prática da época.

Quando analisamos a história da educação brasileira, especialmente no tocante à Escola Pública, temos a impressão de que no Brasil, como na América Latina, a finalidade do discurso público e da lei tem sido a de esconder, e não a de revelar a realidade.

Nossos legisladores esmeraram-se em elaborar leis tanto mais perfeitas quanto mais distantes da nossa realidade. A Constituição de 1824, estabeleceu que “*a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos*”, artigo constitucional este que não foi cumprido, pois até o final do Império, pela falta de locais específicos ou de material humano, os alunos optavam por aulas avulsas, que, desordenadamente, não poderiam oferecer formação consistente que permitisse o ingresso em escolas de nível superior, cuja estruturação, submetida aos mesmos problemas e à mesma lei, não se concretizava.

Diante da falha na aplicação da Constituição (Piletti, 1989), optou-se, em 1827, por transferir a responsabilidade do ensino para os governos provinciais. A partir do Ato Adicional de 1834 passaram a coexistir dois sistemas paralelos de ensino secundário: o Regular, reduzido apenas ao colégio D. Pedro II, que era pouco freqüentado e no final do império acabou desaparecendo ante o sistema de cursos avulsos, e o Irregular, que estava centrado nos preparatórios para o ensino superior.

A República, instalada em 1889, não herdou do Império um sistema articulado de ensino, pois para galgar um nível de ensino secundário, não havia a necessidade de se concluir o primário, e

assim sucessivamente. Buscou-se então, já nos albores do século XX, a ordenação e a hierarquização dos graus de ensino, surgindo com isso a instalação das primeiras Universidades Brasileiras.

Conforme comenta criticamente Sérgio Buarque de Holanda (1984, p.118-9), “*trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam*”.

Com isso, se conseguiria a formação orientada de profissionais que pudessem produzir cientificamente, e ao mesmo tempo, formar novos profissionais, principalmente aqueles voltados à multiplicação da informação destes conhecimentos, a par da multiplicação do número de escolas, ambientes onde se *respirasse* o saber; na prática, conseguiu-se ampliar verdadeiramente a rede de ensino e o número de educandos.

O modelo *européu* de ensino predominou no ensino secundário e no ensino superior até a implantação das reformas do ensino, pelas leis 5540 de 1968, que reformou o ensino superior e pela Lei 5692, de 1971 que reformulou o ensino básico, instituindo o 1º e o 2º graus, além do ensino profissionalizante.

Assim é que, abandonou-se o modelo clássico de educação, onde se ensinava o latim, a lógica, a filosofia entre outras disciplinas, e montaram-se currículos meramente técnicos, com conteúdos limitantes e horizontes estreitos, com a finalidade de orientar o estudante para obter um emprego.

A falta de visão holística ocorreu, por exemplo, quando o Conselho Federal de Educação, durante a vigência do Regime Militar, decidiu implantar a reforma de ensino (Lei 5692), que, na prática, direciona o ensino, especialmente o de 3º grau, quase que exclusivamente a formação técnico-profissional. Tornaram o ensino de primeiro e segundo graus fornecedores da alfabetização e da educação básica, enquanto alguns cursos de segundo grau e o ensino superior produzem a formação profissionalizante, em níveis médios e superiores, respectivamente.

Concordamos com Oswaldo Della Giustina (fev/1994) quando considera um equívoco tal decisão do Conselho Federal de Educação. Essa "*visão utilitarista*" (ibid) promoveu um novo enfoque na educação brasileira e conseqüentemente naqueles que a buscam como alternativa de formação pessoal ou para complementação de sua função social.

Passados cerca de 30 anos da instalação deste autoritarismo na educação, o que observamos é que a juventude brasileira - e talvez, da América Latina - tem, para o futuro, a mesma estreita visão que norteou a referida decisão.

Como podemos exigir dos atuais jovens estudantes o entendimento da função social que o seu conhecimento e a sua profissão possa ter, sem lhe oferecer a visão mais abrangente e profunda que a Ciência conhece, "*sem uma compreensão de como a Sociedade funciona?*" (Freire, 1993, p.134)

Florestan Fernandes nos recomenda (1966, p.83):

O nosso dilema educacional é de cunho institucional. Temos de ajustar as nossas instituições escolares ao padrão emergente de integração da ordem social, para que elas possam preencher as funções psicossociais, socioeconômicas e socioculturais da educação escolarizada na civilização moderna. Tudo isso requer muita imaginação seja por parte dos que usufruem as escolas, seja por parte dos educadores, dos professores em geral e dos cientistas sociais. A questão não consiste em formular um pensamento pedagógico atualizado; mas, como levá-lo para dentro das escolas e colocá-la em prática.

Não parece conveniente aguardar que as transformações econômicas, tecnológicas, sociais e culturais do ambiente forcem a Escola a redefinir suas relações com o mundo. É preciso que se constituam e fortaleçam, com urgência, tendências a inovação no seio das escolas e que elas correspondam aos demais processos que concorrem para a remodelação da sociedade brasileira. [...] As condições transplantadas de fora não são as ideais para o funcionamento da escola.

É necessário que a Escola esteja atenta às dinâmicas modificações sociais que hoje se processam em velocidade progressivamente maior na sociedade. Estas mudanças, que são em grande parte resultado da produção científica, precisam ser avaliadas e planejadas em reciprocidade com a sociedade, incorporando os resultados aos métodos pedagógicos, para que a escola não se torne anacrônica e desestimulante.

O que, infelizmente, observamos é que grande parte da população brasileira, está distante da escola, porque seus atrativos, associados ao elitismo anteriormente referido, não conseguem competir com outros meios de informação.

Os índices de analfabetismo ou de semi-analfabetismo, são alarmantes, conforme demonstram o quadro e os comentários a seguir, obtido por levantamento realizado em Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, executado pelo IBGE - 1990.

População absolutamente analfabeta	18 %
População analfabeta funcional	20 %
População alfabetizada sem concluir educ.fundamental	35 %
População com educ.fundamental, mas sem estudo posterior	15 %
População com graus posteriores de educação incluindo educação superior e formação técnica	12 %

Esses números gerais tornam-se ainda mais alarmantes quando analisamos dados regionais que demonstram, por exemplo, que o índice de analfabetismo, acima dos 14 de anos de idade pode chegar a 47,51 % da população no Ceará, ou a 43,54% em Alagoas. O Nordeste tem 53,2 % do total dos analfabetos brasileiros, enquanto o Sul tem 6,2 %.

Vê-se que nas regiões mais pobres os índices de adolescentes analfabetos são maiores. Esta população de adolescentes já se encontra neste período da vida, freqüentemente envolvida em algum tipo de trabalho que permita a complementação da renda familiar e que os obriga a relegar a educação a um segundo plano de importância.

Segundo constatou o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), ligado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em 1990, mais da metade dos alunos que atingem o 2º.Grau, estudam em períodos noturnos e o índice de evasão escolar, em 1988, foi de 15,2 % na 1ª.Série e de 18,9 % na 5ª. Série.

Por outro lado, os índices de repetência fornecidos pelo mesmo Instituto, também muito altos, mostram que cerca de 1/4 dos alunos repetiram a 1ª. Série e igual número a 5ª. Série, sendo de 32,21% o número de alunos que conseguem completar o 1º. Grau em oito anos.

No entender dos educadores do Banco Mundial *"o principal problema educacional não seria nem a falta de verbas, nem a falta de escolas, mas a falta de eficiência do sistema"*. (Almanaque Abril, 1994, p.153)

Tal assertiva parece-nos estar parcialmente correta, pois se analisamos a gestão político-administrativa da Educação Nacional podemos constatar alguns fatos relevantes.

Pela Constituição Federal de 1988, *"a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família"*. Os investimentos previstos para atingir esta finalidade, e determinados por essa mesma Constituição são de 18 % dos impostos federais arrecadados e de 25 % do que arrecadam Estados e Municípios.

Segundo o Ministério da Educação e Cultura, o percentual investido com Educação, em relação às despesas gerais do Governo Federal, variou conforme o quadro abaixo:

1987	13,1 %
1988	10,6 %
1989	4,6 %
1990	2,4 %
1991	4,2 %
1992	2,5 %

Os números são por si só elucidativos e demonstram que a precariedade do ensino brasileiro está vinculada à falta de verbas e de investimentos no setor. Acrescente-se ainda que até outubro de 1993, a dinâmica de distribuição das verbas para a educação provocavam um atraso de cerca de 80 dias para chegar ao destino final, sendo corroídas pela inflação. Além disso, a estrutura da máquina burocrática, o transporte e a merenda escolar, além da instalação de meios de prevenção de saúde nas escolas, tem consumido a maior parte dos recursos para o setor, em detrimento da melhoria das condições de trabalho do contingente humano, que é, no setor, elemento primordial para assegurar qualidade e eficiência.

Para citar alguns dados elucidativos, baseado na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, em julho de 1993, professores da rede primária de ensino, em Alagoas recebiam cerca de US\$ 35,00 por 20 horas de trabalho semanal, enquanto o maior salário, pago em Rondônia, foi de US\$ 208,30 por uma carga de trabalho de 40 horas semanais. (Almanaque Abril, 1994, p. 155)

Como o maior contingente de professores na rede básica, é de mulheres com idade média de 33,6 anos (83 %) e considerando que a renda feminina tem se tornado elemento importante na constituição da renda familiar, é evidente que este nível de remuneração não permite aperfeiçoamento destes professores, exceto quando este aperfeiçoamento é executado sem ônus para os participantes. Isto depende novamente de investimentos no setor, o que, como ficou demonstrado, tem sido insuficiente.

Em artigo publicado na Folha de São Paulo, em 11 de outubro de 1995 (p.3-4) o Presidente Fernando Henrique Cardoso, declarou que o Governo Federal está propondo mudanças na Constituição Federal para que *“os Estados e Municípios destinem 15% de suas arrecadações exclusivamente ao Ensino de 1º.Grau, permitindo que o salário do professor primário passe a ser calculado com base no custo anual por aluno”* [...] de tal forma que se invista R\$ 300,00 por aluno/ano elevando, com isso, o salário dos professores para cerca de R\$ 300,00 mensais. Segundo ele o *“Governo Federal vai garantir esse investimento mínimo por aluno”*. Tal projeto, que

depende ainda de aprovação do Congresso Nacional, já é um indicativo da vontade de alterar a atual situação do Ensino Público, especialmente do 1º. Grau, e dos seus professores em particular, e, segundo o Presidente deverá ser aprovado porque “[...] *todos os brasileiros, sabemos que é com uma boa educação que se constrói um grande país*”.

Entretanto, o que ainda se observa é que essa mesma falta de investimentos atinge também o setor da pesquisa científica, que vem atualmente se restringindo a algumas poucas escolas de 3º. Grau, ainda assim, subsidiadas em grande parte pela iniciativa privada.

Também aí, sofre a qualidade do ensino que o professor transmite, e por conseqüência, sofre o aprendizado dos seus alunos, pois, professor não é apenas uma estação repetidora do conhecimento já existente, mas ele deve também acrescentar aos seus conhecimentos prévios, aqueles obtidos com o resultado de suas pesquisas e de suas experiências, mantendo a característica dinâmica que a ciência possui.

Vê-se que a tarefa do ensino e o repensar constante de seus métodos deve ser continuamente revista e seus recursos readequados. Como o objetivo final do ensino é o homem representado pelo aluno que o procura, é importante perguntar: qual é o padrão do aluno de hoje, do público a quem o ensino se dirige? Veremos que é um padrão de velocidade, de comunicação instantânea e global, da ciência presente na banca da esquina, do estímulo visual, mas, sobretudo, de um volume de conhecimento tão grande que torna o saber, para cada indivíduo, fragmentado, embora muitas informações sejam de má qualidade e praticamente sem maior proveito para o estudante.

As modificações que se impõe a todos os modelos de ensino, exigem, pois, uma resposta rápida, eficaz e objetiva que só se obtém com uma direção estabelecida por margens suficientemente largas que permitam ajustes de percurso atendendo as necessidades e anseios de alunos cada vez mais informados no ambiente extra-escolar.

A escola deve resgatar para si o papel de ser um dos principais, senão o principal, elemento científico-social que oriente o aluno a buscar as informações necessárias ao entendimento da

realidade social onde está inserido. Para tanto, devemos analisar mais detidamente o aluno, em especial no nosso trabalho, o adolescente como participante do processo de ensino.

3. O ADOLESCENTE NO ENSINO

3.1. As características básicas do adolescente em relação à escola.

A criança ao conhecer a escola tem dela uma impressão eminentemente lúdica; para as crianças de classe média esse primeiro contato se dá nos jardins de infância, maternais e pré-escolas em geral; para as crianças de classe baixa o contato inicial é feito ou com creches ou já no ingresso ao primeiro grau; ao chegar, porém a idade da adolescência, para refugiar-se interiormente das crises que vive, sente a necessidade de intelectualizar; o adolescente é inquieto, sente vontade de lutar por um futuro melhor, não só para si, individualmente, mas para o Homem; entretanto, aflito com as mudanças internas que estão se processando, o jovem não tem a paciência para uma reavaliação dos conteúdos aprendidos, e, se não os desperdiça, também não os utiliza como um bem científico em favor das causas que está defendendo. Pode com isso criar uma imagem de inutilidade da escola e se rebelar contra ela.

Por seu lado, a escola nem sempre está preparada para reconhecer e conseqüentemente poder trabalhar os problemas que o adolescente traz consigo. São jovens que apresentam flutuações constantes de humor, que exigem respostas objetivas e seguras, e que buscam uma nova identidade. A responsabilidade na transferência dos conteúdos e no seu entendimento pleno, torna a tarefa de educá-los ainda mais árdua. Os professores, principalmente nos dias atuais, inseridos no contexto caótico do ensino e muitas vezes voltados aos seus problemas pessoais, ignoram ou vêem muito superficialmente os problemas vividos pelos jovens; não se aprofundam nessa dinâmica do

desenvolvimento, estabelecendo-se assim, uma grande distância entre a expectativa que o adolescente traz para a escola e a resposta que esta lhe dá.

Crianças e jovens são mantidos constantemente em interação com o professor e outros agentes da instituição, ou sob sua vigilância. A escola não apenas pretende modelar suas dimensões cognitivas, mas também seu comportamento, seu caráter, sua relação com o seu corpo, suas relações mútuas. Propõe-se a organizar seu cérebro, mas no mais amplo sentido: não apenas alimentar um recipiente, mas dar forma ao núcleo de sua pessoa. (Fernández Enguita, p.158)

Evidentemente, a escola não consegue suprir todas as necessidades do adolescente, assim como não o fazem, isoladamente, a família e os grupos de jovens. Como vimos, essas necessidades somente serão supridas pelo próprio adolescente que, após percorrer os anos da sua juventude e com a experiência dos relacionamentos familiares e sociais, passa a aceitar sua nova identidade, seu novo *eu*; é preciso, pois, que pelo menos sob o ponto de vista científico e dos métodos para transferência dos conteúdos, a escola esteja convenientemente preparada para atender aos anseios dele.

Em geral, a escola apresenta conteúdos predeterminados para um público previsto, dispensando a individualização, ou pelo menos, abrindo espaço para que ele conheça e saiba o que está lhe ocorrendo, o que é ser adolescente, os aspectos positivos desta fase da vida, como pensar, o que irá fazer do seu futuro, como lhe parece o mundo adulto, como foi sua infância, que são pensamentos importantes para o adolescente.

Não se trata aqui de fazer apologia do adolescente, mas sim de utilizar o conhecimento prévio, científico e metodológico, para saber como atender esta clientela que tão rapidamente passa de criança para adulto e que dirigirão a nossa sociedade, tornando-se nossos pares no trabalho e na vida.

De forma prática há que se adaptar os conteúdos dentro de margens suficientemente largas para que não se percam os limites do que se pretende ensinar, mas que permitam, ao mesmo tempo, adaptações e individualizações nos métodos e na transferência dessas disciplinas. *“Uma individualização absoluta é irrealizável em condições de ensino de massa. Sem dúvida um leque de opções é particularmente útil só que sublinha e acentua as diferenças ao invés de reduzi-las”*, mas *“a educação deve procurar equilíbrio entre a socialização e individuação”* (Not, p.437)

Sem contar com a efetiva participação do adolescente, a escola de qualquer grau, na prática, impõe uma aprendizagem que acaba se tornando mecânica e que, portanto, tende a ser logo esquecida; o jovem, na escola busca tanto aprender como apreender o novo, e isto é decisivo para o resultado da aprendizagem: se, por exemplo, a escola for autoritária na determinação das atividades, o futuro adulto se tornará tão autoritário para os outros, quanto foram com ele. A escola tende a ser autoritária *“como o trabalho, durante o tempo em que o indivíduo está incorporado à instituição e dentro do espaço delimitado por seus confins”* (Fernández Enguita, p.164).

De acordo com o Irmão Dionísio Fuentes Alvarez (apud Nerici, 1983), quando analisamos o público alvo da escola, observamos as principais características do estudante da atualidade, que, segundo ele, são as seguintes:

a. *Emocionalmente imaturo e inseguro, mas sumamente cioso da pessoa adulta completa que aspira ser;*

b. *Extraordinariamente suscetível e com reações violentas contra quem intente roubar-lhe essas prerrogativas;*

c. *Mostra-se ao contrário, generoso e franco para quem demonstrar respeito por ele;*

d. *Tem grande capacidade de entusiasmo e que pode tomar dois rumos:*

- *aplicar-se aos estudos;*

- *desviar-se para outros problemas de maior ou menor importância.*

No que se refere ao ensino, cabe à escola, direcionar as necessidades do adolescente transformando-o em estudante zeloso, suscetível, franco e entusiasta, sob pena de, em não o fazendo, produzir para a sociedade indivíduos desajustados e profissionais inaptos, dependendo, é óbvio, de outros fatores sociais envolvidos na educação destes adolescentes.

3.2. O adolescente, a reprovação e o afastamento da escola.

Na vida escolar, se o adolescente obtiver um resultado negativo, pode interpretar tal revés como definitivo, abandonando o ensino para realizar outras atividades.

Não nos devemos esquecer que o adolescente tem necessidade de se auto-afirmar e especialmente de "*se afirmar por vitórias*" (Not, p. 451), tanto dele como pessoa como de suas idéias; quando ele sente que não há espaço para esta afirmação, nem na família, nem na escola, nem na sociedade (não pode trabalhar, o que ele fala não se leva em conta, não é ouvido e considerado) sente-se marginalizado.

Dependendo da intensidade com que tal fracasso foi sentido, podem surgir reações extremas, próprias da adolescência, e que como, afirma MERTON (apud Rosa, F. 1980), "*o jovem é suicida em potencial por depressão motivada pelo desapego a valores culturais*", mormente diante de situações de extrema depressão.

Por outro lado, a vitória sobre um fracasso é *dinamogênica*① (Not, p.453), quando o fracasso não é freqüente; por isso, deve-se propor ao jovem objetivos difíceis mas permitir-lhe o acesso e isto certamente ampliará seus conhecimentos, evitando a repetição de resultados negativos.

Pode-se, em muitos casos, considerar que a reprovação foi *iatrogênica*, causada pela mesma escola que o reprova, e que, em função da pulverização de conteúdos apresentados durante a sua vida escolar, ou da má qualidade do planejamento e execução do ensino, ou ainda da ineficiência

dos métodos utilizados, não conseguiram estimular e educar adequadamente o aluno ora reprovado. Também a sociedade, coadjuvante no processo educacional, deve ser criteriosamente reavaliada quanto a questão educacional e da formação individual do jovem.

Carlos Alberto Serpa de Oliveira (1981), ao proferir conferência na CAPES, afirmou que “*a qualidade de um produto que demanda 18 anos para ser entregue à sociedade não pode ser melhorada pelo processo de avaliação e sim pelo de fabricação*”; mas, a Escola pode e deve melhorá-lo, desde que esteja atenta para isso e perceba, como afirma Marilyn Ferguson (1992, p.265) “*que só se pode ter uma nova sociedade ... se for modificada a educação da geração mais jovem . Contudo, a nova sociedade é a força necessária para a mudança na educação*”.

O ensino e a escola devem ser sensibilizados para os adolescentes, para que possa produzir elementos que adicionem ao ímpeto juvenil, o conhecimento científico acumulado, e que mostrem ao adolescente, os caminhos pelos quais ele poderá atingir futuro melhor, proporcionando-lhe uma melhor dinâmica de desenvolvimento.

A experiência da escolaridade é algo muito mais amplo, profundo e complexo que o processo da instrução; algo que cala em crianças e jovens muito mais fundo e produz efeitos muito mais duradouros que alguns dados, cifras, regras e máximas que, na maioria dos casos, logo esquecerão. As atitudes, disposições, etc. desenvolvidos no contexto escolar serão logo transferidas a outros contextos institucionais e sociais [...] (Fernández Enguita, p.158)

① Segundo Not (1983) “a vitória sobre a dificuldade é fonte de alegria, e esta é dinamogênica”, ou seja estas vitórias motivam o adolescente a persistir na busca de novas vitórias. “A busca dessa alegria pode levar a criança a criar dificuldades ou obstáculos para si, quando as circunstâncias não as suscitam para ter o prazer ou a alegria de superá-las”. (p.453)

4. O PROFESSOR

O processo da educação é, como vimos, o meio através do qual os conhecimentos são transferidos para, em última análise, permitir ao Homem sua auto-realização, possibilitando-lhe desenvolver plenamente suas potencialidades e capacidades. Para tanto, esta transferência pressupõe a presença de dois indivíduos: o que transmite informações e o que as recebe. Falamos, é claro, de professor e aluno, respectivamente.

Professor é aquele indivíduo que domina determinado conjunto de conhecimentos científicos e que desenvolveu mecanismos para transmiti-los.

Para Pedro Demo:

professor seria designação privativa de quem chegou a tal posição, via pesquisa própria, demonstrada e testada. Seu conteúdo principal jamais seria a aula, mas a produção própria, a ocupação do espaço próprio do conhecimento, o desbravamento autônomo de inovações e renovações. (1991, p.6)

Para Ducrot (in Pulcinelli, 1991, p.17):

O professor é o mediador entre o cientista e o aluno, é quem tem o saber, e determina aquilo que o aluno deve saber, usando para tanto, a hierarquia e as leis do discurso.

Observa-se nestas definições duas formas de ação do professor. Na primeira fala-se do professor pesquisador, que busca conhecimento e entendimento dos fenômenos naturais e humanos, testando, estudando, remontando a ciência e assim ampliando seu campo de domínio. A segunda, nos mostra um professor apenas intermediário, que recebe a ciência já previamente testada e conhecida, trabalha esses conteúdos, seleciona-os e os apresenta ao aluno sob uma perspectiva hierárquica.

No segundo caso, ao nosso modo de ver, o professor age conforme as estruturas políticas, verticalmente, com conteúdos previamente determinados, inculcando no aluno conhecimentos sem no entanto tê-lo como coadjuvante na estrutura do ensino.

Este professor identifica-se com o poder e por isso privilegia as camadas ricas, restringe-se a transmissão de informações, garantindo a continuidade de idéias, não deixando fluir a criatividade dos alunos.

A imagem do educador autocrático e que transmite conhecimentos tem caracterizado a nossa escola tradicional até os dias de hoje.

Com a complexidade dos tempos modernos e com a instauração do capitalismo, a figura do educador sofreu grandes transformações, assumindo uma complexidade e uma especificidade cada vez maior, passou a ser alguém que expressa uma doutrina pedagógica que se baseia numa filosofia de vida, numa concepção de Homem e da sociedade. As características do seu trabalho, decorrerão de uma opção pessoal e consciente. (Vianna, p.49)

Por outro lado, o professor pesquisador ajuda os alunos a desenvolver suas habilidades, possui a dinâmica e versatilidade que são necessárias para motivar o aluno a buscar conhecimento. Leva os alunos a aprender a aprender. Mostra ao aluno que o intelecto deve ser usado com prazer, em favor do Homem e da cidadania. Deve alçar vôo, reconhecer suas limitações, respeitando todas as formas de conhecimento, trocando informações com colegas de modo a atender o cliente dele, que é o aluno.

Para esse educador não existe hierarquia de disciplinas, o que existe na realidade são algumas disciplinas introdutórias como suporte para o entendimento do aluno, começando do simples para o mais complexo.

Para isso, cria motivações profundas no aluno, e para tanto, estabelece uma relação de empatia com o aluno. Tal empatia é a habilidade do professor em colocar-se na “pele” do aluno e

com isso, compreender as relações íntimas que o aluno tem com o processo ensino-aprendizagem. Aceitará, então, o aluno com seus valores próprios, seus desejos, suas aspirações. Entenderá que o aluno é dotado de qualidades e defeitos e que, dependendo de sua sensibilidade, o professor poderá balizar suas atitudes educacionais por elas.

Como há clara distinção entre professor e aluno, fundamentalmente porque o primeiro já domina parte do conhecimento que o aluno ainda está buscando, é necessário que o professor seja permeável e que permita a ação interativa. Para isso, além da empatia, o educador precisa conhecimento e domínio dos conteúdos; precisa estar convicto daquilo que ensina, ser dinâmico, autêntico, conhecedor dos seus limites, ousando sempre que possível, criando espaço para ampliá-los e para mais ousadias.

O melhor professor não é apenas uma estação repetidora do conhecimento já existente; ele acrescenta aos conhecimentos prévios, aqueles resultantes de suas pesquisas, de suas associações e de suas experiências, transformando a ciência, devolvendo-lhe a característica dinâmica que ela possui.

O professor que agir desta forma, utilizando a competência e a criatividade, próprias do intelecto humano, buscando qualidade sem contudo esquecer o humano e o compromisso ético da ciência com a realidade social, estará conduzindo seus alunos para um saber crítico e autêntico, que possibilitará transformações condizentes com as necessidades humanas.

Ao ensinar, deve partir do simples, das pequenas coisas, pois o conhecimento das pequenas coisas é que leva ao conhecimento do universo; o aluno não é um ser passivo, deve receber estímulos adequados, nem muito difíceis que não consiga atingir, mas também nem muito simples que torne o aprendizado desinteressante; para tanto as aulas devem ser transformadas em encontros, nos quais se deva dar espaço para os relatos pessoais dos alunos, com critérios de ordem e tempo para que não ocorram injustiças. Assim, o professor pode dar, no espaço das suas aulas, duas aulas ao mesmo tempo: o conteúdo científico e aula de relacionamento humano, mostrando valores de

vida, psicológicos, sociais, entre outros. O que o professor trabalha é o conteúdo, pois não existe processo sem conteúdo. Os fatores psicológico, emocional e sociológico, os conhecimentos, as convicções e a metodologia, são dimensões do conteúdo e devem ser trabalhados concomitantemente na relação professor-aluno. (Discussão em sala de aula, na disciplina Processo Pedagógico no Ensino Superior, PUC-PR/1993)

“O professor deve educar desenvolvendo, e não desenvolver para depois educar”. (Florestan Fernandes, Folha de São Paulo). Tal desenvolvimento só se faz mediante dedicação e interesse pelo aluno, mas também como consequência de uma constante auto-análise que resulte em reeducação de si próprio, para a qual o professor esteja sempre atento.

Deve buscar uma interação com seu aluno, fazendo-o crescer como pessoa; caminhar lado a lado, explicando-lhe o que lhe acontece, relacionando os conhecimentos teóricos com a vida prática, e lembrando como diz Makarenko, que *“o exemplo é o melhor método educativo, por isso o educador deve sempre assumir atitude séria, simples e sincera”* (Silva, p.117).

Chanel (in Pavão, 1978), por sua vez, enfatiza as qualidades intrínsecas do educador e suscita o afeto como uma mola propulsora e incentivadora do ensino:

O educador deve AMAR a criança, desejar sua felicidade e desenvolvimento. Ele deve fazer sua tarefa com ALEGRIA, feliz em ensinar, em se desdobrar. Deve inspirar a seus alunos confiança e simpatia. Estes, assim, virão à escola, senão com prazer, pelo menos sem apreensão. Deve ter um bom EQUILÍBRIO nervoso. Os sádicos, os inquietos, os misantropos, os neuropatas devem ser afastados do ensino. (Chanel in Pavão et alli, p. 14-15)

Embora, em teoria, a capacidade de amar o aluno seja encantadoramente convincente, não nos podemos esquecer, que no grupo de educadores, assim como em toda a população, o relacionamento humano é permeado pelos mais variados sentimentos. Não há só amor na educação, mesmo que assim o desejemos. O educador, e o aluno como humanos que são desenvolvem uma

relação intrincadamente repleta dos mais variados sentimentos que vão desde o afeto mais ou menos profundo até, por vezes, a animosidade.

A tensão e o conflito resultante de tais sentimentos, que não deixa de produzir conhecimento, precisam ser devidamente reconhecidos e, dentro do possível, trabalhados tanto do ponto de vista do professor como também do aluno. Não só o professor deve ser o exemplo de comportamento social, como o deve também ser o aluno.

Neste aspecto, Makarenko (1985) é enfático ao lembrar a necessidade do aluno ser disciplinado. Como na sua experiência trabalhou com infratores em um período pós-guerra, percebeu que sua proposta pedagógica não poderia se basear exclusivamente em modelos já existentes e estabeleceu valores diversos para obter a finalidade da educação. Estabeleceu como fundamento pedagógico a disciplina do aluno, entendendo que esta proporcionaria, além da facilitação da educação escolar, também um preparo do indivíduo para o respeito e a responsabilidade social que mais tarde assumiria.

Esta capacidade de adaptar o método de ensino correlacionando-o às características pessoais do aluno, mas vendo-o dentro de um contexto social e histórico, é que dá a verdadeira dimensão daquele que é verdadeiramente educador.

Não há modelo pronto de professor, como não o há de aluno. As circunstâncias extremamente variáveis vividas tanto por um como por outro, sujeitos às mais diversas influências do ambiente e da história social local é que distingue o bom do mau educador. Certamente são seus valores pessoais mais positivos, sua verdade como pessoa e sua postura como cidadão que permitem que, apesar de todo tipo de influência, ele possa educar bem.

5. APRENDIZAGEM

Como nos referimos, para que ocorra aprendizagem o professor deve conhecer a clientela que tem a sua frente e entender, caso esta clientela seja de adolescentes, que os jovens diferem dos adultos, tanto em pensamento como em comportamento. A visão que o jovem tem do mundo, em função das suas experiências e das transformações que vive, são diferentes daquela que o adulto possui. É uma visão diferente, *“tanto literal quanto figurativamente”* (Piaget in Elkind, p. 126).

O adulto nem sempre tem consciência destas diferenças e uma vez não reconhecidas tornam-se profundamente nocivas para a educação. É preciso que o professor “entre” no mundo dos jovens e neles sintonize a orientação do que ensinar, pois, como diz Piaget (ibid, p.129), *o aluno - o ser humano - está aprendendo em todos os momentos de sua vida, e aprende não só o conteúdo programático que a escola lhe apresenta.*

Para Herbart:

A educação é uma ação consciente [...]. É uma ação desinteressada, inspirada por um ideal, pela preocupação em manter certos valores; apenas uma educação HUMANA pode portanto existir. Enfim, embora haja uma educação dos pais, uma educação dos adultos, uma educação de si mesmo, é uma ação que visa os jovens; trata-se de desenvolver harmoniosamente nas crianças e nos adolescentes 'todas as faculdades' ou FORMAR UM HOMEM. (Herbart in Pavão, p.15)

Ao formar o Homem está se reformulando a sociedade a partir do desenvolvimento do indivíduo, estimulando-o a buscar na ciência o espírito crítico a que se referiu ROUSSEAU: “[...] meu objetivo não é dar-lhe a ciência, mas ensiná-lo a adquiri-la quando necessário, fazer com que avalie exatamente o que ela vale, e fazer com que ame a verdade acima de tudo”. (Emílio III, p.49 in Pavão, p.16)

Quando há crítica, as transformações surgem, na forma de superações, não sem que ocorram contradições, conflitos ou tensões, mas eclodindo delas novos elementos.

[...] uma pedagogia que valorize o saber socialmente significativo - e não o saber artificial, hermético para o aluno como no caso da educação tradicional; ou o saber espontâneo como é aceito pelo ensino renovado - terá que trabalhar a relação direta, o confronto entre a experiência do aluno (a sua prática vivida) e os conteúdos cuja apreensão é necessário garantir.

(SILVA, p.116)

O adolescente, na condição de aluno, e portanto, objetivo da transmissão do conhecimento, confronta suas experiências com os conteúdos apresentados na escola e os absorve ou os adapta de acordo com as suas necessidades reais.

É importante lembrar, que " *o fator isolado mais importante influenciando a aprendizagem é aquilo que o aprendiz já sabe*" (AUSUBEL, 1984, p.3), isto é, deve-se considerar as experiências anteriores do aluno para apresentar-lhe um determinado conteúdo.

Devido aos *subsunçores*² adquiridos na educação cognitiva por esse adolescente, o ambiente escolar torna-se indiferente, ou outras vezes tão estranho que parece *expulsá-lo*, afastando-o da rede escolar.

A escola deve considerar, portanto, a espontaneidade do aluno, o saber que ele já possui e suas experiências anteriores; fazer que ocorra, concomitantemente ao ensino dos conhecimentos teóricos a prática e o exercício, nos quais o aluno tenha o direito de ir e vir, dentro de propostas já estabelecidas em currículos (estes já preparados para tratar especificamente de alunos nesta faixa etária, dentro do seu contexto sócio-político).

A escola deve surgir como um elemento (fator) organizador desta dinâmica.

²Uma idéia, uma proposição já existente na estrutura cognitiva, capaz de servir de ancoradouro a um novo conceito, idéia ou proposição de modo que o indivíduo possa atribuir significados a esta nova informação. (AUSUBEL, 1984, p.4.)

A forma como pode trabalhar esse processo, por exemplo, pode ser a *interdisciplinaridade*, que atue desde a elaboração dos currículos escolares até a postura dos professores que apresentarão tais conteúdos. Assim, os conteúdos das várias disciplinas devem conter conhecimentos dessa fase do desenvolvimento que é a adolescência. Por ex.: a biologia, quando trata da genética, a relaciona com os hormônios que participam deste desenvolvimento e sua ação na transformação física da puberdade; a química, por sua vez, explica as transformações químicas no corpo; a educação física, que trabalha com os movimentos e percepções do indivíduo, também deve estar voltada para o “*corpo vivido*” -que em parceria com as outras disciplinas formaria o “*corpo pensado*”.

(MOREIRA, W. em aula proferida no Seminário sobre Corporeidade - PUC-PR/1993)

Enfim, havendo efetivamente um projeto em parceria das disciplinas, com cada professor atuando na sua especialidade, mas com a finalidade de atender o jovem como um todo - não só o seu intelecto, mas também o corpo, suas sensações, sua visão de mundo - contextualizando-o, então, jovem e educadores sentiriam “*a teoria na prática e a prática na teoria*” (FAZENDA, 1991, p.13), enriquecendo-se.

Os programas curriculares das escolas, devem ser estabelecidos com a preocupação em saber se as partes destes convêm às idades a que se destinam. Aí também o jovem deve ser chamado a participar, contribuindo com suas idéias e experiências, para que se possa lançar mão de novas diretrizes escolares.

Evidentemente, a situação atual do ensino brasileiro, influenciado por várias condições negativas, encontra-se em período de transformação, provocada justamente pelas críticas que as pessoas envolvidas no processo do ensino vem fazendo ao mesmo. Não só os professores questionam a qualidade do ensino oferecido, como os pais e os jovens vem fazendo considerações e juízos sobre ele.

Tal fato é tão enriquecedor para o ensino como o é para a sociedade em geral, que tornando-se participante do mesmo, passa a ser co-responsável no processo, atuando como elemento ativo, não só no sentido da execução do mesmo, como também no seu planejamento, na sua administração e até no financiamento direto, algumas vezes sem a participação dos poderes públicos.

Esse engajamento da sociedade é fundamental para a continuidade do processo educacional e denota um maior grau de amadurecimento e de compromisso que é vital para o incentivo à pesquisa e para a formação de cidadãos mais conscientes, mais humanizados, que se tornem profissionais engajados no projeto de parceria que escola e sociedade estabeleçam.

CAPITULO IV

MARGINALIZAÇÃO

1. ORIGEM DA MARGINALIZAÇÃO

A marginalização é um evento que ocorre primariamente por um afastamento espacial, como o que se vê na periferia das grandes cidades, onde unidades habitacionais precárias e desarticuladas são instaladas, crescem quantitativamente e passam a formar verdadeiros conjuntos chamados comumente por favelas, ranchos, vilas, e outros nomes mais raramente utilizados.

O início deste processo ocorre devido a movimentos migratórios, através dos quais tais populações, chegam e se estabelecem em pequenos núcleos, geralmente fora do raio urbano da cidade. Aos poucos, os deslocamentos de população vão aumentando e se transformando em verdadeiras invasões migratórias, na medida em que decidem (e muitas vezes precisam) tomar à força o espaço necessário para sua moradia, impossibilitados que estão de comprar ou até mesmo alugar outro espaço para moradia. Com isso, se estabelecem os bairros e as favelas com populações marginais; observa-se que mesmo quando submetidas ao desfavelamento, estas populações não diminuem em quantidade, mas continuam aumentando porque dependem de um processo global de desenvolvimento do país. Algumas vezes, além de ocupar áreas periféricas das cidades, passam a ocupar áreas centrais decadentes ou construções destinadas a outros fins, como pontes e abrigos, buscando alojar-se próximos aos locais de trabalho.

No Brasil, como nos demais países da América Latina, o fenômeno da marginalidade populacional começou a se acentuar após a 2ª. Guerra Mundial, desencadeado pelo ritmo acelerado de urbanização que se seguiu ao desenvolvimento industrial, e também das migrações rurais-urbanas, que fizeram com que as populações migrantes fossem se estabelecendo na periferia do corpo urbano das grandes cidades.

Para Leda Schneider (p. 22),

a compreensão do fenômeno da marginalidade urbana no Brasil, depende de se considerar, de um lado, a mecanização de parte do setor agrícola que passa a liberar mão de obra, a qual acorre às cidades e, de outro, a baixa capacidade do setor industrial, que, necessitando mão-de-obra com algum conhecimento da produção, não encontra nos recém egressos do campo o operário que necessita.

A Enciclopédia Delta Universal (vol.8, 1985) afirma que a população do mundo quadruplicou desde 1850 a 1980 enquanto a produção industrial cresceu cinquenta vezes.

Embora o Brasil não tenha apresentado exatamente estas proporções, podemos constatar que nas regiões brasileiras, onde ocorre maior desenvolvimento industrial, a concentração urbana é maior, como comprova a estimativa do IBGE divulgada no Almanaque Abril 1992.

Nesta estimativa verificou-se a predominância da concentração demográfica na área urbana (76%) em detrimento da área rural (24%) no Brasil como um todo, e constatou-se que a região mais industrializada, que é a sudeste, tem altíssima concentração da população na área urbana (90%).

No mesmo estudo divulgado pelo IBGE, constatou-se que o aumento da densidade populacional ocorre principalmente nas capitais estaduais, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro - que ocupam, em densidade demográfica, o 4º e 7º lugares mundiais, respectivamente - o que, certamente, ocasiona dificuldade de acomodação do excedente da população, obrigando-as, em

querendo ali permanecer, a viver em condições subumanas com deficiente infra-estrutura, não só na periferia destas capitais citadas como também em outras grandes cidades.

Pela excessiva oferta de mão-de-obra e pela baixa qualificação dos serviços prestados pelas pessoas oriundas de locais com menores recursos formadores desta mão-de-obra, essa parte da população se vê obrigada a dedicar-se a atividades de subsistência, principalmente nos setores terciários da economia, tais como: vendas ambulantes, trabalhos autônomos ligados a serviços de reparação e conservação, empregos domésticos, vigilância, limpeza, além de outras tarefas exercidas informalmente, como catação de papéis e lixo reutilizável, guardadores de carros, *flanelinhas*, entre outras.

A dificuldade em encontrar trabalho adequado e moradia que proporcionem boas condições de vida pode levar os indivíduos à marginalidade. Vemos então, que além da conotação físico-espacial inicial, caracterizada por uma moradia deficiente, segue-se uma série de condições socioeconômicas e culturais que permeiam sua maneira de viver: escassez de serviços urbanos, más condições sanitárias, baixo nível de renda e educação, baixa qualificação profissional, subemprego, desemprego, desorganização familiar e falta de participação social, entre outras.

Segundo levantamento realizado pelo ISAM (Instituto de Saneamento Ambiental) em 1987, em Curitiba, a compressão salarial é fator fundamental no processo de formação de favelas, e está vinculada diretamente ao crescente aumento no preço da terra urbana, cada vez mais escassa, o que dificulta sobremaneira a consecução da casa própria. Para os moradores, a favela é, portanto uma solução para o baixo padrão de remuneração.

O censo feito pelo IBGE, em 1991, e publicado no artigo "*O Brasil é uma favela*" (Revista Istoé nº. 1226, 03/93 de autoria de ALVES Fº.) revelou que 4 milhões de pessoas vivem em favelas e que 31,2 milhões (52,9%) ganham até dois salários mínimos. Segundo o mesmo artigo, os 10 % mais ricos detém 48,7% da riqueza nacional enquanto os 10 % mais pobres detém 0,8% apenas.

O país tem 3.221 favelas com 1.048.057 domicílios. Para tal censo, o IBGE considerou que favela é uma área com pelo menos 51 domicílios que ocupam um terreno de propriedade alheia, de forma desordenada, e carentes dos serviços essenciais como água, luz e esgoto.

O mesmo censo mostrou ainda que 11,6% das pessoas ocupadas são crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos. Desses, 62,4 % são classificados como empregados, mas somente 25,6% tem carteira assinada. Evidentemente, aqueles que não possuem carteira assinada não conseguem obter os benefícios que o emprego regular garante, no presente e no futuro. Outro dado citado e que tem especial interesse neste trabalho é de que para cada grupo de mil alunos que ingressam no 1º. grau apenas 22 alunos conseguem se formar em um curso superior.

Estes números atestam que há um número expressivo de pessoas da população que se enquadram na categoria de marginalizados como a descrevemos anteriormente; interessante observar que a discriminação que marginaliza aqueles que tem renda mais baixa, ocorre também dentro das próprias comunidades de baixa renda. Como descreve Carvalho (1990), por exemplo, os “catadores de papel” são vistos dentro das próprias favelas onde moram como aqueles que não trabalham, ou que moram em lugar sujo, “maloqueiros”, em contraposição aos assalariados que são considerados “elite”.

2. MORADIA, MARGINALIZADO E CULTURA DA POBREZA

Com relação à moradia, observam-se nas populações marginalizadas condições precárias de habitação e higiene. Esta situação ocorre não só por falta de área para habitações maiores, como também pela baixa renda da população, que não tem condições de arcar com as despesas da aquisição ou de reforma em casa já existente; por vezes, a família aglomera-se em um único cômodo, que em geral, não tem ventilação adequada, não tem piso ou acabamento de qualquer espécie, o que

acarreta um ambiente insalubre, tanto do ponto de vista da saúde física como da psicológica dos residentes.

Consideramos a casa como um fator primordial para o agrupamento e o relacionamento familiar, pois aproxima fisicamente seus componentes servindo-lhes como local de referência, além de oferecer-lhes segurança física e social; é um ambiente para repouso e relacionamento social; podemos inferir que condições habitacionais inadequadas se reflitam nos seus moradores, gerem distúrbios físicos, má acomodação, dificuldades de vários graus, produzindo um indivíduo cujo comportamento possa ser confuso e até anti-social.

Para Elaine Pedreira Rabinovic (1992) o morar é composto por funções básicas que repercutem no comportamento e na formação psicológica do indivíduo. No artigo *A casa dos sem-casa* (Revista Psicologia, ciência e profissão. ano 12, No.3 e 4/92.), baseado em observações feitas em vários tipos de habitação de populações de baixa renda, ela cita cinco funções do morar, correlacionando o espaço físico com as atitudes sociais e psicológicas dos seus moradores:

- a. O *dormir*: o quarto é importante na casa, pois dá segurança durante o sono e permite que o indivíduo sonhe, o que é fundamental na emergência do ser humano. Permite também a intimidade sexual.
- b. O *comer*: as cidades parecem ter se originado em acampamentos onde o produto da caça era repartido. Nas favelas dos dias atuais, há os que cozinham em casa - reúnem o dinheiro para a compra dos alimentos e o alimento é cozido e ingerido em grupo - e os há os selvagens que não cozinham ou o fazem muito raramente, pois ganham ou compram o alimento.
- c. O *social*: há salas e cozinhas, salas-cozinhas, cozinhas sem sala. Os indivíduos estão em interação social permanente, podendo, as vezes, queixar-se de vizinhos inoportunos como bêbados, gays, viciados e também de "*outras tribos*".
- d. A *higiene*: onde se cozinha, a louça é lavada no local, procurando-se para isto, um local próximo de uma fonte de água (posto de gasolina, depósito, obra em construção); os dejetos podem ser

embrulhados e jogados no lixo e o banheiro é representado, na ausência de água, por jornais, latas e tapumes.

e. *A casa e o trabalho*: em alguns casos, as mulheres são apenas donas de casa e os que trabalham montam as casas próximas ao local de trabalho.

Com relação a constituição das famílias e dos moradores, no mesmo artigo citado, a autora considera quatro tipos de casa-moradores:

a. *Assentados*: a casa tem paredes, tetos parciais e trancas nas portas (viadutos); não são nômades, relativamente estáveis; possuem utensílios domésticos. Território bem demarcado.

b. *Nômades*: a casa tem paredes móveis, frágeis, compostas por papelão e caixotes; o teto e a parede de fundo são o próprio viaduto; serve principalmente como quarto, acrescentando-se a função de cozinha. possuem poucos pertences pessoais; as casas se transformam permanentemente e não há demarcação clara de território. A preocupação maior é com a segurança, pois temem basicamente o fogo ou o ataque de pessoas, para o que se organizam para que alguém sempre vigie.

c. *Cavernas*: habitam dentro das estruturas dos viadutos, com falta de luminosidade, de aeração, convivendo com animais rasteiros; as paredes são duras, pesadas. Propiciam maior segurança; são grupos mais isolados.

d. *Selvagens*: consideram os grupos como tribos rivais entre si. Moram nas sarjetas, não demarcando seu território, só possuem o que podem carregar consigo. É a radicalização do grupo nômade e a ausência de casa parece estar relacionada a total ausência de perspectiva. Não estruturam famílias, mas podem formar gangues e tornar-se marginais em relação à lei.

Interessa-nos no presente trabalho, a condição pessoal do favelado. Em geral, trata-se de pessoa oriunda de área agrícola, cuja expectativa ao migrar para uma área central é carregada de esperança, mas também de insegurança (Giacomini et alli, 1987, p. 24). Como já nos referimos, em geral a mão-de-obra é pouco qualificada e portanto submete-se a empregos nos quais a remuneração é baixa e para os quais existe muita concorrência.

Como o local que habita não apresenta organização viária ou da rede de serviços básicas, obriga-se no seu cotidiano, a caminhar por ruas estreitas e mal traçadas, empoeiradas ou lamacentas, conforme chova ou não, nas quais o lixo mistura-se com o esgoto e com a presença de animais; embora procure manter o interior da casa em ordem e higiene, não há em geral, espaço para conforto, embora as casas tenham uma estrutura mínima de funcionamento que permitem a habitação; tal situação gera descontentamento, insatisfação constante e sentimentos de menos valia; seus padrões de valores e de vida passam progressivamente a ser rebaixados; quando, por exemplo, busca emprego para melhorar tal condição se vê obrigado a negar sua identidade residencial, pois não possui endereço de referência (Giacomini et alli, 1987, p. 26-7). Perde com isso, progressivamente sua identidade e o sentimento de insegurança aumenta; seus valores pessoais, sua história e suas referências estão cada vez mais distantes daqueles que são necessários a sua subsistência; sua cultura encontra-se em um polo, enquanto sua necessidade o obriga a adaptar-se a outro, ficando portanto "*à margem de ambas as sociedades, parcialmente dentro e parcialmente fora*" (Stonequist in Kowarick, p.26); aumenta, portanto sua tensão emocional, sua ambivalência e insegurança o que o conduz a uma série de comportamentos que vão da simples marginalização social até a delinqüência.

A marginalização, como vimos, está relacionada com uma condição econômica instável e desfavorável que afeta a estrutura social por um lado, e por outro lado, os sentimentos de inferioridade e de marginalização passam a compor o nível pessoal.

Oscar Lewis (in Schneider, 1987, p. 26-27) define a "*cultura da pobreza*" com as seguintes características:

- a. ausência de participação e integração efetiva dos pobres nas principais instituições da Sociedade;
- b. ao nível da comunidade observa-se a existência de condições precárias de habitação, grande densidade e acima de tudo um mínimo de organização além do nível da família nuclear e extensa;

c. no âmbito da família os principais traços da cultura da pobreza são a ausência da infância como um estágio prolongado e protegido do ciclo vital, a iniciação sexual precoce, uniões livres ou casamentos consensuais, ocorrência relativamente freqüente de abandono da esposa e filhos;

d. no nível do indivíduo, os principais traços são um forte sentimento de marginalidade, de desamparo, de dependência e inferioridade.

Vários autores (Quijano, Berlinck, Lewis, Vekemans, Kowarick in Schneider, 1987, p.27-9) que estudam o problema, especialmente na América Latina, observaram que uma das características das populações marginais é a não integração das mesmas nos planos econômico, político, social e cultural. Tal afastamento não ocorre somente com relação aos processos decisórios, mas também com relação aos benefícios que tais esferas pudessem trazer aos marginalizados. Sugerem tais autores que o Estado promova o desenvolvimento e a organização dos grupos carentes, para que haja uma interação sistêmica entre estes grupos assim organizados e os demais segmentos da sociedade.

Talvez seja nas instituições religiosas e nas culturais que encontramos uma participação mais presente dos pobres; mesmo aí, a maioria está limitada a fazer parte do público destas instituições e tem, portanto, pouca efetividade na condução delas.

Esta cultura da divisão em categorias econômicas, iniciada em tempos remotos, se acentuou com o advento da Revolução Industrial e do capitalismo; pôde-se verificar, entre outras coisas, que aqueles que produziam bens, nas indústrias ou nas linhas de montagem, freqüentemente não podiam deles desfrutar. Por exemplo: passavam o dia produzindo um carro, mas voltavam para casa à pé, com a certeza que, mantidas as condições vigentes, nunca conseguiriam adquirir o carro.

Isto é, produz-se mecanicamente, sem participar das decisões relacionadas a esta produção e sem obter condições econômicas para ter o fruto do seu trabalho.

Do ponto de vista do operário, analisando seu dia-a-dia, é compreensível que o *caçador* que saiu em busca da subsistência para a família, que o trabalhador, retornando da sua jornada de trabalho busque, no lar, um momento de descanso e de conforto; se retorna a um ambiente precário, nem sempre consegue este relaxamento, seja porque a casa apresenta problemas (a torneira pinga, a luz queimou, chove dentro de casa, o banho é tomado numa bacia), a família apresenta problemas (o filho que está na rua em má companhia, os menores não foram para a escola por falta de alguém que os encaminhe, por falta de refeição no horário certo), seja porque algum de seus filhos tem alguma necessidade impossível de atender no momento, ou por outros fatores; pessoalmente, não vê seu trabalho devidamente recompensado, pois seu salário é insuficiente para a manutenção das suas condições e necessidades básicas, também sente que o seu poder de mando restringe-se ao ambiente familiar e não tem o alento de ver seu nome projetado fora do seu grupo social. Sente-se inferiorizado, percebe-se fraco para mudar a atual condição e acaba por isolar-se e marginalizar-se.

De uma forma geral, quase todos as decisões sobre sua própria vida foram se distanciando do seu raio de atuação:

a formação intelectual e profissional depende da escola; as notícias são fornecidas pelos meios sociais de comunicação; o emprego e o custo de vida dependem do sistema econômico; a construção da casa, o consumo dependem do comércio; a saúde depende da previdência social, da organização médica e da indústria farmacêutica; a segurança e os direitos do cidadão dependem da polícia, das leis civis, do juiz; a garantia do futuro depende da poupança nos bancos e caixas econômicas, do Instituto de aposentadoria; o lazer depende da televisão, do disco, do rádio à pilha.
(Frei Bernardino Leers, no texto *Filosofia, Moral, Ética, Família e Sociedade no Brasil* in Ribeiro [org], p.159).

Para intensificar esta situação conflitante, hoje, por necessidade, conforme já referimos, também a mulher obriga-se a trabalhar para ajudar na manutenção das despesas da família.

Ao abandonar parcialmente o lar, a mulher vincula-se “ao sistema capitalista de exploração da mão-de-obra feminina”, mas “continua com a dupla carga de trabalho dentro e fora de casa” (ibid, p.147). A supressão, mesmo que parcial, da figura materna no lar, se traduz em uma orientação mais deficiente para os filhos menores, que ficam entregues a educação pelos irmãos maiores, se existirem, ou, algumas vezes, são educados na rua.

Se os irmãos maiores orientam os menores, os valores familiares que eles incorporaram poderão ser retransmitidos, e com a volta dos pais ao lar, os possíveis desacertos podem ser avaliados e reencaminhados.

Mas, se a educação se dá na rua, não havendo orientação e parâmetros programados, haverá uma agregação de valores diversos daqueles que a família lhe proporciona. Com freqüência, os limites na rua são muito mais amplos que os da casa e o contato e a convivência se dá tanto com crianças da mesma idade que a sua, quanto com outros mais velhos; isto significa dizer que a criança, na rua, aprende mais cedo a vida do adulto; defronta-se com padrões pessoais diferentes dos seus e pode incorporá-los, sem questioná-los; obriga-se, por uma questão de sobrevivência pessoal, a utilizar recursos e artimanhas que fazem parte do código de sobrevivência nas ruas. Em geral, estes recursos podem ultrapassar a liberdade individual com invasão da liberdade alheia. A valorização do outro, como pessoa, pode se tornar menor e por vezes, a própria noção do valor da vida humana é desdenhado. Perde sua auto-estima, torna-se carente de afeição e portanto, alvo fácil para o delito e o uso de drogas. Torna-se marginal em relação à lei.

Frei Bernardino (ibid, p.145) se refere a essa temática da seguinte forma: “A crescente crise econômica e insegurança de emprego nos últimos decênios (no Brasil), de que as classes populares são os principais alvos, aumentam a carga de tensões, frustrações e conflitos entre marido e esposa, refletindo negativamente sobre seu convívio interpessoal e relacionamento sexual”. Acrescente-se aqui que tais reflexos negativos repercutem também sobre os filhos do casal. Continuando, Frei Bernardino diz que há “[...] contraste constante entre a realidade doméstica e a

apresentação sediciosa do alto nível de consumo, propagado na rua e pelos meios sociais de comunicação. Esta propaganda [...] contribui para o chamado conflito de gerações entre pais e filhos em casa.”

Este quadro gera desagregação familiar; em alguns casos, pode-se evitá-la conquistando um emprego melhor ou apenas resignando-se com a situação presente; outras vezes, entretanto, tais conflitos podem acarretar problemas na família, surgindo a partir daí, o divórcio, a separação e problemas de comportamento inadequado.

Com freqüência é no jovem que se depositam as ansiedades que estes conflitos geram e é ele quem denuncia primeiro, por palavras ou atitudes, a presença deles. Isto ocorre, porque é na fase da adolescência que os filhos estão se tornando tão adultos quanto seus pais e discutem os valores da sociedade, a submissão do pai no trabalho, a ausência dos pais no lar, as questões relacionadas à política, ao sexo, entre outras.

Freqüentemente, os pais entram em contradição entre o que falam e o que fazem; preferem entender que os filhos estão agindo de forma anormal, negando, assim que seus filhos estão atingindo a maturidade; percebem (os pais) que cometeram erros e que talvez já não tenham mais tempo, disposição e condições para mudar. Novamente o conflito entre eles se acentua e se não houver flexibilização dos pais, podem surgir resistências e o jovem pode buscar a possível solução do conflito fora de casa. *“Aí é que mora o perigo [!!!]”*

Quando Lewis (ibid) se refere ao âmbito familiar, como característica da cultura da pobreza, expressa distúrbios na estrutura e no relacionamento familiar, que, a nosso ver, são fundamentais para a marginalização da família, como instituição social, e do adolescente.

Ele cita *“a ausência da infância como um estágio prolongado e protegido do ciclo vital”*; se traçarmos um paralelo entre a situação dos meninos de rua que desfilam diariamente aos nossos olhos, nas ruas e nos noticiários, com o que Ariès (p.10) descreve, podemos imaginar que tal

descrição poderia ter sido feita por um historiador do futuro, acerca do que observamos nos dias de hoje. Senão, vejamos:

[...] essa sociedade [da Idade Média] via mal a criança, e pior ainda o adolescente. A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje.

A transmissão dos valores e dos conhecimentos, e de modo mais geral, a socialização da criança, não eram portanto nem asseguradas nem controladas pela família. A criança se afastava logo de seus pais, e pode-se dizer que durante séculos a educação foi garantida pela aprendizagem, graças à convivência da criança ou do jovem com os adultos. *“A criança aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las.” (ibid,p.10)*

Embora a infância e adolescência fossem subitamente transformadas em idade adulta, havia uma linha de conduta a ser seguida para que as crianças pudessem substituir os adultos nos seus serviços. Com o texto parcialmente reproduzido abaixo, extraído de Ariès (p.227), denominado *Régime pour tous serviteurs* (Regimento para todos os servidores) procuramos chamar a atenção para a orientação profissional, apesar de todas as considerações que se possam fazer a respeito do modo ou do tom de servidão que tais postulados encerravam:

*Se quiseres ser um bom servidor,
Deves temer e amar teu mestre,
Deves comer sem te sentares à mesa, [...]
Segue sempre a boa companhia,
Quer seja a de um secular, clérigo ou padre.
Para bem servi-lo,
E se quiseres merecer seu amor,
Deves deixar toda a tua vontade,
Para servir a teu mestre de bom grado.
Se servires a um mestre que tenha mulher*

*Burguesa, senhorita ou senhora,
 Deves sempre guardar sua honra ...
 E se servires a um clérigo ou padre,
 Cuidado para não seres um criado-amo...
 Se fores secretário,
 Deves sempre guardar os segredos...
 Se servires a um juiz ou a um advogado,
 Não contes nenhum caso novo,
 E, se porventura te acontecer
 Servires a um Duque, Príncipe ou Conde,
 Marquês, Barão ou Visconde,
 Ou outro senhor de terras,
 Não inventes impostos e subsídios,
 E não tomes para ti os bens do povo...
 Se servires a um fidalgo na guerra,
 Não roubes ninguém...
 E sempre, em qualquer casa,
 Ou a qualquer mestre a quem sirvas,
 Faz, se puderes, por merecer
 A graça e o amor de teu mestre,
 A fim de que possas ser mestre
 Quando chegar o tempo,
 Mas esforça-te para aprender um bom ofício.
 Pois, para praticar tua vida,
 Deves aplicar nela todo teu coração.
 Assim fazendo, poderá ser
 E te tornar, de criado mestre.
 E poderás te fazer servir
 E merecer prêmios e honras,
 E finalmente obter
 A salvação de tua alma.*

Observa-se que havia um apregoamento de valores de caráter pessoal e uma perspectiva de futuro, com características de ascensão social, mesmo que isto não ocorresse. O que vemos hoje, com a presença desassistida dos menores de rua, é que não há nem afirmação de valores, nem aprendizado profissional e praticamente nenhuma possibilidade de ascensão social.

A mesma *amputação* da infância e adolescência que ocorre em nossos dias com os meninos de rua, não é seguida de, pelo menos, uma orientação, uma linha de conduta para o futuro destas crianças; o que assistimos hoje é uma completa deterioração da criança como pessoa, submetida a uma pressão de sobrevivência que a obriga a pedir ajuda, a cometer pequenos e depois grandes delitos, a usar drogas como alternativa a fome e ao cotidiano, e sobretudo, um afastamento do núcleo familiar, longe do afeto, da compreensão e do auxílio dos pais e irmãos, no qual o risco para chegar a vida adulta é muito grande, podendo não conseguir atingir tal idade; é isso que queremos

para nossa sociedade? Esta é a nossa “*moratória*”? Parecemos estar oferecendo aos nossos jovens a moratória da *corda-bamba, do kamikaze*. Onde estão os sentimentos e as condições necessárias para tornar possível o desenvolvimento normal destas crianças, facilitando-lhes a transição para uma idade adulta mais madura e mais feliz? São questões que trabalhos como este buscam responder ou ao menos instigar.

3ª. PARTE

A PESQUISA

CAPITULO V

PESQUISA

1. MÉTODO, INSTRUMENTO E PROCEDIMENTO DA PESQUISA:

Para correlacionar os dados bibliográficos obtidos na revisão com a realidade, fizemos pesquisa baseada em entrevista orientada por um questionário estruturado, conforme descrição a seguir.

Realizamos uma pesquisa piloto que orientou a reformulação da entrevista prévia. Foram identificadas algumas questões que seriam pertinentes ao trabalho proposto e que foram adicionadas ao questionário original. Esta pesquisa piloto orientou não só o conteúdo das perguntas, como também mostrou qual seria a melhor forma de abordagem dos entrevistados, de postura da entrevistadora e de condução das entrevistas.

Na pesquisa piloto fizemos, em agosto de 1994, cinco entrevistas com famílias, sendo três na cidade de Marechal Cândido Rondon, no Paraná, onde reside a autora, e duas na Vila Pinto, em Curitiba. O resultado da piloto não foi computado nos resultados da pesquisa final.

A pesquisa final foi realizada na Vila Pinto, em Curitiba, no período entre outubro de 1994 a agosto de 1995.

Com relação ao modo de realização da pesquisa final, optamos por fazê-la no próprio local da moradia dos entrevistados, objetivando conviver com a realidade dos mesmos, permitindo conhecer as condições habitacionais e sociais dos exemplares, perceber, dentro da família ou no

relacionamento familiar, as nuances que permeiam as respostas conscientes e aquilo que está subjacente e que não se expressa verbalmente; entendemos que a conversa realizada na casa do próprio entrevistado lhe proporciona maior relaxamento e menor constrangimento, aumenta o entrosamento e a confiança entre entrevistador e entrevistado, aumentando o grau de fidedignidade dos resultados finais.

A formação em psicologia da autora foi preponderante na escolha do modo de realização das entrevistas e facilitou sobremaneira o acesso às famílias, especialmente aquelas que habitavam locais designados pela própria população da vila como sendo "*locais de elementos perigosos*". Na visão da autora, o fato de se apresentar objetiva e claramente aos chamados "*elementos perigosos*", solicitando-lhes a colaboração e esclarecendo-lhes que o objetivo do trabalho seria de cunho essencialmente científico, e que portanto, não os exporia a riscos de nenhum tipo e nem traria alterações em seus modos de vida, foi fator importante para coletar dados que enriqueceram sobremaneira a pesquisa.

Segundo o ISAM havia, em 1987, na Vila Pinto, cerca de 1400 barracos; realizamos, por técnica de amostragem probabilística acidental, entrevista em 40 (quarenta) famílias, portanto cerca de 3% (três por cento) do total levantado pelo ISAM.

Dentre as várias perguntas realizadas optamos por abordar em primeiro lugar as condições habitacionais e sociais gerais, para posteriormente buscarmos respostas acerca do relacionamento familiar, escolar e social dos entrevistados.

As perguntas relativas às condições e hábitos de vida possuem respostas quantitativas e portanto de avaliação estatística mais mensurável e fixa; foram feitas com o intuito de dimensionar as condições habitacionais e econômicas da população-alvo, grau de escolaridade dos membros da família e também foram feitas perguntas do tipo abertas e fechadas (sim/não/porque?), acerca do relacionamento da família com associações civis ou religiosas; tais perguntas fazem parte da folha 1, apresentada no anexo 1.

A folha 2 (anexo 2) se constitui de perguntas com respostas abertas ou fechadas, feitas diretamente ao adolescente sobre questões vinculadas ao seu relacionamento familiar, escolar e social. A folha 3 (anexo 3) teve conteúdo e forma idênticos porém sendo formuladas as questões diretamente ao pai ou a mãe do adolescente entrevistado.

Para podermos fazer as entrevistas com os adolescentes e depois com seus pais, precisamos visitar cada casa duas vezes: uma visita para entrevistar o adolescente, durante o dia, horário em que os encontramos em casa, e em outro horário (a noite em algumas casas e noutras aos sábados e domingos) para entrevistar os pais, pois os mesmos trabalham no período diurno convencional.

Este procedimento permitiu maior contato com cada família, com isso percebendo melhor a dinâmica de cada uma, aumentando o entrosamento entre entrevistador e entrevistado. O fato de dissociarmos o questionário para o adolescente e para os pais permitiu que confrontássemos as diferentes visões que adolescente e pais fazem do mesmo problema suscitado.

Constatamos que a presença de um profissional junto a estas famílias levantou expectativas positivas por se sentirem escolhidos *“para um trabalho tão importante”*.

2. SUJEITOS E LOCAL DA PESQUISA

Selecionamos como local e população para realização da pesquisa, a Vila Pinto, localizada no Bairro do Capanema, em Curitiba, Paraná, baseada nos seguintes critérios:

- Que a população entrevistada tivesse, em algum momento da sua história, passado pelo processo de marginalização, o que ocorreu na Vila Pinto, por ter sido constituída a partir de favela, seguida de rápido crescimento populacional e de uma urbanização desenfreada e não planejada, como veremos mais pormenorizadamente a seguir;

• Que em cada casa escolhida houvesse pelo menos um adolescente, com idade entre 11 a 15 anos de idade; esta faixa etária foi a escolhida porque é, ao nosso ver, neste período cronológico que a adolescência é vivida mais intensamente, e onde se percebem mais nitidamente as diversas alterações biológicas, psicológicas e sociais, no qual as *tempestades e tensões* (Hall, p.23) são mais visíveis e as alterações no processo de adaptação familiar vão se fazer necessárias, para integrar-se a uma nova vida e um novo comportamento. Na Vila Pinto, segundo levantamento realizado pelo ISAM, em 1988, haviam 45% (quarenta e cinco por cento) de indivíduos na faixa etária que vai de 1 a 14 anos (Anexo 6 - Tabela 08/ISAM), caracterizando uma representativa população jovem, o que se constituiu em mais um motivo para a realização da pesquisa no local.

• Que a população entrevistada fosse constituída por indivíduos de classe econômica de baixa renda, cujo faixa salarial atingisse no máximo o equivalente a três salários mínimos vigentes;

• Por tratar-se de local próximo a PUC (Pontifícia Universidade Católica), instituição onde realizamos nossa formação e o estágio de psicologia clínica no qual atendemos a população carente da então favela, hoje transformada na Vila Pinto. Essa proximidade com uma Universidade, pode servir de ponto de partida para, utilizando-se de um bem científico, se projetar e executar um trabalho que permita a melhoria e o desenvolvimento dessa comunidade.

Os resultados, as interpretações e as suas implicações teórico-práticas serão discutidos mais a frente. Procuraremos antes contextualizar a comunidade entrevistada analisando alguns fatores históricos e sociais, utilizando como base para esta análise o extenso e profundo levantamento feito pelo Instituto de Saneamento Ambiental (ISAM) da Prefeitura Municipal de Curitiba, em 1.987, em cooperação com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

3. UM BREVE HISTÓRICO DA VILA PINTO

Segundo o relatório final do levantamento de dados promovidos pelo ISAM, nos anos de 1987 e 1988, e baseado no depoimento dos moradores mais antigos, a favela Vila Pinto existe há mais de 25 anos.

A comunidade da Vila Pinto foi se constituindo por migrantes, provenientes principalmente da área rural, conforme se observa no Anexo 7 (Gráfico nº. 08/ISAM) apresentado no estudo do ISAM; as principais causas da migração foram: condições precárias do lugar de origem, marcadamente a falta de infra-estrutura básica e falta de atendimento a saúde; outros vieram para procurar melhores empregos, melhor habitação, entre outras coisas, mas o traço comum que determinou a migração foi a procura da melhoria na qualidade de vida, conforme demonstra o gráfico constante do anexo 8 (Gráfico nº. 09/ISAM).

Os primeiros barracos surgiram às margens do Rio Belém que atravessava a favela e o centro da cidade. Seus habitantes são, na maioria, pessoas que vieram do interior do Paraná e outras cidades do Brasil em busca de melhores condições de vida ou de tratamento de saúde.

Apesar de não existir mais nenhum terreno vago na área, quase todos os dias chegam pessoas que procuram se instalar no local, dividindo as pequenas casas e barracos com os moradores já existentes.

O terreno onde está localizada a favela pertencia a vários proprietários como: Inamps, Irmãos Mauad, Moinhos Graciosa e Empresa de Ônibus Princesa.

Até 1979 as condições do terreno eram péssimas e de difícil acesso, não existindo redes de água, luz e esgoto; não havia arruamento e os barracos eram muito próximos uns dos outros.

A partir de 1979 os moradores, através de algumas lideranças e da Associação de Moradores, começaram a se organizar na tentativa de urbanizar a favela. Após medição dos lotes e padronização dos mesmos, verificou-se que o número de barracos existentes era superior ao número de terrenos e havia locais em que, devido às péssimas condições do terreno, era impossível a construção de casas.

Em 1982, constituiu-se a Associação de Moradores, com estatuto próprio e após diversos abaixo-assinados dos moradores foi instalada rede de água e luz em toda a favela. Em 1987 a principal reivindicação dos moradores ainda era a legalização dos lotes.

Hoje a favela conta com 1 posto policial, duas escolas públicas sem vagas suficientes para atender a demanda local, duas igrejas, sendo uma católica e outra evangélica, vinte e cinco bares (sem licença da Prefeitura), um mini-mercado e uma creche (CEMIC) para atendimento a 140 crianças.

Através da Sociedade Paranaense de Cultura, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, estão disponíveis os seguintes serviços:

1. Projeto Champagnat:

Projetado para atender comunidades carentes (incluída aí a Vila Pinto), a ação se desenvolve através de 4 sub-projetos:

a. Atendimento ocupacional ao menor: visando atender menores entre 11 a 14 anos, oferecendo-lhes emprego em meio período, com alimentação antes e após o trabalho, assistência médica e odontológica, acompanhamento escolar e religioso, em 1992 foram admitidos no programa 10 menores e em 1.993 mais 13 menores.

b. Creche: atendendo, em 1992, 52 crianças de 4 meses a 6 anos de idade, esta atividade concentrou-se nas áreas de alimentação, saúde, psicológica, pedagógica, social e religiosa.

c. Lavanderia comunitária: com a finalidade de oferecer serviço para mulheres destas comunidades, a lavanderia atende à comunidade universitária e a empresas particulares.

d. Centro de Saúde Comunitário Enf.Ir.Eunice Benato: com a finalidade de prestar atendimento médico e de enfermagem, este centro de saúde prestou cerca de 27 mil atendimentos em 1992.

2. Horta comunitária: instalada em terreno do Campus Universitário esta horta, cultivada pelos próprios funcionários, atende a população carente da Vila Pinto e outras pessoas interessadas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Como já referimos anteriormente, interessa-nos, no presente trabalho, entender as causas da marginalização dos adolescentes que tem sua origem centrada na família e na escola. Nosso objetivo foi estudar os fatores psicossociais que interferem na formação da personalidade desses adolescentes. Pretendemos com isso, investigar de que maneira a família e a escola preparam o adolescente cidadão e para tanto, nesta pesquisa buscamos investigar as condições do relacionamento familiar e os fatores que nele interferem, verificando qual a possível influência que a família tem na marginalização do adolescente. Também a influência da escola como fator importante na formação pessoal e intelectual do aluno foi analisada.

Optamos por apresentar os resultados da pesquisa juntamente com a discussão dos mesmos, correlacionados com os dados bibliográficos, para permitir ao leitor uma avaliação mais completa e menos cansativa. Os resultados individualizados de cada item encontram-se no anexo 4. Os resultados numéricos obtidos foram tratados estatisticamente de modo que permitissem análise minuciosa.

Nas casas da Vila Pinto, havia em média, no período do levantamento feito pelo ISAM (1987), dois moradores por cômodo, sendo que o tamanho médio deste cômodo era de 5 m² (cinco metros quadrados).

Na pesquisa feita pela autora em 1994/95, o índice médio foi de 2,3 (dois vírgula três) moradores por cômodo e há, em média, em cada casa, 5,38 (cinco vírgula trinta e oito) pessoas, sendo 3,5 (três e meio) filhos; embora algumas casas tenham sofrido pequenas reformas, com cobertura de algumas áreas, a possibilidade de ampliação é muito remota, dada a falta de área para expansão. Presume-se que o número de pessoas tenha aumentado em cada casa.

No que se refere a dimensão mínima por habitante, os engenheiros do ISAM tomaram como base o estudo feito por Nuno Portas, do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, onde o autor obteve a curva da relação teórica espaço-satisfação: através da mesma, pode-se afirmar que o espaço satisfatório gira em torno de 11 a 14 m² / habitante.

Pelo levantamento do ISAM obtém-se um valor de 6 m²/habitante ou seja, bastante abaixo dos parâmetros utilizados como satisfatórios. De fato, nas casas visitadas, observamos algumas em que, com 3 ou 4 passos, conseguimos atravessar pelo interior de duas peças da casa, as quais foram divididas para albergar um novo filho, um parente que se agregou ou um genro, por exemplo.

Com a pesquisa realizada entre outubro de 1994 a agosto de 1995, pudemos constatar que 39 (97,5%) das famílias entrevistadas moram em casa própria, obtida por venda que a Cohab lhes fez. Observa-se que na vila, a separação por paredes e muros, enfim com casas individualizadas, preserva o núcleo familiar. Do total das casas pesquisadas, 17 (42,5%) são de alvenaria e as demais são de madeira, com algumas mistas. A qualidade da construção e da conservação é bastante precária, sendo que as dimensões das casas e das peças são pequenas, como já referimos, e, algumas vezes, a separação das peças é feita por cortinas ou paredes a meia altura; o chão pode ser de madeira bruta ou piso batido, e a cobertura varia em cada casa; todas são providas de energia elétrica e água.

Há, nos exemplares pesquisados, uma cozinha sempre presente, em média 2,33 (dois vírgula trinta e três) quartos por casa, sendo que 32 (80%) delas possuem sala, embora mal estruturada, e 34 (85%) delas possuem banheiro interno, a maioria sem chuveiros ou água encanada no próprio banheiro; as demais (6 = 15%) possuem banheiro externo.

Como utensílios domésticos o que encontramos em todas as casas foram o fogão a gás e camas; 39 (97,5%) possuem rádio e 36 (90%) tem televisão, mas apenas 28 (70%) tem geladeira; algumas tem outros aparelhos como ferro elétrico, e em 5 (12,5%) delas há armas de fogo para

defesa pessoal. Observa-se mais cuidado com o lazer do que com a conservação dos alimentos, se comparamos os índices de televisores e de geladeiras, que tem aproximadamente o mesmo preço. A presença constante do rádio indica um bom veículo para se promover campanhas orientadoras ou educativas.

A intenção ao se avaliar as condições de moradia era de conhecer se há nas casas um espaço físico onde se estabeleça uma relação de convivência entre os componentes da família e de que forma isso ocorre. A cozinha é o único ponto da casa presente em todas elas, e de fato, verificou-se que, na maioria das vezes, as reuniões familiares ocorrem no horário da janta, em torno da cozinha, sendo a comida um fator de agregação da família; não há nas casas, por exemplo, cadeiras em número suficiente para todos os membros, mas mesmo assim, alguns se acomodam sobre móveis ou permanecem em pé, junto ao grupo familiar; a sala é um local para visitas mas converte-se em quarto à noite; o quarto do casal, freqüentemente, não tem isolamento suficiente e muitas vezes um filho menor dorme com o casal no mesmo quarto, o que gera dificuldades no relacionamento sexual dos pais, conforme relato de alguns deles.

Concluimos que, na Vila Pinto, a finalidade da casa é a de ser principalmente um local de sobrevivência onde são garantidas a proteção, a comida e a segurança; isto é, ela serve como local de referência mas de pouca ou nenhuma convivência (em geral, as mulheres almoçam no trabalho e os filhos fazem a janta), o que pode contribuir, a longo prazo, para um afastamento familiar cada vez maior e motivo para maior número de conflitos que podem levar a possíveis abalos na estrutura familiar.

Na nossa pesquisa, observamos que, em todas as casas há constituição familiar e que seus moradores corresponderiam na classificação anteriormente referida, a categoria de assentados; mesmo quando o núcleo familiar não está completo, há alguma forma de parentesco presente, como aconteceu no único caso em que os pais haviam deixado o adolescente aos cuidados da avó.

A constituição das famílias encontradas ficou assim distribuída:

- Pai + Mãe + Filhos ===== 27 (67.5%) famílias.
- Sem pai, com mãe ===== 11 (27.5%) famílias.
- Sem pai, sem mãe ===== 1 (2.5%) família.
- Com pai, sem mãe ===== 1 (2.5%) família.

Vê-se que a mãe está presente em 38 (95%) das famílias e o pai ou padrasto, em 27 (67,5%).

Com relação ao casamento, nas famílias pesquisadas, encontramos 26 (65%) casamentos legais, 9 (22,5%) famílias com pais separados, 3 (7,5%) casamentos consensuais e 2 (5%) com pai falecido. Segundo eles, os filhos não foram planejados em 24 (60%) dos casos, 12 (30%) disseram ter planejado os filhos e 4 (10%) não responderam. As relações decorrentes destas constituições serão discutidas mais adiante.

5. OS ASPECTOS SOCIAIS E FAMILIARES:

Qualquer que seja a forma assumida, ou o momento do ciclo em que se encontra, o grupo familiar não está isolado de um contexto social mais abrangente mas, ao contrário encontra-se em constante articulação com o espaço social. Fatores socioeconômicos atuam significativamente sobre o grupo familiar, gerando novos arranjos, modificando seu tamanho, provocando a entrada de alguns e saída de outros.

Como já referimos, a comunidade da Vila Pinto foi se constituindo por migrantes, provenientes principalmente da área rural; apesar de nem sempre encontrarem melhores condições de vida na cidade grande pela precariedade da moradia, morar em favelas constitui uma solução de sobrevivência por representar uma diminuição nos gastos com moradia. A aproximação com outras pessoas enfrentando problemas semelhantes gerou uma organização social e comunitária, que permitiu que se obtivesse melhoria e criação dos serviços locais, melhoria do ambiente e formação de

estrutura administrativa visando um melhor desenvolvimento da comunidade. Surgiu a já citada Associação de Moradores, bem como se organizaram o ensino e a religião com o surgimento de escolas e igrejas no local.

A pesquisa atual mostrou que, hoje, entretanto, 15 (37,5%) estão vinculados às associações existentes mas apenas cerca de 30% as freqüentam; igual percentual diz que freqüenta reuniões religiosas, embora 38 (95%) deles se digam religiosos.

Com relação ao aspecto econômico, o ISAM (1978) constatou que a renda é insuficiente para prover o orçamento familiar, ficando a média abaixo de um salário mínimo, oriunda principalmente de trabalhos nos quais não se exige qualificação da mão-de-obra, tais como zelador, servente, construção civil e, em vários casos, fazendo atividades secundárias, como catação de papel e vidro. Neste período, pela concorrência gerada pela maior oferta de mão-de-obra na cidade, possivelmente devido a um contínuo fluxo migratório, os favelados encontram-se em desvantagem para competir por melhores remunerações salariais por falta de qualificação da sua mão-de-obra.

A pesquisa da autora, em 1994/95, mostrou que, em média, em cada casa, duas pessoas trabalham e, na amostra entrevistada, a média de ganho salarial mensal teve, em relação a pesquisa anterior, uma elevação para 1,53 (um vírgula cinquenta e três) salário mínimo por trabalhador. Por família tal índice chegou a 3,06 (três vírgula zero seis) salários mínimos. O aumento no número de salários mínimos recebidos não se traduziu, entretanto, em melhora da qualidade de vida, pois é provável que o poder aquisitivo destes valores tenha diminuído.

Este ganho aumentou não só em função de uma política salarial mais justa, com aumento nominal do salário, mas também porque um maior número de pessoas da vila pesquisada está agora trabalhando. O fato de duas pessoas, em média, estarem empregadas sugere que a mulher, antes apenas dona de casa, agora também tem um trabalho fora do lar.

Com relação ao trabalho infanto-juvenil, observamos, na Vila Pinto, que 9 (22,5%) dos adolescentes entrevistados, trabalham fora de casa e começaram a trabalhar, segundo a pesquisa,

com uma idade média próxima aos 13 anos; tal dado conflita com o artigo 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990, p.14) que estabelece: “*é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.*” Ao contrário do disposto na lei, o que encontramos foram menores trabalhando por necessidade de complementação da renda familiar e que os obrigava a um período de estudo noturno.

Os demais entrevistados (31 = 77.5%), que correspondem a maioria, mostraram dependência econômica dos pais; em geral, trabalham na própria casa, em serviços domésticos, o que sugere a possibilidade de se instituir um trabalho artesanal que possa ser realizado em casa, aumentando a renda familiar, de forma lúdica; quando os irmãos mais velhos permanecem mais tempo no lar com os irmãos menores, acabam assumindo, mesmo que temporariamente, o papel de pai ou de mãe, enquanto os menores fazem o papel de filhos; embora não seja a configuração ideal, é ainda preferível a uma educação feita exclusivamente na rua.

Acreditamos que o trabalhar inculca responsabilidade no jovem e o induz à busca da independência pessoal; o ato de trabalhar faz parte do desenvolvimento do ser humano porque lhe mostra a capacidade de provocar transformações.

Com relação à “*iniciação sexual precoce*” e as “*uniões livres ou casamentos consensuais*”, referidas por Lewis (in Schneider, 1987, p.27) encontramos na Vila Pinto, apenas uma adolescente (2,5%) que estava unida consensualmente, porém nenhum dos jovens pesquisados tinha filhos, o que, de certa forma, não confirma a citação de Lewis. Não perguntamos aos adolescentes se já haviam praticado algum tipo de contato sexual.

Com relação a este assunto, e como nos interessava mais o relacionamento familiar, procuramos saber dos pais e dos adolescentes se o assunto sexo era abordado nas conversas em família. 18 (45%) dos pais entrevistados afirmaram que discutem e orientam os filhos sobre sexo, mas quando a pergunta foi dirigida aos adolescentes, somente a metade deste percentual 9 (22,5%) disse discutir o assunto. Observa-se aí que a orientação que os pais oferecem aos filhos, é, do ponto

de vista do adolescente, insuficiente para seu esclarecimento ou a mensagem dos pais não é compreendida pelos filhos. Em geral, observou-se uma preocupação muito grande com doenças transmitidas sexualmente, especialmente a AIDS, e com a gravidez precoce; tal discussão, em muitos casos, limitou-se apenas a conselhos do tipo: *“Cuide para não engravidar”* ou *“Você pode pegar uma doença”*. Em tais cuidados, os pais são auxiliados pela mídia que transmite informações sobre estes assuntos.

Aqueles pais que não discutem o assunto sexo com os filhos, justificaram-se dizendo que acham *“os filhos muito novos para isso”*, ou *“que tem vergonha”*, havendo comentário de um pai que disse que sexo *“é uma questão natural, a própria natureza ensina; meus pais não ensinaram e mesmo assim eu sabia o que fazer; ninguém ensina sexo para os bichos, e isso é o que eles fazem perfeito”*. Evidentemente, na simplicidade destas falas, há uma deficiência do conhecimento científico, pois, vêem somente a vertente biológica da adolescência, além de denunciar a presença de tabus assimilados.

Justamente na fase em que o adolescente está descobrindo seu próprio corpo, está vivendo transformações físicas bruscas e experimentando sensações novas e para ele ainda estranhas, como já referimos, é fundamental que ele receba informações verdadeiras sobre a sua natureza e sobre as transformações biológicas, psicológicas e sociais pelas quais está passando. A falta de informação adequada ou a má informação tem levado o adolescente a buscar orientação nos grupos de parceria e, algumas vezes, nos meios de comunicação social, que, nem sempre esclarecem o assunto de forma adequada, ou até, apresentam um quadro deturpado da realidade sexual. Se o adolescente entender o sexo de forma deturpada, criará tabus, que tendem a ser repassados aos seus futuros filhos (como observamos na afirmação do pai do parágrafo anterior); se, em conjunto com esta falta de entendimento, houver alguma abordagem que gere contato verbal, ou principalmente físico indesejado ou não satisfatório, poderá, este indivíduo, apresentar problemas de ordem sexual na sua vida adulta, o que, particularmente, temos observado nos atendimentos psicológicos da clínica diária

e nos periódicos, revistas e jornais, quando se abordam os fracassos e desacertos dos relacionamentos entre homens e mulheres.

Com o resultado obtido na pesquisa, entendemos que a discussão sobre sexo no ambiente familiar é deficiente e que isto colabora para uma maior dificuldade na aceitação e na condução do papel masculino e feminino do futuro adulto, uma vez que, o principal advento da puberdade, que integra a adolescência, é justamente a aquisição da capacidade reprodutiva que caracteriza o adulto. (Com relação a esta questão, é de fundamental importância a elaboração de projetos e programas específicos de orientação para os pais e jovens, que podem ser desenvolvidos tanto pela escola como pela Universidade).

Como esta base biológica é fundamental para o relacionamento psicossocial, uma disfunção dela, repercutirá certamente, no relacionamento interpessoal do indivíduo maduro, afetando sua capacidade de relacionar-se.

Vemos aqui mais um fator possivelmente responsável pela ocorrência de abandonos da esposa e filhos.

Na nossa pesquisa, conforme já mostramos, encontramos 27 (67,5%) famílias constituídas por pai, mãe e filhos. Em 12 (30%) casos o pai estava ausente, e entre estas, em uma delas ocorreu simultaneamente a ausência da mãe, sendo o menor criado pela avó.

Quanto a composição da família, podemos confrontar nossos dados com aqueles obtidos pelo IBGE (Oliveira & Berquó, p.45), onde vemos que a família brasileira tinha em 1970, 58,7% de famílias constituídas por casal com filhos; em 1980 esse número foi de 58,4% e, na pesquisa atual, evidentemente com uma amostragem menor, encontramos, em 1995, 67,5% de famílias assim constituídas. Com relação às famílias constituídas por uma mulher chefe sem cônjuge com filhos, encontramos 27,5 % na Vila Pinto, enquanto o IBGE encontrou 9,1% em 1970 e 10,4 % em 1980.

Seriam estes dados uma demonstração de que tem havido maior abandono de lares por parte dos maridos? Em um estudo mais amplo, tal análise poderia ter uma resposta definitiva, o que não é o nosso caso, no presente trabalho.

Interessa-nos sim, a repercussão que a falta do pai pode gerar no jovem.

Para D.W.Winnicott,

“o pai é necessário na casa: (1) no início, para ajudar a mãe a sentir-se bem em seu corpo e feliz em espírito; (2) em seguida, para mantê-lo em sua autoridade, para ser a encarnação da lei e da ordem que a mãe introduziu na vida do filho, a fim de que ela não seja a única a dispensar ao mesmo tempo amor e força; (3) enfim, o pai é necessário para a criança devido as suas qualidades positivas e elementos que o diferenciam de outros homens”. (A criança e a família) ①

Por seu lado, os adolescentes *“estão prontos a escolher os ídolos ou os ideais duradouros como guardiães da identidade final”* (Desenvolvimento da criança e do adolescente, p.83) e o pai é o primeiro ídolo e o mais próximo do adolescente que busca sua identificação. Vinculando-se, por exemplo, a falta dos pais ao uso de drogas, encontramos na Vila Pinto, 5 (12,5%) dos entrevistados adolescentes que se declararam viciados em drogas.

Como nos 40 entrevistados há 12 adolescentes com pai ausente (2 mortos e 10 abandonaram o lar) e 28 com pai presente, constatamos que, dos 5 adolescentes viciados em droga, o pai está ausente em 3 dos lares. Um quarto adolescente drogadito tem o pai presente, mas que também é viciado.

Analisando os percentuais de freqüência de viciados nas famílias pesquisadas, com relação à presença ou não do pai, teremos:

- 3 drogaditos em 12 casos de pai ausente = 25 % dos casos.
- 2 drogaditos em 28 casos de pai presente = 7,14% dos casos.

Observa-se maior frequência de filhos viciados quando o pai está ausente e, como citamos, entre os adolescentes drogaditos havia um cujo pai também o era.

Estes dados, associados à literatura sobre a matéria, permitem inferir que o pai presente no lar funciona como censor, isto é, é o pai que traz as leis, as normas e as sanções que a sociedade determina. *“Muitos trabalhos sobre o pai conferem-lhe como dever: proteção, saber, autoridade, virilidade [...] Para J. P. Bauer et cols. o pai é o laço com o mundo e o social em geral e, atrás dele, delineia-se a realidade extra-familiar. Quem sabe é por esse papel, além de outros mecanismos mais complexos, que o pai pode se tornar o ideal de Ego da criança.”* (Vida social e desenvolvimento da criança e do adolescente, p.89)^①

Porém na ausência dele, a mãe pode assumir esta função; se ela tiver suficiente autoridade para transmitir e aplicar as normas sociais e as sanções, terá sucesso, e isto foi observado nos 10 casos de adolescentes sem uso de drogas (83,3%) com pai ausente; mas, à mãe cabe, historicamente, a transmissão do afeto e do carinho; se tal papel comprometer a austeridade na aplicação das sanções ao adolescente, isto pode se tornar um fator que contribuirá para que o adolescente despreze as condutas normais da sociedade.

Vê-se neste quadro que quando a autoridade do pai é débil, ou quando ausente cabe a mãe ou substituto fazê-lo. Se ninguém o faz, o jovem age por sua própria conta.

Como o adicto, em geral, é um sujeito que apresenta inicialmente uma tolerância muito pequena aos sofrimentos, à dor e aos desencantos do cotidiano, busca, em cada um desses momentos, consolo no uso da droga; com a repetição das necessidades externas procura a droga também para suprir suas necessidades internas (oralidade, passividade, narcisismo, baixa auto-estima, etc.) Passa a gratificar-se com a droga e com o envolvimento dos que estão em situação idêntica.

^① Os dados bibliográficos referentes a estas citações não foram encontrados por se tratar de folhas que se destacaram do livro original. Entretanto, pela propriedade das citações, optamos por reproduzi-las no trabalho. (N.A.)

A família passa a ter então, papel importante na recuperação deste indivíduo. O apoio intensivo e tolerante e a valorização das suas boas atitudes e dos seus bons comportamentos o auxiliarão na resolução do problema. A própria família deverá rever seus valores, atitudes e relacionamentos. Modernamente, a recuperação dos drogados tem obtido melhores resultados quando o mesmo é orientado em instituições de tratamento específicas.

Cumpramos notar que ao perguntarmos se os filhos eram orientados sobre o cuidado com as drogas, 34 (85%) pais responderam afirmativamente; vê-se aí uma frequência maior do que a orientação sobre sexo; dos cinco viciados (12,5%) apenas um não é, segundo os pais, orientado sobre drogas.

Perguntamos a cada um dos 40 adolescentes, o que mais gostava no seu pai e obtivemos as seguintes respostas:

- 13 não se manifestaram por ter pai morto ou ausente, ou por não querer responder.
- 08 consideram que a principal qualidade do pai é ser bom;
- 05 gostam de tudo em seus pais;
- 05 admiram o pai porque trabalha;
- 08 citaram que o pai é amigo, dá atenção, apoio e carinho;
- 01 comentou que admira o pai pela falta de vícios;

Quando perguntamos o que menos gostavam no seu pai tivemos as seguintes respostas:

- 13 tem pai morto ou ausente;
- 13 afirmam que o pai é “brabo”, “bate”, tem “mau humor”
- 10 lembraram dos usos de drogas do pai (bebida [7 casos], fumo e drogas)
- 02 consideraram o pai sem-vergonha;
- 02 preferiram não se manifestar;

Ao questionarmos cada um dos 40 adolescentes, sobre o que mais gostava na sua mãe, encontramos:

- 08 não quiseram responder (um não tem mãe presente);
- 12 consideram que a principal qualidade da mãe é ser boa;
- 05 gostam de tudo em suas mães;
- 07 citaram o carinho, o amor, a compreensão e a ajuda como principal qualidade da mãe;
- 08 citaram que a mãe é conselheira, companheira, educada, tem soluções ou a admiram pelo trabalho;

Sobre o que menos gostam da mãe, responderam:

- 16 não quiseram responder;
- 14 afirmaram que a mãe é “braba” ou “briga”
- 02 lembraram do uso de drogas da mãe (bebida [1] e fumo [1])
- 08 citaram a teimosia, a dissimulação, o falar muito, a vigilância e as reclamações como más qualidades da mãe;

É importante nesta questão que se levante o grau de satisfação dos filhos para com os pais, pois até aqui, eles tem servido como modelo. É preciso que estes modelos tenham, como afirma Gomide (1990, p.41) “*competência, status, inteligência, simpatia e capacidade para utilizar controles positivos e negativos, de modo a ser seguido.*”

Por outro lado, se os modelos se apresentam ineptos como pais, desrespeitosos mutuamente, agressivos, transferindo seus problemas para os filhos, punindo inconsistentemente, acabam por inculcar nos filhos, como verdade, valores negativos.

Nas respostas obtidas, verificou-se que, alguns filhos preferiram se abster de responder sobre as características negativas da personalidade dos pais, especialmente da mãe; daqueles que responderam, a maioria analisou os pais sob a perspectiva do bem ou do mal, enfocando quase que

exclusivamente qualidades como: admiração, carinho, apoio, atenção, amizade; invocaram especialmente aquelas que demonstram fundo afetivo.

Evitar “*falar mal*” da mãe (16 casos) é uma atitude que demonstra que alguns sentiram o dever de manter a mãe protegida de críticas, é como se estivessem falando mal de si próprios, pois se refletem na mãe. Percebe-se uma relação de dependência do amor com a mãe. A mãe é provedora das suas necessidades primordiais, alimentou-os quando havia fome, fez sua higiene, acalmou-os nas suas inquietudes. Por vezes, há um sentimento ambíguo de amor e ódio, mas que é preferível manter velado. Evitam, com isso, retaliar a mãe para não se sentirem eles próprios retaliados. A mãe é a ligação emocional mais forte, ela “*é o primeiro passo vital do desenvolvimento emocional da criança.*” (Fitzgerald, p. 103).

Com o pai é diferente; a referência que os filhos fazem a ele, são de natureza mais social (vícios, sem-vergonhice, trabalho) do que afetiva. Tem-se a impressão que o filho vê o pai no mundo externo (objetivo, razão) e a mãe no seu mundo interno (subjetivo, emoção).

De forma objetiva e prática, a demonstração da influência decisiva que os pais exercem sobre os filhos (talvez na gênese da marginalização) pode se resumir ao comentário que faremos a respeito de um caso específico, observado durante a realização da pesquisa em voga.

R.S.G., 14 anos, é uma adolescente de baixa estatura, postura curva e humilde, tímida, de poucas falas, sempre preocupada com a higiene e com a aparência pessoal. Segundo a mãe, foi uma filha que “*veio num momento ruim*”, pois durante a sua infância, o pai faleceu, e a mãe, tendo que trabalhar fora de casa, deixou a filha para ser educada pela irmã 5 anos mais velha; “*ficou muito doente, ficou boba*”, e ainda, segundo a mãe até a escola a rejeitou e por isso ela foi a única filha que não estudou e não trabalha, embora haja outra irmã nas mesmas condições, mas que não foi rejeitada pela mãe; R.S.G. está agregada com um rapaz e vive, com ele, junto da casa da mãe, mas até hoje mantém o estigma de ser boba. R.S.G. foi, entretanto, a primeira a se oferecer para ajudar a autora na pesquisa e, de fato, entre todas as pessoas que ajudaram durante a pesquisa, foi a mais

cooperativa, conduzindo a autora nas mais diversas famílias, mapeando a Vila Pinto, situando em cada parte da vila a característica local mais marcante. Mostrou-se sempre interessada, dedicada mesmo nos dias chuvosos, amável, educada e companheira. A cada entrevista tecia um comentário pessoal. Certa vez afirmou que *“casa que o pai não trabalha, o filho é bandido”* ou *“agora eu vou levar a senhora numa casa que os pais são bons e os filhos também”*, o que, aliás pude confirmar pois observava-se excelente estrutura familiar, mesmo em condições econômicas precárias.

Há, com base neste relato, três fatos que podemos ressaltar: o primeiro é a ligação pouco afetiva com a mãe; o que ocorre entre elas é um convívio e não um relacionamento interpessoal e a filha faz questão de contrariar as ordens familiares, mesmo que fora de casa seja prejudicada (p.ex. *apanha* do companheiro); o segundo fato a ressaltar é o estigma de *deficiente* que a família lhe imputou e, que a própria comunidade acatou e mantém. O terceiro fato é que, quando se sentiu valorizada pela autora, mudou não só sua postura física, mas principalmente mostrou-se mais alegre e sentiu-se importante na comunidade:

Tal é a postura do jovem. Se apoiado progride. Se rejeitado ou estigmatizado pode aceitar o modelo e comprometer seu futuro.

Essas respostas também nos conduzem à reflexões mais profundas sobre o comportamento dos diversos membros da família e como eles se relacionam; servem para mostrar e lembrar as alianças que se formam entre membros da família e as identificações que ocorrem; entre o pai e o filho, entre a mãe e a filha, por exemplo.

A família estabelece, dependendo das suas necessidades, um intrincado jogo de vínculos e dependências, responsáveis por relacionamentos mais ou menos profundos e que faz emergir um novo compromisso entre seus membros.

Pode-se observar, por exemplo, dentro da família, alianças francas ou débeis, por vezes um superenvolvimento, com um verdadeiro emaranhado de emoções, e até certas formas de colusão, uma associação de duas pessoas contra um terceiro.

Obviamente, essas associações ocasionam ajustes variados e resultados de vários matizes que acabam por influenciar o desenvolvimento da personalidade de cada indivíduo. Esses efeitos do meio externo somados ao desenvolvimento próprio da personalidade determinam as condutas sociais do indivíduo, que podem ser adaptativas ou não, surgindo daí as condutas antissociais que se tornam prejudiciais ao indivíduo e a sociedade a que ele pertence.

Perguntamos também aos adolescentes como eles interpretavam o seu relacionamento afetivo com os membros da família. Para facilitar a avaliação dos resultados foram atribuídos, de acordo com a resposta, três níveis de valores, da seguinte forma:

- valor 0 (zero) quando o adolescente considerasse o relacionamento ruim;
- valor 0,5 (meio) quando o adolescente considerasse o relacionamento médio;
- valor 1 (um) quando o adolescente considerasse o relacionamento bom.

Obteve-se média 0,76 (setenta e seis centésimos) que designa relacionamento afetivo de médio a bom. Apenas dois jovens consideraram o relacionamento ruim.

Quando perguntamos se os jovens já haviam brigado com seus pais e irmãos obtivemos 23 (57.5%) respostas positivas, o que denota ambivalência do jovem e mede seu grau de agressividade e também a forma como ele tenta se impor como adulto dentro da família, agora redimensionando seu papel familiar. O relacionamento é bom, mas ocorrem brigas, o que é comum. Jelin (1983, in Bruschini, p.15) assim se refere a esse respeito: “[...] *na vida familiar [...] não existe completa harmonia e unidade internas. A unidade doméstica, ao contrário, é o seio da solidariedade e afeto, mas também de lutas e conflitos para controlar e mudar as linhas de poder e autoridade[...]*”

De fato, quando investigado o relacionamento entre irmãos, obteve-se média 0,45 (quarenta e cinco centésimos), considerado de médio a ruim e abaixo do índice obtido com o relacionamento com a família em geral; isto denota competição entre irmãos e marca os laços familiares e sociais, na disputa que cada qual faz pelo seu espaço individual.

Observou-se que 8 (20%) dos adolescentes abandonaram o lar, e esta ocorrência se deu, em média, entre os 11 e os 12 anos (M= 11,86 anos); dos oito casos, em 3 (37.5%) deles os pais foram buscar o jovem; nos outros 5 (62.5%) foi o jovem que buscou novamente o lar.

O resultado percentual sugere descaso dos pais para com o filho que se evadiu. Em alguns casos, tal situação pode representar até certo alívio da carga econômica que uma pessoa a mais na casa representa; este tipo de dificuldade é, em parte, também um fator determinante desta atitude. Quando o problema se restringe ao desinteresse em recuperar o filho, percebe-se uma pequena valorização da pessoa do filho, e nos lembra o descaso que marcava o cuidado a criança na Idade Média. (Ariès, p.17). Entretanto, quando perguntamos aos pais se *eles se preocupavam se os filhos estavam na rua*, 38 (95%) deles disseram que sim, em função da preocupação maior com o contato com drogas ou más companhias. Nos casos dos pais cujos filhos fugiram, percebe-se contradição e ambivalência dos sentimentos porque por um lado, na maioria, não procuraram trazer seus filhos de volta, mas por outro, afirmaram que estavam preocupados com a possibilidade do filho envolver-se com drogas ou gangues nas ruas, pois para eles (pais) o uso de drogas leva a marginalidade, embora saibamos que este não é o único indício deste fenômeno.

O lar as vezes é hostil, mas no caso dos que retornaram ao lar, parece que a rua tornou-se ainda mais hostil; também por parte do adolescente, o abandono do lar é uma experimentação, pois o *“adolescente flutua entre uma dependência e uma independência extrema”* (Aberastury, p. 13). Tais momentos, marcados por um intenso desejo de experimentar novas sensações e novos caminhos, somados aos atritos e hostilidades, fazem-no esquecer necessidades vitais, marcadamente a relação familiar e a relativa estabilidade econômica e afetiva do lar; entretanto, ao afastar-se do seu meio tende a encontrar, longe de casa, um mundo ameaçador, que produz dificuldades e sofrimentos e para o qual não está preparado, nem tem maturidade para enfrentar. Acaba envolvendo-se com pessoas e situações desconhecidas, o que gera medo e mais insegurança. Compara a rua com a casa e neste balanço escolhe o local onde melhor se refugie.

Se encontra na rua quem possa aceitá-lo e com quem se identifique positivamente pode nela permanecer, em detrimento da volta ao lar. Se por outro lado, a rua produz mais angústia e sofrimento, ele retorna a o lar.

Como nos referimos no capítulo I, o jovem tem tendência a buscar os grupos de parceria para falar de seus anseios. Na pesquisa, 35 (87.5%) dos jovens confirmaram ter grupo de parceria. Apenas 4 adolescentes afirmaram não estar ligados a estes grupos; deles, um porque é discriminado socialmente por morar com prostitutas, outros dois porque são irmãos na mesma faixa etária e um quarto porque trabalha fora e não dispõe de tempo.

Quando o filho tem consenso em casa, tem necessidade do grupo mas não adere a todas as idéias dele, sabe discriminar, sabe se posicionar frente as discussões e atitudes do grupo, convivendo com ele, apenas como um complemento da sua vida social. Mas, se não há entendimento na própria casa, o grupo surge como apoio; em geral todos no grupo tem o mesmo problema, porque como já afirmamos anteriormente *“há um processo de superidentificação em massa”*. É freqüente uma adesão grande ao grupo, uma aceitação maior dele por medo de rejeição, e porque ali *“encontra um reforço para os aspectos mutáveis do ego que se produzem neste período da vida.”* (Aberastury, p.36-37) Ouvimos muitas mães afirmando: *“As amizades fazem a cabeça do meu filho”*.

A exposição à rua e aos grupos de parceria, introduz um fator complicador na situação do adolescente. Na maioria das vezes, o grupo de jovens é permeável e tende a receber qualquer elemento no seu meio. Há entre eles uma forte tendência a sentirem-se mais fortes e mais ousados quando vinculados ao grupo. Possibilitam, com isso, o contato com pessoas de formação psicológica e social muito diversa. É possível que, entre elas, haja(m) algum(uns) delinqüente(s) que encante(m) o jovem e possa(m) ser o estímulo a mais para desviá-lo para um caminho marginal. Uma vez extrapolado o limite, o jovem delinqüe.

Perguntamos aos pais e aos adolescentes da Vila Pinto, qual a opinião deles sobre as causas da delinqüência. Para os jovens, são os grupos de parceria, as drogas e a rebeldia as causas mais

freqüentes da delinqüência, e eles aceitam a culpa por ela. Pelas respostas obtidas dos pais, verificou-se que eles consideram a má educação, o mau exemplo dos pais e as necessidades materiais (comida, bens) e afetivas (amor, compreensão) como causas da delinqüência; também foram citadas a rebeldia dos jovens e a falta de vontade de trabalhar.

A questão não é, realmente, tão simples para se responder; o diagnóstico deve se basear em uma realidade sócio-econômica, cultural, política, educacional, habitacional, enfim em uma série de análises que por si só, mereceriam inúmeras páginas para que se pudesse abranger adequadamente o assunto.

De forma simples, gostaríamos de traçar um paralelo entre a autoridade dos pais e a autoridade da sociedade. Quando um jovem delinqüente, infringe uma regra social; tal regra deveria lhe ser apresentada pela família que também deveria exigir seu cumprimento. A delinqüência deve ser, portanto, analisada pela família e em relação a ela. Toda expressão verbal, corporal, toda atitude adotada pelo adulto é mensagem e codificação captada pela criança desde sua mais tenra idade; elas serão, mais adiante, introjetadas e passarão a fazer parte do repertório com o qual a criança responderá aos estímulos do meio. Cabe aos pais vigiar-se e vigiar as condutas que adotam em cada momento da relação familiar. Se os exemplos forem corretos e as ações justas, se os pais e a família promoverem reavaliações criteriosas de suas condutas, corrigindo-as quando necessário, a criança adotará um padrão de conduta semelhante, evitando deformações e desvios futuros. Aprenderá, mesmo que erre, a corrigir as distorções.

Isto é particularmente importante para o adolescente, pois ele tem a tendência de errar voluntariamente, buscando conhecer seus limites, testar suas capacidades e descobrir o novo. Se houver aprendido a ponderar, não reproduzirá novos erros.

Não nos podemos esquecer que sempre que alguém erra, há alguém que permite este erro; é freqüente observarmos que as famílias de delinqüentes não o vêem como tal. Por sua vez, os elementos que constituem a sociedade, especialmente a dos grandes centros urbanos, assistem quase

impassivas a um aumento alarmante da delinquência, sem que as atitudes definitivas de correção sejam tomadas. Por exemplo, o par de tênis vale mais do que a vida de quem o usa, e ele pode ser disputado no espaço urbano do cotidiano. Apesar de toda indignação, o fato se repete muitas vezes, pois *“para o infrator a vítima nada significa porque assim ele é e foi tratado”* (Gomide, 1995).

É no espaço do ambiente familiar que tal problema deve começar a ser resolvido. Um gesto de afeição, um abraço, um *deitar na cama* do jovem, aproximando-se dos seus objetos, demonstrando interesse por ele, escutá-lo e ouvi-lo, são atitudes simples e de tal forma intensas que produzirão condições para um bom desenvolvimento do jovem. Deve-se entender e reforçar que a verdade, ainda que seja por vezes incômoda, torna-se sempre produtiva e fortalece os indivíduos e as relações entre eles.

A estrutura familiar, tem então uma importância muito grande na conservação ou não do jovem junto a ela; o equilíbrio que é fundamental para esta manutenção pode vir de forma convergente, isto é, o próprio meio social, através do sistema político-econômico, do sistema educacional e religioso, tendem a lhe acrescentar valores; mas são os valores presentes no seio familiar que vão fazer com que o jovem faça uma adequada leitura do mundo e possa com ele conviver, buscando alternativas, experimentando com cautela, sem enveredar para o patológico.

Os pais são nossos modelos de exploração. Com eles aprendemos a recuar ou a avançar.

Fomos imbuídos com suas expectativas. Com frequência herdamos temores de segunda geração, ansiedades que percebemos neles. E - se não estivermos conscientes do ciclo - com toda probabilidade iremos transmitir aos filhos, nossos próprios medos e de nossos pais. (Ferguson, p.279)

Esta importância da família, nem sempre conscientemente avaliada pelo adolescente, foi questionada quando lhe perguntamos se queria casar e ter filhos, isto é, se reproduziria o modelo que seus pais lhe apresentavam. Obtivemos 23 (57,5%) respostas afirmativas. Observa-se que pelos resultados em cada 10 jovens, na nossa pesquisa, 4 não se casariam. Apesar da ambivalência, os

fatores mais citados para não repetir o modelo foram dificuldades econômicas, exemplos inadequados dos pais ou para se manter independente. Entretanto, nos pareceu que este tipo de pergunta, em função da idade precoce para tal preocupação, não tem significado relevante.

6. ESCOLARIZAÇÃO

O afastamento social dos pais está vinculado muitas vezes não só a deficiência econômica, mas também a uma deficiência no relacionamento com a sociedade. Na pesquisa do ISAM havia-se constatado que, na Vila Pinto, a vida grupal é limitada com poucas opções de lazer, sendo que estas são dirigidas para o futebol e os bares, que são locais onde os moradores se reúnem para conversar. Não existem na vila, praças ou locais de lazer, sendo uma das causas para grande incidência de violências e desentendimentos no interior da comunidade.

Tal constatação se deve ao fato de serem indivíduos provenientes de grupos diferentes, que ao chegar na nova comunidade, necessitaram ocupar um espaço disputado de terreno e que, em relação ao grande grupo social da cidade escolhida para a migração, sentem-se marginalizados. Everett Stonquist (in Kowarick, p. 26) comenta que na marginalidade há *"contraste de grupos sociais diferentes" [...] em relação de desigualdade [...] os indivíduos acham-se a margem de ambas as sociedades, parcialmente dentro e parcialmente fora; experimentam mentalmente os contrastes, tensões ou conflitos das duas raças ou culturas e tendem a se tornar um tipo característico de personalidade."*

Nestes termos o homem marginal acha-se dividido entre duas culturas, como já comentamos no capítulo IV deste trabalho, e a marginalidade resulta em um fenômeno de desajustamento psicológico, uma vez que o indivíduo tem um duplo padrão de referências. É o caráter conflitante e antagônico das duas culturas que faz com que o homem não seja capaz de orientar adequadamente seu modo de participação na sociedade. Em consequência, assume uma personalidade marginal cujas

características mais acentuadas são a ambivalência, a tensão, a irritabilidade, a excessiva consciência de si próprio e a falta de confiança em si mesmo (*ibid*).

Todos estes elementos não só o afastam das relações sociais amistosas, como o desestimulam a buscar melhorias nas condições pessoais e coletivas. Para melhoria das condições pessoais a educação é fator preponderante e não foi, certamente, o caminho encontrado por esses pais, seja por falta de oferta, por falta de condições básicas ou ainda por desinteresse.

Se considerarmos a escolarização como sendo um critério para avaliar o interesse e busca destas melhores condições podemos observar que os pais pesquisados tem grau de escolarização assim distribuído:

- 15 (22%) são analfabetos;
- 46 (69%) tem o primeiro grau incompleto;
- 5 (7,5%) tem o primeiro grau completo e
- 1 (1,5%) tem o segundo grau incompleto.

Entretanto, quando perguntados sobre a importância da escola, a maioria dos pais respondeu (pergunta 34) que espera que a escola possa oferecer condições para que seus filhos não precisem trabalhar tanto quanto (e como) eles próprios trabalharam no *serviço pesado* e se tornarem não dependentes; há aí uma visão econômica da escola que, no modo de ver destes pais, se resume a formação de mão-de-obra; além desta função, alguns pais também se referiram a escola como uma complementadora da educação do lar.

Também por isso exigem que os filhos compareçam as aulas. Quando lhes perguntamos sobre a fiscalização deles com relação à frequência escolar dos filhos, obtivemos 32 (80%) de confirmações; quando analisamos a escolarização dos adolescentes pesquisados (incluídos na estatística abaixo também os seus irmãos), observamos uma significativa diferença com relação ao grau de escolarização dos pais:

- 1 (1,6%) de analfabetos;
- 60 (95,2%) com primeiro grau incompleto;
- 2 (3,2%) com segundo grau incompleto;

A moradora D^a. Judite expressou-se sobre a escola da seguinte forma:

“hoje qualquer ‘pulguinha’ da favela pode estudar, não é como no meu tempo que só filho de gente rica estudava, para nós a escola era longe e não dava para trabalhar ao mesmo tempo. Hoje as crianças podem estudar e vão para a creche desde pequenas”.

Verificamos que 36 (90%) dos adolescentes freqüentam a escola, embora nem todos gostem dela. A metade dos que freqüentam a escola acham que ela deveria mudar, especialmente com relação à falta de disciplina e de métodos de ensino, havendo os que a freqüentam apenas para encontrar amigos e grupos de parceria. O índice de repetência encontrado foi de 33 (82,5%). Evidentemente, tais índices permitem questionar se a escola está atendendo adequadamente a esse tipo de aluno ou se o nível intelectual deles é baixo.

Um percentual tão alto de repetência induz os alunos a afastamento progressivo da escola e posteriormente maior possibilidade de marginalização. De fato, nesta situação, o que se observa com freqüência é que muitos dos alunos reprovados, perdem definitivamente o contato com a Escola, deixam de ser educados em ambientes escolares. No Brasil, no nível primário do ensino, constatou-se que a repetência e a evasão escolares, são apontadas como as principais causas do analfabetismo no Brasil, que chega nos anos 90 a 18 % da população com mais de 14 anos (Almanaque Abril, 1992).

Como a escola deve sistematizar a aprendizagem e o conhecimento, na falta destes dois elementos, a personalidade se forma sem lei e sem conhecimento, o que os torna facilmente domináveis. Por outro lado, é preciso questionar se a educação direcionada à profissão não atenderia exclusivamente às necessidades do capitalismo e não às necessidades da pessoa.

Com relação à escola, podemos dizer que ela tem sido, de uma forma geral, difícil para os adolescentes da Vila Pinto e o alto índice de repetência (82,5%) mostra isso claramente; embora grande parte destes adolescentes procurem-na para encontrar seu grupo, 31 (77,5%) gostam do ambiente da escola e de aprender, inclusive sugerindo propostas para melhorá-la, como trabalhar ou fazer na prática o que aprendem na teoria, dentro da própria escola; sugeriram melhorar o cuidado com a disciplina e com o policiamento; os pais vêem na escola uma oportunidade de ascensão social, entendem o esforço e a dedicação dos professores, pois sabem das dificuldades que eles enfrentam para trabalhar; os pais confiam na escola como uma segunda fonte de educação dos filhos, mas estão atemorizados com a falta de segurança representada por constantes visitas de delinquentes e traficantes de drogas ao ambiente escolar.

Essas observações permitem inferir que a escola realmente é um importante elemento de socialização, pois é o ponto de encontro dos adolescentes, professores e pais, bem como um veículo de informações que, em se reorientando, atualizando-se em relação ao contexto onde está inserida e tornando-se mais segura permitirá ao adolescente sua auto-afirmação. Observamos junto aos pais que todas as mudanças que se tornarem necessárias terão apoio da coletividade.

4ª. PARTE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CAPITULO VI

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário desmistificar o preconceito com relação às populações que habitam áreas mal estruturadas e pobres, marginais às grandes cidades. Devemos dar especial ênfase e atenção aos adolescentes que se originam nas famílias que habitam estas áreas e sobre os quais pouco se tem escrito ou estudado. No presente trabalho, constatamos que a falta de estrutura habitacional do local não se transmitiu à estrutura familiar ; confirmou-se a observação de que a migração campo > cidade continua, desde que o ISAM fez o levantamento inicial em 1987, mas apesar do aumento do número de pessoas nas casas, as condições de hierarquia e de família nuclear permaneceram, exceto naquelas casas onde a família estava incompleta. Estes casos de famílias incompletas que correspondem a 13 (32,5%) dos casos estudados, contribuíram para uma maior incidência de problemas nas condutas dos adolescentes, especialmente com relação ao uso de drogas. Também quando o pai não era saudável ou se a autoridade dos pais não era exercida com imposição de limites claros, o adolescente apresentava desvios de comportamento (12,5% usam drogas). Mas, o que se observou na maioria das famílias entrevistadas foram pais responsáveis e trabalhadores (a média foi de dois trabalhadores por casa), preocupados em ter e oferecer aos filhos condições melhores para seus futuros, procurando orientá-los sobre os problemas de conduta e do envolvimento com qualquer grupo que possa afastá-los de uma educação com princípios e leis, especialmente, como nos referiram

textualmente alguns pais, que tinham receio de ver seu filhos participando de gangues de drogados ou de traficantes.

Esta preocupação, marcadamente expressa pelos pais entrevistados, atribui à família e em segundo lugar à escola o papel de desenvolver mecanismos e promover ensinamentos que possibilitem ao jovem crescer saudavelmente e evoluir no sentido econômico e também na qualidade de vida. Constatamos, embora não fosse nosso objetivo principal, que a orientação sexual foi o ponto mais deficiente da educação familiar dos adolescentes, e isso se deve à falta de orientação que os próprios pais deixaram de ter e que tendem, involuntariamente, a perpetuar na descendência.

A educação sexual tem grande relevância na adolescência pois é exatamente a aquisição da capacidade reprodutiva, circundada pelas inúmeras mudanças corporais biológica e psicologicamente ligadas ao seu desenvolvimento sexual, que marca este período da vida. Este fenômeno não está ligado a uma ou outra classe social e ocorre indistintamente nelas.

Com relação especificamente aos adolescentes da Vila Pinto, que muitas vezes são vistos como marginais, constatou-se que a maioria deles apresentou valores morais e pessoais constituindo sua estrutura de personalidade. O adolescente da Vila Pinto vive as crises da adolescência, referidas no capítulo correspondente deste trabalho, como qualquer outro, embora sua carência material seja, sem dúvida, maior comparativamente a de um adolescente de classe média, no qual, aliás, se espelha.

Ele é duplamente marginalizado: como adolescente, por parte da família, que não tem conhecimento sobre as características próprias desta faixa etária e pela sociedade que marginaliza sua família.

Observou-se também que aqueles jovens que em determinado momento das suas vidas evadiram-se do lar, mas que a ele voltaram, tem hoje um bom convívio familiar, quando se compara aos reveses da rua. Alguns destes adolescentes, principalmente as meninas que se evadiram, e que faziam uso de drogas, recuperaram-se, sendo elas próprias críticas daqueles que permanecem no

vício e procuram transmitir suas experiências como alerta para outros jovens para que não sofram o que elas já sofreram. Vê-se que um jovem pode servir como modelo para outro jovem.

Constatou-se que 9 (22,5%) adolescentes trabalham em serviços externos, com idade média inferior aos 14 anos, o que contraria a natureza da criança, que nesta fase da vida ainda não tem as regras do convívio social bem definidas e está exercitando suas próprias regras; além disto o trabalho em idade precoce contraria o Estatuto da Criança e do Adolescente; entretanto, aqueles que não trabalham externamente, de uma forma geral auxiliam nos serviços domésticos e no atendimento aos irmãos menores, o que não deixa de ser uma experiência de adulto e que muitas vezes o jovem torna lúdico. Isto tem importância na medida em que é nesta fase da vida que ele pode tomar consciência do papel de adulto e de sua autonomia moral.

Percebe-se, de uma forma geral, que há, na Vila Pinto, bom vínculo do adolescente principalmente com a mãe; Feldman, Aronfreed e outros pesquisadores (Feldman, 1979, p.61) consideram que o “*sentido bidirecional*” da reciprocidade de influências entre pais e filhos se constitui em base para um bom desenvolvimento social e para uma boa socialização do jovem.

Esta sociedade, bem como a família e a escola precisam ver os “desvios” de conduta dos adolescentes como normais e dar-lhes a atenção devida, o afeto e a compreensão necessárias para que estes não se convertam em verdadeiros problemas e nem se tornem definitivos.

Pais e educadores devem usar a autoridade para orientar o jovem; essa autoridade composta por disciplina, conhecimento, empenho, liderança, subentende uma relação tanto de ser ouvido e entendido, como de ouvir e entender, aplicando-se as doses corretas de afeto e de rigidez de acordo com cada momento da experiência.

Assim, as condutas dos pais e dos educadores, com relação ao adolescente, precisam ser constantemente revistas por eles próprios e pela sociedade como um todo, através de estudos e de debates, e, se necessário, reorientadas para assegurar uma atenção preventiva ao adolescente; se isso não é feito, só resta, como a própria história mostra, tratar problemas já existentes, tardiamente.

Com relação à educação, recomenda-se que se faça uma urgente revisão do sistema de ensino do funcionamento da escola da Vila Pinto, com uma proposta voltada para o adolescente e para a comunidade, incluindo aí uma “*escola aberta*” (Further, 1968, p.98-99) na qual se reproduzam as condições que o grupo e a rua oferecem ao adolescente, orientadas, porém, por conteúdos que tenham finalidade educacional. “*O aluno não deverá ser um prisioneiro das ‘redes’ da educação, deverá aprender a adotar atitudes que mais tarde, fora da escola possa prolongá-las livremente. Deverá saber responder e contestar em testemunho dos valores.*” (Further, 1968, p.98-99)

Sugere-se discussão sobre a disciplina de educação sexual, envolvendo-se os pais e os adolescentes.

Esta escola deverá instituir um novo tratamento psicopedagógico, que permita a integração da família e educadores, discutindo a adolescência sob uma visão científica. Propõe-se com isso que, possam, família e escola, escolher o perfil de cidadão que querem formar, atendendo primariamente os adolescentes e seus interesses, ao mesmo tempo que os preparará melhor para um estágio mais avançado de sua formação profissional e pessoal.

Com relação ao mestrado, é seu papel continuar investigando os problemas dos adolescentes com vistas a uma proposta de educação, cujas ações neutralizem os aspectos negativos da escolarização de 1º. e 2º. Graus, especialmente das escolas públicas, que produz dificuldades para o acesso à Universidade e conseqüentemente ao trabalho mais especializado.

Se as dificuldades persistem o que se mantém ou se desenvolve é uma produção de trabalho do pobre para o pobre (catador de papel para depósitos de papel, por exemplo) e o único meio de superar este problema está na educação que permite aprimorar a formação pessoal e individual, mas também e principalmente a intelectual, o que permitirá que os indivíduos superem os limites a que a classe pobre está fadada, desenvolvendo assim suas potencialidades e suas competências, em busca de igualdade de direitos.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125

ANEXOS

ANEXO 1

FORMULÁRIO PESQUISA - FOLHA 1

PESQUISA

IDENTIFICAÇÃO: _____, _____ ANOS

CASA (PARTE FÍSICA)

PRÓPRIA SIM NÃO CEDIDA ALUGADACASA alvenaria madeira placas comerciais outros materiaisNº. QUARTOS 0 1 2 3 OU + COZINHA SIM NÃOSALA SIM NÃO BWC: INTERNO EXTERNO

PESSOAS

Nº PESSOAS: TOTAL _____ PAI MÃE FILHOS _____

OUTROS: PARENTES _____ NÃO PARENTES _____

ADULTOS (+ 16 a.) _____ SEXO: MASC. FEM.

CRIANÇAS 0-10 a. _____

11-15 a. _____ SEXO: MASC. FEMQUANTOS TRABALHAM? _____ 11-15 A. SIM NÃO

QUEM? _____

PROFISSÕES DOS ADOLESCENTES _____

RENDA MENSAL FAMILIAR: _____ SALÁRIOS MÍNIMOS

UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS: (S/N)

TEM TV _____ GELADEIRA _____ FOGÃO A GÁS _____ RADIO _____

OUTROS _____ CAMAS _____ ARMAS (DEFESA PESSOAL) _____

ESCOLA

ANALFAB. . 1ºGR.INC. . 1ºGR.COMP. . 2ºGR.INC. . 2ºGR.COMP. . 3ºGR.INC. . 3ºGR.COMP.

PAIS
FILHOS 11-15a

RELIGIÃO: TEM? SIM NÃO FREQUÊNTA? SIM NÃOVINCULO SOCIAL (ASSOCIAÇÕES, CLUBES, ETC.) SIM NÃOFREQUÊNTA? SIM NÃO TIPO:

ANEXO 2

FORMULÁRIO PESQUISA - FOLHA 2

(PERGUNTAS PARA O ADOLESCENTE)

IDENTIFICAÇÃO: _____

1. Filho legítimo? SIM NÃO
2. Jovem trabalha? SIM NÃO
- Onde e desde que idade? Depende financeiramente dos pais?
3. Como se relaciona afetivamente na família? (pai, mãe, irmãos).
4. Discute o teu futuro com os pais? SIM NÃO
5. Você pode se abrir com eles quando tem algum problema? SIM NÃO
6. Já falou sobre sexo com eles? SIM NÃO
7. Tem grupos de parceria? SIM NÃO
8. VÍCIOS? SIM NÃO
9. Briga com pais, vizinhos, amigos? SIM NÃO
- Qual a reação dos pais?
10. Tempo que mora com os pais. _____
- Abandonou o lar alguma vez? SIM NÃO
- Voltou sozinho ou seus pais buscaram?
- Com que idade saiu e com qual voltou para casa?
11. O que você gosta mais no seu pai e na sua mãe? O que você menos gosta?
12. Quer casar e ter filhos? SIM NÃO
13. Como é o seu relacionamento com os seus irmãos?
- 13,5. ESCOLA:
14. Foi ou vai à escola? SIM NÃO
15. Repetente? SIM NÃO
16. Opiniões: gostam ou não, porque?
17. Querem outro tipo de escola? SIM NÃO
- Como deveria ser?
18. Quantas horas por dia fica acordado em contato com a família?
19. Na sua opinião, porque um jovem se torna marginal ou delinqüente?

ANEXO 3

FORMULÁRIO PESQUISA - FOLHA 3

(PERGUNTAS PARA OS PAIS)

IDENTIFICAÇÃO: _____

1. São legalmente casados? (Incluindo igreja) SIM NÃO
2. Pais separados? SIM NÃO
3. Os filhos foram planejados? SIM NÃO
Como? _____
4. Os filhos são todos legítimos e do casal? (E o adolescente?), SIM NÃO
5. Se preocupam com o que ele faz quando está na rua? SIM NÃO
Porque? _____
6. Porque você quer que teu filho vá para a escola?
7. Fiscalizam a ida e a permanência dos filhos à escola? SIM NÃO
Porque? _____
8. Vocês procuram falar (orientar) os seus filhos de 11 a 15 anos sobre
- 8.1. Vícios SIM NÃO
Porque? _____
- 8.2. Trabalho SIM NÃO
Porque? _____
- 8.3. Escola SIM NÃO
Porque? _____
- 8.4. Sexo. SIM NÃO
Porque? _____
- De que forma? (Conversas, perguntando, dando exemplos, julgando comportamentos)
9. O que vocês esperam dos seus filhos?
10. Na sua opinião, porque o jovem se torna marginal ou delinqüente?

ANEXO 4

RESULTADOS DA PESQUISA

- PERÍODO: OUTUBRO DE 1994 A AGOSTO DE 1995
- LOCAL: VILA PINTO / CURITIBA / PR.
- NÚMERO DE ENTREVISTADOS: 40 FAMÍLIAS

As perguntas de 1 a 27 foram dirigidas ao adolescente e as perguntas de 28 a 40 aos seus pais ou responsáveis, conforme os anexos 2 e 3:

PERGUNTA 1: É FILHO LEGÍTIMO?

RESULTADO: 87,5% dos adolescentes entrevistados é filho legítimo. Entre os 40 entrevistados, 5 são filhos adotivos ou não moram mais com os pais.

PERGUNTA 2: O ADOLESCENTE TRABALHA?

RESULTADO: 22,5% dos adolescentes entrevistados trabalha.

PERGUNTA 3: COM QUE IDADE COMEÇOU A TRABALHAR?

RESULTADO: A idade média para início das atividades de trabalho foi de 12,89 anos.

PERGUNTA 4: COMO É SEU RELACIONAMENTO AFETIVO COM OS MEMBROS DA FAMÍLIA?

RESULTADO: A média obtida foi de 0,76 o que corresponde a uma relação afetiva familiar boa. (0 é ruim, 0,5 é médio e 1 é bom)

PERGUNTA 5: VOCÊ DISCUTE O TEU FUTURO COM OS PAIS?

RESULTADO: 47,5% dos adolescentes entrevistados responderam que sim.

PERGUNTA 6: VOCÊ SE ABRE PARA DISCUTIR SEUS PROBLEMAS COM SEUS PAIS ?

RESULTADO: 57,5 % dos adolescentes entrevistados responderam que sim.

PERGUNTA 7: VOCÊ FALA SOBRE SEXO COM SEUS PAIS ?

RESULTADO: 22,5 % dos adolescentes entrevistados afirma que sim.

PERGUNTA 8: VOCÊ TEM GRUPO DE PARCERIA ?

RESULTADO: 87,5% dos adolescentes entrevistados tem grupo de parceria.

PERGUNTA 9: VOCÊ TEM VÍCIOS ?

RESULTADO: 12,5 % dos adolescentes entrevistados afirmaram possuir vícios .

PERGUNTA 10: VOCÊ JÁ BRIGOU COM SEUS PAIS, IRMÃOS OU VIZINHOS ?

RESULTADO: 57,5 % dos adolescentes entrevistados responderam que sim.

PERGUNTA 11: QUANTO TEMPO MORA COM OS PAIS ?

RESULTADO: Média de 12,5 anos.

PERGUNTA 12: VOCÊ JÁ ABANDONOU O LAR ALGUMA VEZ ?

RESULTADO: 20 % dos adolescentes entrevistados já abandonaram o lar alguma vez .

PERGUNTA 13: QUANDO VOCÊ ABANDONOU O LAR, SEUS PAIS FORAM BUSCÁ-LO ?

RESULTADO: 7,5 % dos casos de abandono .

PERGUNTA 14: COM QUE IDADE ABANDONOU O LAR ?

RESULTADO: Média de 11,8 anos .

PERGUNTA 15: O QUE VOCÊ MAIS GOSTA NO SEU PAI ?

RESULTADO: PERGUNTA ABERTA .

PERGUNTA 16: O QUE VOCÊ MENOS GOSTA NO SEU PAI ?

RESULTADO: PERGUNTA ABERTA .

PERGUNTA 17: O QUE VOCÊ MAIS GOSTA NA SUA MÃE ?

RESULTADO: PERGUNTA ABERTA .

PERGUNTA 18: O QUE VOCÊ MENOS GOSTA NA SUA MÃE ?

RESULTADO: PERGUNTA ABERTA .

PERGUNTA 19: VOCÊ QUER CASAR E TER FILHOS ?

RESULTADO: 57,5% respondeu afirmativamente.

PERGUNTA 20: COMO VOCÊ SE RELACIONA COM SEUS IRMÃOS ?

RESULTADO: A média foi de 0,45.

PERGUNTA 21: VOCÊ FREQUENTA ESCOLA ?

RESULTADO: 90% respondeu afirmativamente.

PERGUNTA 22: VOCÊ É REPETENTE ?

RESULTADO: 82,5% respondeu afirmativamente.

PERGUNTA 23: VOCÊ GOSTA DA ESCOLA ?

RESULTADO: 77,5% respondeu afirmativamente.

PERGUNTA 24: VOCÊ QUER OUTRO TIPO DE ESCOLA ?

RESULTADO: 45% respondeu afirmativamente.

PERGUNTA 25: COMO DEVERIA SER A ESCOLA ?

RESULTADO: ABERTO.

PERGUNTA 26: QUANTAS HORAS VOCÊ FICA ACORDADO NO LAR ?

RESULTADO: Média de 4,40 horas por dia.

PERGUNTA 27: PORQUE VOCÊ ACHA QUE UM JOVEM DELINQÜE ?

RESULTADO: ABERTO.

RESPOSTAS DOS PAIS

PERGUNTA 28: PORQUE VOCÊ ACHA QUE UM JOVEM DELINQÜE ?
RESULTADO: ABERTO.

PERGUNTA 29: VOCÊS SÃO LEGALMENTE CASADOS ?
RESULTADO: 80% respondeu afirmativamente.

PERGUNTA 30: O CASAL É DE PAIS SEPARADOS ?
RESULTADO: 25% são separados.

PERGUNTA 31: OS FILHOS FORAM PLANEJADOS ?
RESULTADO: 32,5% planejaram os filhos.

PERGUNTA 32: OS FILHOS SÃO LEGÍTIMOS ?
RESULTADO: 85% dos filhos são legítimos.

PERGUNTA 33: PREOCUPAM-SE SE O FILHO ESTÁ NA RUA ?
RESULTADO: 95% responderam afirmativamente.

PERGUNTA 34: PORQUE QUEREM QUE O FILHO VÁ A ESCOLA ?
RESULTADO: ABERTA.

PERGUNTA 35: FISCALIZAM A IDA DO ADOLESCENTE À ESCOLA ?
RESULTADO: 80% responderam afirmativamente.

PERGUNTA 36: ORIENTAM OS FILHOS SOBRE VÍCIOS ?
RESULTADO: 85% responderam afirmativamente.

PERGUNTA 37: ORIENTAM OS FILHOS SOBRE TRABALHO ?
RESULTADO: 92,5% responderam afirmativamente.

PERGUNTA 38: ORIENTAM OS FILHOS SOBRE ESCOLA ?
RESULTADO: 92,5% responderam afirmativamente.

PERGUNTA 39: ORIENTAM OS FILHOS SOBRE SEXO ?
RESULTADO: 45% responderam afirmativamente.

PERGUNTA 40: O QUE ESPERAM DOS FILHOS ?
RESULTADO: ABERTA

de 1998, a maioria dos entrevistados afirmou que não possui conhecimento sobre o assunto. Entretanto, a maioria dos entrevistados afirmou que não possui conhecimento sobre o assunto.

De acordo com os resultados da pesquisa, a maioria dos entrevistados afirmou que não possui conhecimento sobre o assunto.

ANEXO 5

Este anexo apresenta os resultados da pesquisa realizada com os participantes da pesquisa.

GRÁFICO II - RESULTADOS DA PESQUISA

De acordo com os resultados da pesquisa, a maioria dos entrevistados afirmou que não possui conhecimento sobre o assunto.

- Participação dos pais na educação dos filhos

ANEXO 6

TABELA 08 / ISAM

(Distribuição da população da Vila Pinto / Curitiba por faixa etária - 1988)

ANEXO 7

GRÁFICO 08 / ISAM

(Situação de Procedência da População da Favela de Vila Pinto / Curitiba - 1986)

Este gráfico apresenta a situação de procedência da população da Favela de Vila Pinto, Curitiba, em 1986, considerando a origem dos moradores.

De acordo com o gráfico, a maioria da população da Favela de Vila Pinto, Curitiba, em 1986, é originária de outras favelas.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1986.

Observa-se que a maior parte da população da Favela de Vila Pinto, Curitiba, em 1986, é originária de outras favelas.

Isso indica que a favela de Vila Pinto, Curitiba, em 1986, é uma favela de origem favelada.

Essa situação é comum em favelas de origem favelada, onde a população é formada por moradores que se deslocaram de outras favelas para a favela de origem.

Essa situação pode ser explicada pelo fato de que a favela de Vila Pinto, Curitiba, em 1986, é uma favela de origem favelada.

Essa situação pode ser explicada pelo fato de que a favela de Vila Pinto, Curitiba, em 1986, é uma favela de origem favelada.

Essa situação pode ser explicada pelo fato de que a favela de Vila Pinto, Curitiba, em 1986, é uma favela de origem favelada.

GLOSSÁRIO

- Edipiano: Pertencente ou relativo ao complexo de Édipo.
- Ego: O eu de qualquer indivíduo. [Opõe-se a álter.] Para a psicanálise é a parte mais superficial do id, a qual, modificada, por influência direta do mundo exterior, por meio dos sentidos, e, em consequência, tornada consciente, tem por funções a comprovação da realidade e a aceitação, mediante seleção e controle, de parte dos desejos e exigências procedentes dos impulsos que emanam do id.
- Egocentrismo: Egoísmo, característico de pessoa voltada para si mesma.
- Identificação: Apropriar-se do caráter, ou compenetrar-se do que outrem sente ou pensa.
- Introjetar: Mecanismo psicológico pelo qual um indivíduo, inconscientemente, incorpora e passa a considerar como seus objetos características alheias e valores de outrem.
- Libido: Energia motriz dos instintos de vida, i. e., de toda a conduta ativa e criadora do homem.
- Marginalidade: Diz-se de pessoa que vive à margem da sociedade ou da lei como vagabundo, mendigo ou delinqüente; [neste trabalho a conotação que se deu à marginalidade foi de uma população que vive em condições socioeconômicas deficientes, sem estar à margem da lei.]
- Menarca: A primeira menstruação.
- Paradigmas: Modelo, padrão, estalão.
- Patologia: Ramo da medicina que se ocupa da natureza e das modificações estruturais e/ou funcionais produzidas pela doença no organismo.
- Projeção: Mecanismo de defesa que consiste em projetar seus próprios impulsos, seus conflitos internos, ou seja, em considerá-los como provenientes de outrem e, mais generalizadamente, do mundo externo.
- Psicossocial e psíquica: Diz-se de atividade, estudo, etc., relacionados com os aspectos psicológicos conjuntamente com os aspectos sociais.
- Pubarca: Período de surgimento dos primeiros pelos na região pubiana
- Puberdade e púbere: Conjunto das transformações psicofisiológicas ligadas à maturação sexual que traduzem a passagem progressiva da infância à adolescência.
- Telarca: Estágio do desenvolvimento feminino marcado pelo início do desenvolvimento das mamas estimuladas hormonalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERASTURY, A. ; KNOBEL, M. Adolescência normal. 5ª.Ed. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas Sul, 1986.
- ABREU, M.C.D. ; MASETTO, M. O Professor Universitário em aula. : Prática e princípios teóricos. 6ª. Ed. São Paulo : MG ed.associados, 1987.
- ALVES FILHO, F. REVISTA ISTOé - No.1226. ARTIGO: IBGE - O Brasil é uma favela, São Paulo : Editora Três, mar/93.
- AMADO, J. Capitães da Areia. 3ª.Ed. São Paulo : Livraria Martins.
- ANDÓLFI, M. A terapia familiar. Lisboa : Vega, 1980.
- ARIÈS, P. História social da criança e da família. (Trad. Dora Flaksman) 2ª.Ed. Rio de Janeiro : Guanabara-Koogan, 1981.
- ASOCIACION SISTEMIA DE BUENOS AIRES. Sistemas Familiares. Buenos Aires : Juncal, ano 7, nº.2, ago 1991.
- AUSUBEL, L. Um enfoque alternativo para a aula expositiva : a proposta de Ausubel. Porto Alegre : Pades-UFRGS, 1984.
- BADINTER, E. Um amor conquistado : O mito do amor materno. Trad.: Valtencir Dutra. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985.
- BECKER, D. O que é adolescência. 6ª.Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERIE, A. A criança difícil. Rio de Janeiro: Agir, 1972.
- BOHOLAVSKI, R. Orientação Vocacional : a estratégia clínica. 9ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BOURDIEU, PIERRE. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro : Marco Zero, 1983.
- BRASIL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Governo Federal, 1990.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) - Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, 1991.
- BRUSCHINI, C. Mulher, casa e família : Cotidiano nas camadas médias paulistanas. São Paulo : Ed.Revista dos Tribunais, 1990.
- CAMPOS, D.M.S. Psicologia da Adolescência : Normalidade e Psicopatologia. 13ª.Ed. Petrópolis : Vozes, 1991.

- CANEVACCI, M. (Org.) Dialética da família : gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. São Paulo : Brasiliense, 1981.
- CAPRA, F. O ponto de mutação : a ciência, a sociedade e a cultura emergente. 13ª.ed. São Paulo : Cultrix, 1990.
- CARVALHO, M.C.M. (Org.). Construindo o Saber. 2ª.Ed. Campinas: Papyrus, 1989.
- CARVALHO, M.G. As vicissitudes da família na sociedade moderna - Estudo sobre o casamento e as relações familiares. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1992.
- _____. Catadores de Papel: a vida pelo avesso. Boletim de Antropologia - Univ.Fed.Pr., v.3, n.3, p.35-58, agosto 1990.
- CECCON, C., OLIVEIRA, M.D., OLIVEIRA, R.D. A vida na escola e a escola da vida. 14a.Ed. Petrópolis : VOZES, 1986.
- CLAPAREDE, E. A escola sob medida. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1973.
- DEMO, P. O significado da modernidade em sala de aula. Brasília : IPEA/CPS, 1991.
- ECO, U. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- EIBL-EIBESFELDT, I. Amor e ódio. História natural dos padrões elementares do Comportamento. Trad: Paulo J.R. Almeida. Lisboa: BERTRAND, 1977.
- ELKIND, D. Crianças e adolescentes : Ensaio interpretativos sobre Jean Piaget. Trad.: Narceu de Almeida. 2ª. Ed. Rio de Janeiro : ZAHAR, 1975.
- ENCICLOPÉDIA ALMANAQUE ABRIL 92 - São Paulo : Ed.Abril, 1992.
- _____. São Paulo : Ed.Abril, 1994.
- FAZENDA, I.C.A. Interdisciplinaridade : um projeto em parceria. São Paulo: Loyola, 1991.
- FELDMAN, M.P. Comportamento criminoso : Uma análise psicológica. Rio de Janeiro : Zahar, 1979.
- FENELON, G.M., MARTINS,L.C., & DOMINGUES, M.H.M.S.. Meninas de Rua: uma vida em movimento. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992.
- FENICHEL, O. Teoria Psicanalítica das Neuroses. Trad.Dr. Samuel Penna Reis. Rio de Janeiro : Atheneu, 1981.
- FERGUSON, M. A conspiração aquariana . 7ª. Ed. Rio de Janeiro : Record, 1992.
- FERNANDES, F. Educação e Sociedade no Brasil, São Paulo: Dominus Editora, 1966.

- FERNÁNDEZ ENGUITA, M. A face oculta da escola. : Educação e trabalho no capitalismo. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre : Artes Médicas, 1989.
- FITZGERALD, H. e STROMMEN, E. Psicologia do Desenvolvimento. 2ª.Ed., São Paulo : Brasiliense, 1978.
- FRANÇA, V. Deus ou Diabo? REVISTA ISTOÉ No.1234, São Paulo : Editora Três, 26/05/93.
- FREIRE, P., BETTO, F. Essa escola chamada vida. Depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho. 6a.Ed. São Paulo : Ática, 1988.
- FREIRE, P. Educação e Mudança, Rio de Janeiro : Editora Paz e Terra, 1983.
- _____. Pedagogia da Esperança : um reencontro com a pedagogia do oprimido. 2ª.Ed. Rio de Janeiro : Editora Paz e Terra, 1993.
- FURTHER, P. La vida moral del adolescente. Bases de una pedagogía para la juventud contemporánea. Buenos Aires: EL ATENEO, 1968.
- GIACOMINI, M., HAYASHI, M., PINHEIRO, S.. Trabalho Social em favela : - O método da divisão. 3ª.Ed. São Paulo : Cortez, 1987.
- GIUSTINA, O.D. As exigências da educação no contexto atual. 10º. Informativo CONFENEN, ano I, nº.0, fev/1994.
- GOMES, J.C.V. Manual de Psicoterapia Familiar. Petrópolis : Vozes, 1987.
- GOMIDE, P.I.C. Menor Infrator : a caminho de um novo tempo. Curitiba : Juruá, 1990.
- GRUPO PSIQUIATRIA - E.U.A. Dinâmica da Adolescência : aspectos biológicos, culturais e psicológicos. São Paulo: Ed. Cultrix.
- HALL, C.S., LINDZEY, G. Teorias da Personalidade. volume I. São Paulo : E.P.U., 1984.
- HARPER, B., CECCON, C., OLIVEIRA, M.D., OLIVEIRA, R.D. Cuidado Escola. : Desigualdade, domesticação e algumas saídas. Brasiliense, 26 a. Ed. São Paulo : 1989.
- KLEIN, M. et alli. A educação de crianças. : À luz da investigação psicanalítica. 2ª.Ed, Rio de Janeiro : Imago, 1973.
- KOLB, L.C. Psiquiatria clínica. Trad: Sonia Pacheco Alves et. alli. 8ª.Ed. Rio de Janeiro : Interamericana, 1976.
- KOWARICK, L. Capitalismo e Marginalidade na América Latina. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- LANE, S.T.M. & CODO, W. (org) Psicologia social : o homem em movimento. 3ª.Ed., São Paulo : Brasiliense, 1985.

- LÉVI-STRAUSS, C., GOUGH, K., SPIRO, M. A família como Instituição. Porto - Portugal : Ré Editora.. Trad. Rui Souza Santos.
- LOYOLA, M. e ABUJAMRA, M. A divisão sexual do trabalho doméstico. Cadernos CEBRAP (nº.4), 1985.
- LUPPI, C.A. Malditos frutos do nosso ventre. São Paulo : Icone, 1987.
- MAGNANI, J.G. Festa no pedaço. Cultura popular e lazer na cidade. São Paulo : Brasiliense, 1984.
- MAKARENKO, A. Conferências sobre Educação Infantil. São Paulo : Moraes, 1981.
- _____. Poema Pedagógico. Vol.I. Trad.: Tatiana Belinky. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MARTINS, J. Um enfoque fenomenológico do currículo. : Educação como poiésis. São Paulo : Cortez, 1992.
- MATTAR, O.M. Alguns aspectos sociológicos da família no Brasil. Revista Acadêmica da PUC-Pr., ano III, n.6, p.45-48, setembro 1992.
- MEAD, M. Sexo e temperamento. São Paulo : Perspectiva, 1979.
- MONTAGU, A. A natureza da agressividade humana. Trad.: Maurício Mower. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.
- MORIN, E. O Paradigma perdido. : a natureza humana. 5ª.Ed., Mem Martins, Portugal: Gráfica Europam, 1991.
- MUSSEN, P.H. et al.. Desenvolvimento e Personalidade da Criança. 2ª.Ed. São Paulo: Harbra, 1988.
- NERICI, I.G. Didática do Ensino Superior. São Paulo : Ed. Ibrasa, 1983.
- NIDELCOFF, M.T. Uma escola para o povo. 23ª. Ed. São Paulo : Brasiliense, 1975.
- NOGARE, P.D. Humanismo e anti-humanismo : introdução à antropologia filosófica. 12ª.Ed. Petrópolis : Vozes, 1990.
- NOT, L. As pedagogias do conhecimento. São Paulo: DIFEL, 1981.
- OLIVEIRA, C.A.S. O vestibular como instrumento de diagnóstico e de planejamento educacional. Educação e Seleção. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1981.
- OLIVEIRA, M. & BERQUÓ, E.A. Família no Brasil - Ciências Sociais Hoje. Análise demográfica e tendências recentes. São Paulo : Vértice, 1990.
- ORLANDI, E. A Linguagem e seu funcionamento. : as formas do discurso. 2ª. Ed. São Paulo : Pontes, 1987.

- PASTORE, J. et alli. Mudança social e pobreza no Brasil. 1970-1980; o que ocorreu com a família brasileira? São Paulo : Pioneira, FIPE, 1983.
- PAVÃO, Z.M. et alli. Revista de Educação da Universidade Federal do Paraná - Série Mestrado, Ano 2, nº. 1. Curitiba : 1978.
- PILETTI, N. História da educação no Brasil. 7ª.Ed. São Paulo : Ática, 1989.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATOLICA DO PARANA. PUC em dados 92-93. Curitiba: 1993.
- POSTER, M.. Teoria crítica da família. Rio de Janeiro : Zahar, 1989.
- RABINOVICH, E.P. A casa dos sem-casa. Revista Psicologia, Ciência e Profissão. Ano 12, No.3. Brasília : APAR, 1992.
- RIBEIRO, I. [org.] et alli. Sociedade Brasileira Contemporânea. : Família e Valores. São Paulo : Loyola, 1987.
- RIZZINI, I., CARVALHO, S.A., RIZZINI, I. Instituições para menores: a quem serve? Espaço: Cadernos de Cultura USU, 1984 (10).
- ROSA, F.A.M. Patologia Social : uma introdução ao estudo da desorganização social. 5ª. Ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1980.
- ROSA, M. Psicologia evolutiva - volume III - Psicologia da Adolescência. Petrópolis : Vozes, 1986
- ROUSSEAU, J. Emílio ou da Educação. Tradução de Sergio Milliet. 3ª.Ed. São Paulo : Difel, 1979.
- SAMARA, E M. A família brasileira. São Paulo : Brasiliense, 1983.
- SCHNEIDER, L. Marginalidade e delinquência juvenil. São Paulo : Cortez, 1987.
- SEABRA, C. Uma nova educação para uma nova era. Artigo apresentado na disciplina de Didática do Mestrado em Pedagogia Universitária da PUC - Curitiba : 1993.
- SILVA, S.A.I.. Valores em educação. : o problema da compreensão e da operacionalização dos valores na prática educativa. [S.l.]: Vozes, [198?].
- SOUZA, A.M.N. A família e seu espaço. : Uma proposta de terapia familiar. Rio de Janeiro : Agir, 1985.
- STEVENSON, H. & STIGLER, J. Japão investe no básico e os EUA no ensino superior. Folha de São Paulo, 6 junho 1993, Suplemento World Media, p. 5.

- TAJFEL, H. Grupos humanos e categorias sociais. Estudos em Psicologia Social. 1.vol. Lisboa: HORIZONTE, 1982.
- TEIXEIRA, A. A fundação das Universidades. Humanidades. Vol.I, nº. 3 Abr-Jun, 1983.
- VIANNA, I.O.A. Planejamento participativo na escola. Um desafio ao educador. São Paulo : EPU, 1986.
- Números comprovam sucesso de asiáticos no vestibular. Folha de São Paulo, 24 agosto 1986. Cad. 2, p. 26
- Pesquisa mostra que só os ricos passam no vestibular. O Estado do Paraná, 31 janeiro 1988.

NOILI ELISABETE CAMPOS LANTMANN MORAIS

**ESTUDO SOBRE OS FATORES PSICOSSOCIAIS QUE
INTERFEREM NA FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE DOS
ADOLESCENTES**

*Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Educação
Área de concentração: Pedagogia Universitária
Pontifícia Universidade Católica do Paraná.*

CURITIBA

1996